Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS

Departamento de História.

Programa de Pós Graduação em História Social – PPGHIS

Fernanda da Costa Monteiro Araujo

"DA SOLIDARIEDADE ECONÔMICA AO ATIVISMO POLÍTICO"

O caso Lucas Lopes

Rio de Janeiro

2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

“Da solidariedade econômica ao ativismo político”:

O caso Lucas Lopes

Fernanda da Costa Monteiro Araujo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Rio de Janeiro

Maio de 2010

“Da solidariedade econômica ao ativismo político”: O caso Lucas Lopes

Fernanda da Costa Monteiro Araujo

Orientador: Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada por:

_____

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos – Orientador

_____

Prof[a] Dr[a] Maria Letícia Correa - UERJ

_____

Prof[a] Dr[a] Virgínia Fontes - UFF

.

Rio de Janeiro

Maio de 2010

Araujo, Fernanda da Costa Monteiro.

"Da solidariedade econômica ao ativismo político": o caso Lucas Lopes / Fernanda da Costa Monteiro Araujo. – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2010.

ix, 192f; 29,7 cm.

Orientador: Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 187-192.

1. Brasil – Burocracia Técnica – Desenvolvimentismo – Golpe 1964. 2. Brasil – História 1956-1964. 3. Brasil – Política. I. Lemos, Renato Luís do Couto Neto e. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. III. Título.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às pessoas que foram realmente importantes para a realização deste trabalho, pois sem elas o resultado final seria, sem dúvida, mais difícil.

Primeiramente a meus familiares, exemplos de vitória na minha vida. Sempre estiveram presentes em meus pensamentos e no meu coração.

Meu noivo Daniel, pela cumplicidade, companheirismo, paciência e compreensão durante essa fase tão importante da minha trajetória acadêmica.

Agradeço especialmente ao orientador deste trabalho, o professor Doutor Renato Luis do Couto Neto e Lemos, pela confiança, incentivo, dedicação, credibilidade e amizade que sempre demonstrou ao longo da nossa convivência. E a CAPES pelo incentivo financeiro fornecido.

A todos os meus amigos, que de alguma maneira estiveram ao meu lado durante esse processo intelectual. Enfim, qualquer palavra de agradecimento é pouco para retribuir todos os incentivos, conselhos e sentimentos de amizade que todos vocês me deram. Por isso, o que posso dizer é MUITO OBRIGADO!!!!

RESUMO

“Da solidariedade econômica ao ativismo político": o caso Lucas Lopes.

Fernanda da Costa Monteiro Araujo

Orientador: Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social

A atuação dos agentes responsáveis pela formulação e aplicação das políticas públicas no interior do Estado brasileiro está intrinsecamente ligada às disputas de interesses estratégicos no âmbito político e econômico. Entendendo, portanto, o Estado a partir da matriz gramsciniana de "Estado ampliado", o trabalho em questão, através da análise da trajetória política de um desses agentes governamentais, o engenheiro e empresário Lucas Lopes, caracterizando-o como um “intelectual orgânico”, pretende apresentar algumas questões referentes a conjuntura política e econômica que se instaurou na década de 50, mais especificamente no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Através da análise das posturas adotadas por esse ator político estratégico, desenvolvidas à frente do governo JK e na sua atuação privada, o objetivo é perceber a relação entre a retórica da “técnica” e o processo político brasileiro. Assim como conectar tais posturas com as ideologias que nortearam o processo de mudança de regime em 64.

Palavras-chave: Burocracia técnica, desenvolvimentismo, golpe de 1964.

Rio de Janeiro

Maio de 2010

Abstract

“From the economic solidarity for political activism”: the case Lucas Lopes.

Fernanda da Costa Monteiro Araujo

Orientador: Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Abstract of Dissertation submitted to the Graduate Program in Social History, Institute of Philosophy and Social Sciences, Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ, as part of the requirements to obtain the title of Master of Social History

The performance of the agents responsible for formulating and implementing public policies within the Brazilian state is intrinsically linked to disputes over strategic interests in the political and economic. Considering, therefore, the State from the array of gramsciniana "state expanded, the work in question, by analyzing the political career of one of those government officials, engineer and entrepreneur Lucas Lopes, characterizing it as an" organic intellectual " , intends to present some issues related to political and economic circumstances which arose in the 50s, specifically in development-oriented government of Juscelino Kubitschek. Through analysis of the positions taken by this actor strategic policy, developed in front of the JK government and its private actions, the goal is to understand the relationship between the rhetoric of "technical" and the Brazilian political process. So how to connect such positions with the ideologies that guide the process of regime change in 64.

Keywords: Bureaucracy technique, developmentalism, 1964 coup.

Rio de Janeiro

Maio de 2010

Sumário

Introdução: 1

Capítulo 1: O processo de formação de um político 13

1.1- As origens de Lucas Lopes.

1.1.1- O resgate da Família Lopes 16
1.1.2- A engenharia e as primeiras experiências profissionais 22
1.1.3- O economista autodidata 34
1.1.4- O casamento com a política 38
1.1.5- O engenheiro ferroviário 39

1.2- Um homem de governo: A atuação na política de Minas Gerais.

1.2.1- Administrador Público: Secretário de Estado. Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho 41
1.2.2- Um homem do PSD: Técnica ou política? 50
1.2.3- Secretário de Viação e Obras Públicas 54

1.3- A preparação para a política nacional

1.3.1- Geografia econômica e o Vale de São Francisco 55
1.3.2- O Plano de Eletrificação de Minas Gerais 60
1.3.3- Comissão Mista Brasil-Estados Unidos 62
1.3.4- CEMIG e FURNAS 71
1.3.5- Plano Nacional de Eletrificação e Eletrobrás 74

Capítulo 2: A consolidação de um político 78

2.1- Ministro de Viação e Obras Públicas.

2.1.1- Campanha JK e esboço do Plano de Metas 89

2.2- BNDE e Conselho Nacional de Desenvolvimento 93

2.2.1- Financiamentos externos 97
2.2.2- Minério de Ferro 100

2.3- Ministério da Fazenda 103

2.3.1- Monetaristas X Estruturalistas 105
2.3.2- Plano de Estabilização Monetária 118
2.3.3- Café 121
2.3.4- O FMI e a saída do Ministério 125

Capítulo 3: longe do poder? 133

3.1- Titular de cartório 139

3.2- Empresário ou político? A criação da Consultec e da APEC 141

3.3- A polêmica envolvendo a Hanna Minining Co. 144

3.3.1- Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) 148

3.4- Descontentamento ou ideologia? ESG, IPES e o Golpe de 64 164

Considerações Finais 176

Referências Bibliográficas e Fontes 187

Introdução

O presente trabalho tem como foco principal a analise da trajetória de Lucas Lopes e sua importância na esfera política do país. Acompanhando a trajetória de um "intelectual orgânico"[1] na política, pretendemos fazer uma conexão entre a postura adotada por Lucas Lopes num cenário político e econômico marcado pela busca incessante de crescimento financeiro e credibilidade junto ao mercado internacional e a sua formação técnica, que ajudou a formar sua visão de mundo e assumir posições frente a determinados contextos políticos e sociais como, por exemplo, a conspiração contra o governo João Goulart (1961-1964) e o golpe de 1964.

Mineiro, formado em engenharia pela Universidade de Minas Gerais em 1932, Lucas Lopes sempre foi um ator político de extrema influência, chegando a ocupar algumas secretarias e cargos importantes no governo de Minas Gerais, como a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, a seção mineira de Coordenação de Mobilização Econômica e a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1948 tornou-se professor catedrático de geografia econômica da Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, e passou a integrar a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF).[2]

Em 1951, durante o governo estadual de Juscelino Kubitschek em Minas, Lucas Lopes foi escolhido para formular um plano de eletrificação para o estado, onde diversas empresas privadas foram chamadas a participar de companhias mistas e sociedades anônimas, organizadas para iniciarem as obras necessárias a fim de promover o desenvolvimento energético no estado de Minas Gerais. Esses trabalhos levaram em 1952 à criação das

[1] Tal conceito será explicado mais adiante. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

[2] Órgão criado pela lei n° 541 de 15 de dezembro de 1948 para formular e executar um projeto de desenvolvimento para a região do Rio São Francisco. O programa básico de trabalho era a distribuição das águas, a utilização do potencial hidrelétrico e a modernização dos transportes. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Comissão do Vale de São Francisco (CVSF)". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30.* Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, v. II, p. 1464-1465.

Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), que Lucas Lopes presidiu até o fim da gestão de Juscelino no governo estadual.[3] Nesse mesmo ano, devido ao sucesso do Plano de Eletrificação, Lucas Lopes foi convidado por Getúlio Vargas a integrar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Essa Comissão mantinha relações estreitas com o Ministério da Fazenda, ocupado na época por Horácio Lafer, o que resultou na elaboração do Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico. Tal plano fez com que Vargas planejasse a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a fim de gerir a aplicação dos recursos para a implementação do plano traçado. A equipe do novo órgão aproveitou a seção brasileira da comissão mista, cabendo a Lucas Lopes um cargo no conselho de administração, sendo responsável pela estratégia de arrecadar fundos.[4]

Em agosto de 1954, durante o governo Café Filho (1954–1955), Lucas Lopes foi nomeado para ocupar o Ministério de Viação e Obras Públicas. Devido à crise política que se seguiu à candidatura de Juscelino para Presidência da República em 1955, Lucas Lopes se afastou do cargo, retornando em novembro do mesmo ano e permanecendo até a posse de JK como presidente em 1956.[5]

Com a posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República, o Brasil entrou numa nova fase. Sua gestão tinha como principal objetivo promover o desenvolvimento através da industrialização acelerada. O ideal era que o Brasil crescesse em cinco anos de governo o correspondente a cinquenta. Tal objetivo contava necessariamente com a ajuda do capital estrangeiro, principalmente norte-americano, o que fez com que um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparecesse na economia e na política brasileiras:[6] "Optou-se pela

---

[3] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Lucas Lopes". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. III, p. 3278-3281.
[4] *Idem, ibidem*, p. 3278.
[5] *Id., ibid.*, p. 3279.
[6] DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 71.

internacionalização na economia, abrindo-a ao capital estrangeiro sob a dupla forma de empréstimos e investimentos diretos".[7]

Ao assumir a presidência, Juscelino herdou dos governos anteriores uma difícil situação econômico-financeira. A sua principal estratégia para conter essa crise e estimular o crescimento da economia foi a implementação de um plano econômico elaborado por uma equipe técnica, sob a coordenação de Lucas Lopes e Roberto Campos, que tinha como principal objetivo a aceleração do processo de industrialização, e contava com o "papel positivo do capital estrangeiro".[8] Esse plano foi chamado de Plano de Metas.

Com a função de coordenar o detalhamento e a execução do Plano de Metas, Juscelino instituiu, numa reunião com sua equipe ministerial, o Conselho Nacional de Desenvolvimento, que era composto por várias instâncias hierárquicas de responsabilidades, mas a gerência e execução de todas as etapas do Plano de Metas eram tarefas do secretário executivo do órgão, que era, ao mesmo tempo, presidente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). No momento de criação do Conselho, Lucas Lopes foi nomeado como presidente do BNDE e, automaticamente, secretário executivo do órgão recém criado.

Um dos projetos mais polêmicos de que Lucas Lopes participou como presidente do BNDE e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento foi a elaboração do projeto de exportação de minério de ferro, aprovado em agosto de 1957,[9] o que gerou uma grande polêmica em relação a incentivos governamentais para a instalação de empresas. O envolvimento de Lucas Lopes com as atividades de exportação de minério de ferro serão especificamente analisadas ao longo do trabalho, mas diretamente no capítulo 3.

---

[7] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª ed., 2002.
[8] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Lucas Lopes". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., p. 3279.
[9] *Idem, ibidem*, p. 3279.

Em 1958, diante de uma grave crise econômica provocada pela queda dos preços do café, Lucas Lopes assume o Ministério da Fazenda. Sua administração tinha como carro-chefe o Plano de Estabilização Monetária que, elaborado em conjunto com Roberto Campos, era baseado em importantes pontos da escola monetarista.[10] Nesse sentido, o plano de Lucas Lopes chegou ao Congresso sob forte oposição, principalmente dos setores nacionalistas, representados pela Frente Parlamentar Nacionalista, além de enfrentar campanhas de estudantes contra a influência do capital estrangeiro, em especial norte-americano, na economia brasileira.

Em contrapartida, as exigências do FMI eram cada vez mais impossíveis de se cumprir, levando Juscelino a propor uma outra alternativa de financiamento para o Brasil – a Operação Pan-Americana[11] – que também não logrou êxito, até que em junho de 1959 Kubitschek rompeu as negociações com o FMI. Tal gesto acarretou o abandono do Plano de Estabilização e o afastamento de seus principais mentores. Logo depois Lucas Lopes sofreu um enfarte, e se afastou do Ministério.

Sobre o rompimento com o FMI, Lucas Lopes, em depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), defendeu a idéia de que

> Esse assunto foi tratado com a mais violenta demagogia ideológica como sendo uma conspiração dos capitais estrangeiros contra o progresso brasileiro. Essas interpretações feitas aqui no Brasil foram muito graves e não foram esclarecidas como deveriam ter sido pelo governo, que estava interessado em outros problemas naquele momento (...) O rompimento com o Fundo Monetário significou o mesmo que hoje significaria a moratória. De repente ficamos sem ter com quem conversar.[12]

Longe do governo, Lucas Lopes foi nomeado oficial de cartório, e passou a ser titular do 4º Ofício de Imóveis. Passou a se dedicar mais a atividades empresariais.

---

[10] Mais a diante serão apresentados os principais pontos da ideologia monetarista e estruturalista.
[11] Amplo programa de colaboração financeira dos Estados Unidos para o desenvolvimento da América Latina.
[12] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 252.

Na mineradora Hanna Mining Co., era diretor de uma das empresas do complexo que atuava no Brasil e, na Central Elétrica de Furnas, fazia parte do Conselho Administrativo. Um detalhe importante é que a construção de Furnas foi toda financiada pelo Banco Mundial. De acordo com Lucas Lopes, "o primeiro recurso importante, que veio a dar força e impulso a Furnas, foi realmente o apoio espontâneo e carinhoso do Burke Knapp, que veio ao Rio me dizer que o Banco Mundial, no qual na época era vice-presidente, abria novamente as portas ao Brasil e, como demonstração de confiança, escolhia o projeto de Furnas".[13]

Em 1959, Lucas Lopes ajudou a fundar a empresa de consultoria técnica Consultec (Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda), da qual mais tarde se tornou acionista. Sua função era a de elaborar projetos técnicos para empresas. As atividades da Consultec começaram a ser vistas com desconfiança, devido à ligação de seus membros com algumas empresas que eram suas "clientes". Foi o caso da Hanna. Essa conjuntura será devidamente abordada ao longo do presente estudo.

Em 1962, o grupo da Consultec gerou mais uma organização técnica empresarial com objetivos políticos, a APEC (Análise e Perspectiva Econômica). Seus principais diretores e participantes eram Roberto Campos, Glycon de Paiva e Lucas Lopes, que assumiu a presidência do órgão de 1964.

No mesmo ano foi criado o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), no qual Lucas Lopes chegou a dar palestra em 1968. O IPES coordenava suas forças com o já instituído IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Todos esses órgãos foram centros de extrema importância para as articulações políticas, ideológicas e financeiras do movimento de 1964.

Dessa forma, a trajetória de Lucas Lopes como integrante da máquina administrativa do governo de Juscelino e sua participação como ator decisivo nos mais importantes centros

[13] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p.190.

burocráticos empresariais, mostra a importância de se estudar a atuação de um engenheiro, com formação técnica de economista, na política, já que seu discurso era o de que economia e política não se misturavam. No seu depoimento ao CPDOC, Lucas Lopes afirmou que "trabalhávamos sem nenhum objetivo político, não tínhamos ligações políticas com ninguém".[14] No entanto, nosso principal objetivo é, ao caracterizar Lucas Lopes como um "intelectual orgânico", analisar sua trajetória do ângulo das relações entre um "técnico" e o processo político brasileiro no período de 1956 a 1964, retomando suas origens e influências a fim de entender o processo que o levou a ter tamanha importância na conjuntura política e econômica do país.

De acordo com Maria Rita Loureiro, no entanto, no Brasil "os economistas não agem apenas como assessores políticos ou funcionários burocráticos de órgãos de gestão econômica, atuam também como dirigentes políticos".[15] Essa presença dos "economistas" na política, segundo a autora, se explica pela tendência mais ampla de regulação e intervenção estatal na economia, pois "os governos em geral assumiram as funções de promover o desenvolvimento econômico, de garantir a estabilidade monetária e ainda de implantar políticas de bem-estar social".[16] Dessa forma a técnica dos economistas se transforma automaticamente em participação política, pois "medidas econômicas, como todas as políticas governamentais, exigem luta entre interesses e negociação política. Se as idéias ou propostas para resolver problemas econômicos são abundantes, a escolha da idéia que prevalecerá em determinado governo depende do apoio daqueles que têm poder político".[17]

---

[14] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 281.
[15] LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 2.
[16] *Idem, ibidem*, p. 2.
[17] *Id., ibid.*, p. 12.

Ao mesmo tempo, pretendemos conectar essa relação entre um discurso técnico e uma postura política com a conjuntura nacional na década de 60, marcada pelas conspirações contra o governo de João Goulart. Nesse sentido, entendemos que através do mapeamento da rede de relações e familiares de Lucas Lopes, perceberemos que tal personagem estava inteiramente engajado no processo político e ideológico. Veremos, no entanto, que suas reivindicações não eram totalmente iguais às do grupo em que estava inserido, pelo menos no que se refere à implementação de um regime de exceção.

A principal documentação utilizada está no arquivo pessoal de Lucas Lopes, localizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Trata-se de uma fonte primária que tive o privilégio de organizar como estagiária do CPDOC. Possuía, portanto, pleno conhecimento e domínio da documentação, tanto em relação ao conteúdo quanto à posição física dos documentos, na medida em que todo o inventário foi elaborado por mim.

O acervo é composto de dossiês organizados cronologicamente, e distribuídos em oito séries temáticas, às quais foram inteiramente analisadas Uma importante documentação também está disponível no Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

Com o objetivo de identificar de que maneira determinados projetos econômicos eram discutidos no âmbito social, realizamos pesquisas em alguns periódicos no período. Foram utilizadas também fontes que tratam da temática do período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e da relação do Brasil com o contexto internacional. Os arquivos do Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e da Escola Superior de Guerra (ESG) também fizeram parte do nosso cronograma de pesquisas. Assim como a bibliografia produzida a respeito dos principais "pares" de Lucas Lopes na época, como Roberto Campos e Glycon de Paiva, por exemplo, a fim de se perceber indícios que venham a estabelecer uma relação prática e ideológica entre eles.

A dissertação é composta de três capítulos organizados cronologicamente através das etapas da trajetória de vida de Lucas Lopes. O ponto principal foram os cargos e funções ocupados por ele no percurso da sua vida política. Acrescentamos, no entanto, discussões teóricas e conceituais em momentos pertinentes, a fim de localizar melhor o debate proposto.

Nessa perspectiva, o capítulo 1 versará mais especificamente sobre as origens familiares de Lucas Lopes, analisando a sua parentela e as suas atividades como engenheiro até a chegada ao Ministério. Apresentaremos o processo pelo qual Lucas Lopes se tornou um dos homens mais importantes na política mineira e nacional.

Através de tópicos específicos serão abordados, primeiramente, aspectos de sua vida pessoal, como a origem familiar (pai, mãe e irmãos) e, posteriormente, a construção da sua própria família (esposa e filhos). O que será fundamental para entender a rede de relações nas quais Lucas Lopes estava inserido, que de certa forma facilitou a sua aproximação com importantes personagens da política. Assim como a sua formação profissional, abrangendo as suas primeiras experiências como engenheiro que lhe proporcionaram extrema influência no meio.

Mais adiante será discutida a sua atuação em Minas Gerais. Primeiramente como secretário de Estado, e depois como um nos nomes do Partido Social Democrático (PSD), momento em que começa a adquirir grande importância na política mineira e a projetar-se em nível nacional.

Ainda no primeiro capítulo, abordaremos a sua influência como engenheiro para o país. À frente de instituições como o Vale do São Francisco, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, CEMIG e FURNAS, Lucas Lopes foi o principal responsável pela elaboração do Plano de Eletrificação Nacional, reforçando a sua importância no setor energético do país.

Nesse capítulo, a principal bibliografia utilizada foi aquela relacionada com a trajetória de Lucas Lopes, sendo as mais expressivas: o verbete do Dicionário Histórico Brasileiro do

CPDOC, incluindo também os verbetes de seus principais aliados, e o livro de seu filho Rodrigo Lopes, intitulado *Sonho e Razão*, que aborda várias questões referentes à participação de Lucas Lopes no contexto nacional, através de um viés mais particular. Uma outra fonte utilizada foi seu depoimento ao Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na qual relata vários momentos expressivos desse período.

Todo esse processo de ascensão de Lucas Lopes como engenheiro serviu como preparação de um dos maiores nomes da política nacional. Apesar de sempre negar o caráter político das suas realizações e concepções, Lucas Lopes estava intrinsecamente ligado à esfera política.

Um outro ponto importante será a discussão em torno da formação técnica. A aproximação entre técnica e política é importante para entender a participação de Lucas Lopes nesse cenário. Dessa forma, os estudos de Maria Rita Loureiro e Maria Letícia Correa sobre a gestão técnica de engenheiros e economistas na política serão de extrema importância. A discussão em torno do surgimento dos primeiros cursos de formação superior em Economia como caráter técnico é fundamental para elucidar certas questões, relacionadas com as atividades de engenheiros e juristas que não possuíam formação em economia e realizavam funções extremamente correlatas.

Passado o período de preparação, Lucas Lopes se consolida como uma importante peça na dinâmica política nacional. Como Ministro da Viação e Obras Públicas, se envolve diretamente na preparação da campanha de Juscelino para a Presidência e começa a elaborar o que mais tarde viria a ser a principal diretriz econômica e política do governo JK, o Plano de Metas.

Abordaremos no capítulo 2 as atividades de Lucas Lopes como político, devido à natureza dos cargos que ocupou, apresentando as principais questões teóricas que nortearão o

trabalho, como forma de entender a relação entre a atuação de Lucas Lopes e o Estado brasileiro. Será então analisada a categoria desenvolvida por Antonio Gramsci de "intelectual orgânico", a partir da qual analisaremos a participação pública e privada de Lucas Lopes no contexto nacional. Partindo igualmente da concepção de "Estado Ampliado" de Gramsci, a intenção é localizar a atuação de Lucas Lopes na dinâmica do Estado capitalista brasileiro.

Será analisada a sua participação durante o governo Juscelino, identificando, através dos vários programas que elaborou, como o Plano de Metas e o Plano de Estabilização Monetária , e de sua rede de alianças, a posição que defendeu frente a determinados assuntos políticos e econômicos no período, aproximando-se da corrente "monetarista" e liberal. A favor, portanto, de um projeto desenvolvimentista não-nacionalista, segundo Ricardo Bielshowsky.[18] Nesse ponto, a bibliografia pesquisada sobre os seus principais "pares" ajudou a mapear as redes de relações, bem como a perceber as formulações ideológicas contidas nos planos econômicos elaborados nesse período.

Aspectos da administração de Juscelino também serão essenciais, na medida em que, de certa forma, estão diretamente ligados à atuação de Lucas Lopes.

A principal fonte de pesquisa foi a documentação pessoal do seu acervo, guardado no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa no acervo pessoal de Lucas Lopes priorizou as séries que se relacionam com a sua atuação no governo, entre elas: Presidente do BNDE (bnde), que abrange também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, e Ministro da Fazenda (mf). As séries Produção Intelectual (pi) e Documentação Pessoal (dp), eventualmente, serão importantes, na medida em que possuem documentos de caráter reservado, entrevistas e diversos estudos do próprio Lucas Lopes e de seus aliados, sobre vários momentos da política nacional brasileira.

[18] BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 5° ed., 2000.

Também utilizamos o depoimento concedido por Lucas Lopes ao CPDOC e a bibliografia que trata da conjuntura do período.

No capítulo 3, o principal objetivo foi pensar se realmente Lucas Lopes se afastou da política, após a sua saída do Ministério da Fazenda em 1959. Para tanto, abordaremos suas atividades como empresário, a fim de demonstrar que a sua participação política se manteve ainda por um longo tempo, principalmente no período anterior ao golpe de 64.

Sua atuação como membro da Consultec e da Hanna Minning Co. foi fundamental para a elucidação de qualquer tipo de dúvida em relação o caráter político dessa fase da sua trajetória. A Consultec foi uma das empresas de consultoria que mais atuou politicamente, no sentido de beneficiar empresas estrangeiras a se instalarem no Brasil, entre elas a Hanna Minning, que protagonizou uma das maiores polêmicas envolvendo a exportação e a extração do minério de ferro brasileiro.

Nesse sentido, o verbete sobre Lucas Lopes do Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro do CPDOC, o seu depoimento e a pesquisa na série Atividade Privada, em seu arquivo pessoal, foram as principais fontes utilizadas.

Abordaremos também a participação de Lucas Lopes no contexto político e ideológico dos anos 60, mais especificamente a sua posição frente às conspirações contra o governo João Goulart. A intenção é identificar indícios da sua corrente de pensamento e ação diante da conjuntura política naquele momento. O arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES que se encontra disponível para consulta no Arquivo Nacional, e o arquivo da Escola Superior de Guerra – ESG, também foram pesquisados, com o intuito de identificar seus membros e colaboradores, de forma direta ou indireta.

Referências sobre o processo conspiratório também foram de fundamental utilidade, assim as pesquisas desenvolvidas por Heloísa Maria Murgel Starling sobre “Os novos

inconfidentes" ajudou a apontar a direção desse processo, no sentido de instaurar o regime militar.

À guisa de conclusão, descrevemos os caminhos seguidos na pesquisa, seus impasses e seus limites, que de alguma forma poderão apontar para um desenvolvimento futuro. Foi discutida a verificação ou não das hipóteses que orientaram o trabalho e de que forma nosso estudo pode ter contribuído para o conhecimento histórico sobre o período.

Capítulo 1: O processo de formação de um político.

Valadares e eu sempre tivemos um relacionamento muito bom, apesar de vivermos em universos diferentes – ele, num universo de política todas as horas do dia, e eu, no de um homem de administração pública.
Lucas Lopes[19]

O objetivo principal neste capítulo será o resgate das origens de Lucas Lopes como um fator decisivo para entender o processo de formação deste importante ator político enquanto homem influente no governo e no Estado capitalista brasileiro. Esse processo, no entanto está diretamente relacionado com elementos mais amplos de análise que serão melhor entendidos nos capítulos posteriores.

Inicialmente a intenção é apresentar aspectos da origem familiar e social de Lucas Lopes, e a busca por informações de seus antecedentes será um fator fundamental no entendimento da sua trajetória, a fim de identificar elementos que influenciaram na sua atuação política, primeiramente em nível regional em Minas e mais tarde em nível nacional. Portanto, aspectos de cunho pessoal serão considerados desde que estejam relacionados com sua prática política, não se pretendendo o simples relato do cotidiano biográfico.

Da mesma forma, analisaremos as primeiras experiências como engenheiro que o levaram a assumir seus primeiros cargos de relevância. As relações sociais que preservou enquanto engenheiro ferroviário foram fundamentais para a sua ascensão como homem público.

Como secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais, Lucas Lopes começou a demonstrar suas reais concepções sobre planejamento, que se exemplificariam na construção da Cidade Industrial mineira, onde atuou de forma importante

[19] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 66.

no período de interventoria de Benedito Valadares no Estado (1937-1945). Relação que, de certa forma, ajudou na projeção profissional de Lucas Lopes.

A proximidade com Valadares, um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD),[20] com quem manteve inclusive laços familiares, proporcionaria a Lucas Lopes sua inserção no futuro partido de forma atuante nos principais momentos da história do PSD e da política nacional. Como exemplo, durante a candidatura e a eleição de Juscelino Kubitschek à presidência em 1955 e 1956, respectivamente. Nessa perspectiva é fundamental identificar, no discurso defendido por Lopes, uma postura técnica que de alguma forma entrava em contradição com a prática que exercia.

Suas outras atividades, antes de assumir um cargo público em nível nacional, também serão abordadas. Entre elas estão o cargo de professor de geografia econômica, que lhe proporcionou conhecimentos geográficos importantes numa futura gestão à frente da coordenação da Comissão do Vale do São Francisco e da Companhia Brasileira de Engenharia (CBE), período em que reforçou sua adesão à teoria da energia elétrica como fonte de crescimento econômico para o país.

As experiências no Vale de São Francisco e na CBE iniciariam os primeiros estudos em energia elétrica, resultando na elaboração do complexo Plano de Eletrificação de Minas Gerais, prenúncio da relevância que esse setor teria no crescimento econômico de Minas e do Brasil inteiro. Esse estudo incluía um mapeamento das zonas econômicas mineiras e a conseqüente necessidade de uma ampliação do fornecimento de energia no Estado a fim de aumentar a produção em larga escala nos setores principais da economia. Esse plano serviria como esboço para o Plano Nacional de Eletrificação, que entrou em vigor no período da presidência de Juscelino Kubitschek.

---

[20] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Partido Social Democrático". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30.* Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, v. IV, p. 4382-4394.

O Plano de Eletrificação de Minas Gerais, os trabalhos publicados durante a gestão na Secretária Estadual de Agricultura e o projeto da Comissão do Vale de São Francisco fizeram-no um grande conhecedor do setor de energia elétrica no país. Isso possibilitaria a elaboração de projetos alternativos que se identificavam com a proposta inicial de Juscelino, como governador de Minas, de criar uma empresa responsável pelo crescimento energético no Estado. Iniciativas que lhe renderiam o convite para elaborar o programa de instalação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) durante 1950. Será apresentada aqui a estrutura que envolveu a criação e as atividades da Cemig, cujas verbas incluíam as recebidas do Fundo Federal de Eletrificação, instrumento criado pelo governo federal a fim de incentivar o fornecimento de energia elétrica como ferramenta para o crescimento econômico do país, refletindo desde já a importância que esse setor teria mais adiante.

De forma geral, o presente capítulo abordará os aspectos iniciais da trajetória política de Lucas Lopes, passando por sua formação acadêmica e buscando conectá-lo com determinados elementos que prevaleceram no percurso de sua vida pública. Nesse sentido, ao introduzir suas origens familiares e suas primeiras atividades, será necessário discutir outros traços que serviram de pano de fundo de suas principais atividades, e que ajudarão a direcionar a discussão. Entre eles podemos citar o caráter político na trajetória de Lucas Lopes, presente ao longo de todo o trabalho, contrastando o discurso adotado com a prática exercida. Apesar de se autodenominar apenas um técnico, a participação de Lucas Lopes extrapolava os limites do "simples fazer", e os interesses pessoais e corporativos em jogo se refletiriam na esfera pública tanto em caráter regional quanto nacional.

1.1 – As origens sociais e acadêmicas de Lucas Lopes.

1.1.1 - A família Lopes:

O resgate da origem familiar de Lucas Lopes, através de um mapeamento de seus antecedentes, permite compreender o processo de sua participação e atuação nos níveis mais significativos da política nacional. A tentativa de traçar suas origens familiares tem o objetivo de identificar a maneira pela qual se deu sua inserção nos aparelhos do Estado, priorizando, portanto, os aspectos que envolvem a sua trajetória política, e não a sua biografia pessoal. Nessa perspectiva de análise, a reflexão sobre dados e informações de seus antecedentes buscará a conexão com o processo que moldou e construiu a influência de Lucas Lopes, primeiramente em Minas Gerais para, a seguir, em âmbito nacional.

Os primeiros Lopes viviam na região norte de Portugal, em Trás-os-Montes. Eram Francisco Antonio Lobato e Maria Lopes Lobato. Esse casal tinha um filho, João Antonio Lopes, que sonhava em ser marinheiro e, aos dezesseis anos, embarcou para a América do Sul, chegando ao Brasil em 1786 e se instalando no Rio Grande.

Era uma época próspera para o comércio, e João Marinheiro – como era conhecido João Antonio Lopes – começou a se dedicar a essa prática. Casou-se com Maria Correa, prima e cunhada de um dos latifundiários mais importantes da região. O casal teria sete filhos, sendo o mais novo Francisco Antonio Lopes, o avô de Lucas.

Francisco Antonio Lopes que foi vereador e coronel da Guarda Nacional casou-se com Ana Leocádia, filha de José Rodrigues de Azevedo Machado. É através da família Azevedo Machado que ocorre o parentesco de Lucas Lopes com Luiz Simões Lopes e seu pai,

Ildefonso Simões Lopes.[21] Francisco Antonio Lopes e Ana Leocádia tiveram nove filhos, dois dos quais morreram cedo, e o caçula foi Francisco Antonio Lopes Filho, o pai de Lucas Lopes.[22] Chico Lopes – apelido do pai de Lucas – veio para o Rio de Janeiro estudar na Escola Naval entre os anos de 1850 e 1902, período em que ocorria um surto de febre amarela no Rio. Por instrução de seu pai, Chico Lopes mudou então de planos e foi estudar em Minas Gerais. Chegou na recém inaugurada cidade de Belo Horizonte e se instalou na residência de seu irmão Eduardo Lopes, que trabalhava com o governador João Pinheiro.[23]

Porém Belo Horizonte estava ainda em plena formação, e não dispunha de escolas tradicionais. Chico Lopes completou então os estudos em Ouro Preto, onde estavam localizados os melhores colégios do Estado, e logo ingressou na Escola de Minas. Nessa época Chico Lopes possuía uma renda relativamente boa para o seu padrão de estudante, já que o avô de Lucas Lopes havia deixado no Rio Grande algumas propriedades de cujo aluguel provinha o seu sustento. Foi em Ouro Preto que começou o namoro com Maria da Conceição Mosqueira, ou Filhinha Mosqueira, a futura mãe de Lucas Lopes.

---

[21] O pai de Lucas Lopes, Chico Lopes, era primo de Ildefonso Simões Lopes, que foi ministro da agricultura entre 1919 e 1922 e deputado federal pelo Rio Grande do Sul em várias legislaturas durante a República Velha. Seu filho, Luis Simões Lopes, foi chefe do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) entre 1938 e 1945, sendo que em 1944 assumiu a presidência da Fundação Getúlio Vargas (FGV). MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Lucas Lopes". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. III, p. 3278.

[22] Dos sete irmãos vivos de Francisco Antonio Lopes Filho, Antonio Carlos Lopes, tio, portanto, de Lucas Lopes, foi o introdutor do Tiro de Guerra no Brasil. O Tiro de Guerra é uma instituição militar do Exército, encarregada de formar reservistas no desempenho de tarefas no contexto da Defesa Territorial e Civil. LOPES, Rodrigo. "Sonho e Razão: Lucas Lopes, o planejador de JK". São Paulo: Arx, 2006. p. 204

[23] João Pinheiro da Silva fundou em 1888, em Ouro Preto, o Clube Republicano e o jornal *O Movimento*. Membro do Partido Republicano Mineiro (PRP), foi o primeiro vice-governador republicano em Minas. Foi eleito deputado federal constituinte, senador por Minas Gerais em 1905 e, no ano seguinte, presidente do Estado. Era pai de Israel Pinheiro, que assumiu a presidência da Companhia Vale do Rio Doce (1942-1945) e, entre outros cargos, foi deputado federal por Minas Gerais, grande líder mineiro do PSD, prefeito de Brasília (1960-1961) e governador de Minas (1965-1971). *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p.38, nota 02.

Nessa época, no entanto, os gaúchos não eram muito bem recebidos na cidade mineira, devido a uma briga na qual os irmãos de Getúlio Vargas,[24] estudantes da Escola de Minas, se envolveram. Com a briga culminando na morte de um estudante paulista, passou-se a considerar o gaúcho como "gente perigosa, que andava armada, com a faca na bota".[25] Transferindo-se para a Escola Politécnica de São Paulo, Chico Lopes lá permaneceu por dois anos, período importante para a formação da sua rede de amizades. Foi na Escola Politécnica que conheceu, por exemplo, Roberto Simonsen,[26] seu colega de turma e com quem mais tarde viria a trabalhar.

Com o retorno a Ouro Preto, Chico Lopes retoma os estudos na Escola de Minas e também o namoro com Filhinha Mosqueira, com quem se casaria em 1909 e teria dez filhos. Lucas era o segundo, nascido em 25 de junho de 1911. Em 1913, Chico Lopes formou-se engenheiro e logo seria professor da Escola de Minas. Nessa época, a engenharia era ainda uma profissão em crescimento, com campo de atuação restrito às pesquisas geológicas ou à sala de aula. Mais tarde, porém, o ministro da Viação Afrânio de Melo Franco, o nomearia chefe do Serviço de Construção da Estrada de Ferro Noroeste, no Pantanal do Mato Grosso. Finalizada a construção da estrada, Chico Lopes regressou a Ouro Preto.

Por ocasião da construção de um quartel para o 10º Batalhão de caçadores na cidade, Ouro Preto receberia a visita do ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras (que era engenheiro formado pela Escola de Minas), acompanhado por Roberto Simonsen, presidente da Companhia Construtora de Santos – a realizadora do projeto. E seria do próprio Simonsen, a quem já conhecia, que Chico Lopes receberia o convite para administrar a obra. A partir de

---

[24] Na época Getúlio também era estudante em Ouro Preto, e com o a morte do estudante, o futuro presidente e seus irmãos voltariam para o Rio Grande do Sul.

[25] LOPES, Rodrigo. Op. Cit., p. 198.

[26] Importante engenheiro que influenciou na elaboração das principais diretrizes econômicas nacionais. A partir do final do Estado Novo suas idéias ganharam destaque através da controvérsia entre Simonsen e Eugênio Gudin, em relação a defesa da planificação econômica e das teses ultra-liberais contrárias à intervenção estatal. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Roberto Simonsen". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. V, p. 5481-5484.

então Lopes se especializaria nesse ramo, trabalhando como diretor de obras durante a administração de Cristiano Machado, na Prefeitura de Belo Horizonte (1926-1929), e mais tarde chefiando a Divisão de Tração do Departamento de Linha da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

Em 1930 apoiou, alistando-se como voluntário junto aos filhos, o movimento liderado por Getúlio Vargas, que colocaria fim no pacto político entre São Paulo e Minas Gerais e seria denominado pela historiografia como "Revolução de 30". Como trabalhava, no entanto, com Janot Pacheco – favorável à candidatura de Júlio Prestes, o candidato do governo – Chico Lopes retornou a Ouro Preto, voltando a lecionar na Escola de Minas. Segundo Lucas Lopes:

> Meu pai nunca foi membro de nenhum partido político, nunca participou da vida política, era apenas vinculado por relações de família e de amizade a políticos locais, mas tomou posição nítida a favor da revolução. Ficou como consultor técnico do Batalhão João Pessoa, porque já era um homem de idade. Seu gesto foi mais um gesto de gaúcho em apoio à revolução do que propriamente uma participação.[27]

Nessa época Chico Lopes começou a se interessar pela história de Minas e a pesquisar, tornando-se, segundo Lucas Lopes, um "dedicado historiador".[28] Foi então que passou a trabalhar, juntamente com Rodrigo Mello Franco de Andrade,[29] primo de sua esposa, para o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – hoje IPHAN – nas obras de restauração da Igreja do Carmo e da Antiga Casa da Câmara e Cadeia em Ouro Preto – hoje Museu da Inconfidência. Escreveu alguns livros, como *A História da Construção da Igreja do*

---

[27] O Batalhão João Pessoa surgiu a partir do Tiro de Guerra n° 56, que existia em Belo Horizonte e que pertencia à Escola de Engenharia e à Escola de Direito. *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p.33.

[28] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p.22.

[29] Rodrigo Mello Franco de Andrade chefiou o SPHAN desde a fundação do órgão, em 1937, até 1968. O SPHAN foi uma instituição criada com base nos objetivos do Estado Novo de proteger o patrimônio histórico e artístico nacional. Sob a direção de Rodrigo Mello Franco, a política do SPHAN norteou-se pelos conceitos de "tradição" e "civilização", dando ênfase à relação com o passado. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. V.

Carmo em Ouro Preto, publicado pelo SPHAN em 1942; *Os Palácios de Vila Rica*, publicado durante o governo de Juscelino em Minas, e *Personagens da Inconfidência*, bem como alguns poemas, que assinava com o pseudônimo de Flamínio Corso. Escreveu ainda um importante livro sobre a história da Escola de Minas de Ouro Preto, contando com a colaboração de vários ex-alunos que mais tarde seriam figuras de projeção nacional, como Pandiá Calógeras, Pires do Rio e Gonzaga de Campos.[30]

A mãe de Lucas Lopes era de família tradicional de Ouro Preto, filha única de Celuta Bretas de Andrade e Francisco de Paula de Magalhães Mosqueira, que morreu aos 26 anos. O irmão de Celuta, Rodrigo de Andrade, casou-se com Dahlia Alvim de Mello Franco, representante de umas das famílias mais tradicionais de Minas. Tiveram dois filhos, Vera e Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Conforme mencionado anteriormente, Chico Lopes e Filhinha Mosqueira casaram-se em 1909 e tiveram dez filhos. O mais velho era Rodrigo Lopes, que se formou em engenharia também pela Escola de Minas de Ouro Preto e logo depois foi trabalhar no escritório de Saturnino de Brito,[31] importante sanitarista da época. Posteriormente, trabalhou na Rede Ferroviária Federal, onde fez carreira como diretor e tornou-se amigo de Antonio de Almeida Neves, irmão de Tancredo Neves – futuro presidente da República (1985), que morreu antes de assumir o mandato –, que mais tarde o levou para a Light, a atual fornecedora de energia elétrica do Rio de Janeiro. Maria do Carmo era a primeira irmã, a próxima era Zélia, que era casada com Alberto Freire Lavenère Wanderley, geólogo do Departamento de Produção Mineral, irmão do futuro ministro Nelson Lavenère Wanderley (1909-1985).

---

[30] Maiores informações sobre a trajetória dos antigos alunos da Escola de Minas, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Rio de Janeiro: FINEP, 1978.

[31] Francisco Rodrigues Saturnino de Brito foi um dos mais importantes engenheiros sanitaristas do Brasil, realizou importantes estudos na área de saneamento básico e urbanismo nas grandes cidades. SATURNINO DE BRITO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2009. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Saturnino_de_Brito&oldid=18225045>. Acesso em: 4 fev. 2010.

Alaíde era a terceira, casada com José Carlos Ferreira Gomes. Também geólogo, professor da Escola de Minas, José Carlos auxiliou Lucas Lopes nos estudos sobre as barragens que a Cemig construiu. Em seguida está Vera, esposa de Amaro Lanari, importante ex-aluno da Escola de Minas de Ouro Preto, que entre outros feitos, fundou a Companhia Siderúrgica Mineira em 1917.[32] Seguem-se Hélio, um respeitado médico em Belo Horizonte, e Marina, casada com o também engenheiro, Raimundo Campos Machado. A última irmã era Maria de Nazaré, havendo ainda Nora, que morreu criança, com dois anos de idade.

A família de Lucas Lopes – Chico Lopes, Filhinha Mosqueira, seus nove filhos e a avó Celuta Mosqueira – morava numa espécie de pousada, onde se hospedavam os principais nomes da política regional. Nesse ambiente, ainda muito menino, Lucas Lopes começou a adquirir contato com algumas figuras importantes da dinâmica eleitoral de Minas Gerais, e que mais tarde tiveram expressão em nível nacional.

Após um breve panorama das origens da família Lopes, percebe-se que a tradição na formação de engenharia acompanhou as várias gerações, incluindo os filhos e genros, de forma que é importante lembrar que no início do século XX este setor era ainda muito incipiente. Tratava-se de uma profissão em plena formação e crescimento, e as opções que se apresentavam para um engenheiro recém formado eram escassas, envolvendo em sua maioria a carreira no Serviço Geológico ou no magistério. Daí a grande influência da geologia como uma área de especialização da engenharia.

Nesse aspecto é importante destacar a influencia que a Escola de Minas de Ouro Preto teve no Brasil especialmente em relação à implantação da ciência geológica, da mineração, da metalurgia e do desenvolvimento tecnológico, estimulando o caráter científico e não apenas técnico de tais atividades. A sua criação se deve em boa parte a motivos de natureza antes

[32] Em 1921, a Companhia Siderúrgica Mineira se uniu à ARBED, grupo com sede em Luxemburgo e um dos maiores produtores de aço do mundo, transformando-se na Companhia Siderúrgica Belgo –Mineira, a maior siderurgia de carvão vegetal atualmente. CARVALHO, José Murilo de. Op. cit.

ideológicos do que econômicos, na medida em que não existia uma demanda efetiva por geólogos e engenheiros na econômica exportadora da época. A criação da Escola foi um ato político de impacto sobre o próprio desenvolvimento econômico e tecnológico brasileiro. A preocupação não era apenas formar engenheiros, mas influir profundamente no desenvolvimento e no conhecimento dos recursos naturais do país.[33]

1.1.2 - A engenharia e as primeiras experiências profissionais.

A formação acadêmica de Lucas Lopes foi diretamente influenciada por essa herança de família, seguindo a tendência de estudo da engenharia. Ele iniciou os estudos primários em sua cidade natal, Ouro Preto e completou o ginásio no Colégio Arnaldo, tradicional colégio interno em Belo Horizonte no qual se formaram importantes personagens na política nacional, entre eles, Gustavo Capanema[34]. Tratava-se de um colégio de padres alemães, bastante rígido e com uma rotina diária muito bem disciplinada.[35]

Em 1927, logo que terminou o ginásio, fez o exame vestibular para a Escola de Engenharia na Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, rompendo por sua vez com a tradição da família de formar engenheiros pela Escola de Minas de Ouro Preto. Nessa época a Universidade em Belo Horizonte estava sendo criada, e a turma de Lucas Lopes foi a primeira a se formar.

Ao entrar na faculdade, Lucas Lopes chegou a trabalhar como jornalista no jornal *Estado de Minas*, incumbido da cobertura das sessões do Senado Mineiro. "Minha função era

[33] CARVALHO, José Murilo de. Op. cit.
[34] Capanema foi um nome importante na conjuntura que precedeu a "Revolução de 30", apoiando o movimento sempre ao lado de Vargas. Assumiu o cargo de ministro da Educação e Saúde (1934 – 1945), posteriormente filou-se ao PSD e obteve sucessivos mandatos parlamentares. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Gustavo Capanema". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. II.
[35] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p.28.

conseguir algumas anedotas, algumas farpas dos senadores uns contra os outros, e fazer uma coluna de brincadeiras".[36] Dessa experiência Lucas Lopes relata algumas curiosidades:

> Além da Câmara dos Deputados, que era muito insignificante, havia na época um Senado estadual, cujo presidente era Olegário Maciel, que ainda não tinha levado a governador mas já era um homem velho. E Olegário Maciel dormia as sessões inteiras do Senado...[37]

Segundo os relatos do próprio Lucas Lopes, durante os trabalhos como jornalista, em uma entrevista com Pedro Ranche, seu professor de Mecânica e muito amigo de seu pai, foi aconselhado a investir mais na sua carreira de engenheiro, e foi nesse momento que "fincou o pé na engenharia e nunca mais saiu".[38] Em 1930, conseguiu uma vaga muito desejada entre os estudantes de engenharia naquela época, uma oportunidade de realmente praticar a profissão. Contratado como desenhista na Estrada de Ferro Oeste de Minas, Lucas Lopes teria como chefe Aquiles Lobo, seu ex-professor na Escola de Engenharia e futuro padrinho de casamento.[39]

Durante a Revolução de 30, como mencionado anteriormente, Lucas Lopes se alistou como voluntário, juntamente com seu pai, no Batalhão João Pessoa. Logo depois teve início a Revolução Constitucionalista de 1932, com Minas governada por Olegário Maciel. A apoiá-lo, grandes nomes do período como Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari, fundadores da Legião de Outubro, dos "camisas-pardas".[40] São Paulo, enquanto isso, contava com Arthur Bernardes e seus seguidores, divisão que se refletiria na Escola de engenharia.

---

[36] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p.32
[37] *Ibid.*, p.32.
[38] LOPES, Rodrigo. Op. cit, p. 17.
[39] *Idem*, *ibidem*. p. 19-20.
[40] A Legião de Outubro foi uma organização política de apoio ao governo revolucionário criada pelos tenentes logo após a vitória da Revolução de 30. Apoiada por Olegário Maciel, adquiriu caráter oficial em 1933, mas foi incorporada pelo Partido Progressista, fundado pelo próprio Olegário Maciel e Antonio Carlos de Andrada. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Lucas Lopes". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. III, p. 3278.

Cunhado de Amaro Lanari, Lucas Lopes liderou dentro da Universidade um movimento de apoio a Olegário Maciel, enquanto que a maioria dos estudantes era a favor de São Paulo.

Essa passagem é descrita por Lucas Lopes como sendo "uma aventura da mocidade". Mas não apenas esse episódio de 1932, como também o seu apoio à Revolução de 30, podem ser indícios da participação política e engajada de Lucas Lopes desde essa época, o que de certa forma impulsionou, nos períodos posteriores, uma atuação ativa ao longo da sua trajetória, nos momentos mais cruciais da política regional e nacional.

A atuação política de Lucas Lopes, assim como a incorporação de novos agentes na dinâmica política nacional – entre eles podemos incluir o próprio Lucas Lopes –, pode ser entendida através da análise do processo de transformações ocorridas no período pós-30. A "Revolução de 30" inaugurou uma nova estrutura política e social, que permitiu com que atores sociais que já atuavam de forma indireta fossem incorporados pelo Estado, de forma a participarem ativamente através de formulações estratégicas no âmbito político. Nesse sentido, personagens que aparentemente possuíam uma função técnica foram assumindo cada vez mais uma função de cunho político, na medida em que formulavam projetos que eram alvos de importantes embates na arena política e social brasileira. Embora o discurso sempre negasse essa participação, apelando para uma atuação estritamente técnica e servindo como um recurso retórico de defesa, é importante perceber que ela se dava muitas vezes de forma indireta, mas determinante. Dessa forma é importante retomar o processo que, entre outros aspectos, promoveu a introdução de novos agentes, denominados *a priori* de técnicos, na política nacional.

A partir de 1930, o país entra em um processo de incorporação das massas trabalhadoras e das classes médias urbanas no sistema político. Para fazer frente a essas novas circunstâncias, estabelecem-se novos mecanismos de controle dos interesses organizados pelo Estado. Uma das consequências mais importantes dessa estratégia foi a despolitização dos

setores sociais incorporados. Iniciou-se uma modalidade de desenvolvimento político até então desconhecida no país, que tinha na burocracia sua principal base de sustentação e era inseparável do processo de industrialização e de diversificação estrutural do país. Essa modalidade introduziu a questão da incorporação dos técnicos.

O campo de atuação dos técnicos começou a se formar ao longo da era Vargas e no bojo do processo de construção do Estado Nacional desenvolvimentista.[41] Maria Rita Loureiro associa este processo à centralização do poder no Executivo federal, pela expansão das funções econômicas do Estado e ainda pelo deslocamento do poder do Congresso e dos partidos políticos para as novas agências de planificação e regulação econômica.[42] Quanto a isso, Sônia Draibe defende que

> no processo de expansão do Estado capitalista brasileiro, a criação dos diferentes órgãos guardava uma correspondência, enquanto materialidade institucional, com a manifestação dos conflitos, estratégias e alianças entre classes e frações de classes, levando em consideração que as lutas econômicas que caracterizam a formação do capitalismo atravessam também as estruturas do próprio Estado, constituindo formas cristalizadas de relações e conflitos sociais.[43]

Nesse sentido, a introdução de órgãos como os conselhos técnicos do primeiro governo Vargas, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), os grupos executivos do governo Juscelino, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc),[44] e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), são exemplos desse novo caráter que o Estado nacional adquiriu. Esses órgãos, segundo Maria Rita Loureiro, foram essenciais

---

[41] LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p.03.

[42] MARTINS, Luciano. *Pouvoir politique et dévellopement économique* , Paris Anthropos. 1976. *Apud.* LOUREIRO, Maria Rita. Op. cit., p. 3.

[43] DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 49.

[44] Para um análise mais detalhada sobre a SUMOC ver: KUPERMAN, Esther. *Da SUMOC ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil*. 2008. 252 f. Tese se doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2008, cap. VIII.

para a formação dos técnicos e sua inserção no cenário político. Segundo a autora, esses órgãos constituíram-se em "espaços privilegiados de decisão, apropriados pelos técnicos, eles funcionaram também como escolas práticas de formação econômica diferenciada para engenheiros, advogados e outros (...)". [45]

A configuração do cenário político instaurado no segundo governo Vargas (1951-1954), principalmente em relação ao sistema partidário, permite entender as formas pelas quais os técnicos, que nesse momento estavam surgindo como atores políticos relevantes, buscaram legitimar-se. De acordo com Lourdes Sola, a pouca influência na dinâmica democrática dos partidos e do Congresso no que tange às decisões de política econômica, assim como a influência da ideologia nacionalista durante o período, foram fatores cruciais para organização dos técnicos no aparelho burocrático do Estado. [46]

Valendo-se dos estudos de Maria do Carmo Campello de Souza,[47] sobre a organização do sistema partidário, Lourdes Sola parte da hipótese de que os partidos brasileiros da época, que teoricamente deveriam ser os responsáveis pelas discussões e implementações de políticas a nível nacional, não conseguiram competir com os novos atores estratégicos naquele momento, que começaram a fazer frente com seus projetos específicos, no que se refere especialmente a formulações de políticas econômicas e às demandas sociais da população. Assim, os técnicos foram adquirindo cada vez mais espaço e legitimidade no cenário político e econômico do país, e maior poder de barganha com as instituições tradicionalmente políticas no sentido *stricto senso*.

---

[45] LOUREIRO, Maria Rita. Op. cit., p.03.
[46] SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp/ FAPESP, 1998.
[47] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estados e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. *Apud.* SOLA, Lourdes. Op.cit., p. 58-59.

No entanto, a autora aborda essa questão incorporando esse processo a outro mais amplo. A inserção dos técnicos e suas relações com os partidos e com os políticos tradicionais se davam a partir de dois aspectos que se relacionam com a estruturação dos partidos. São eles: a falta de autonomia dos movimentos sociais (e, sobretudo, dos sindicatos), e a forte presença do sistema de patronagem, que alterou profundamente a dinâmica e a estrutura da burocracia estatal, afetando inclusive os critérios para o recrutamento de funcionários públicos através do sistema meritocrático. O sistema de patronagem está relacionado com um vínculo vertical entre indivíduos que ocupam posições diferentes na dinâmica social, como uma troca de favores assimétrica, na qual se negocia, por exemplo, emprego, proteção e, até mesmo, votos.

A partir do Estado Novo (1937-1945) a tendência favorável a uma reforma administrativa mais rigorosa aumentou. Foi criado no governo ditatorial de Vargas um departamento administrativo, subordinado à Presidência da República, com uma considerável soma de poderes, o DASP, pelo Decreto-lei n° 579, de 30 de julho de 1939. Inspirado nas propostas norte-americanas de se criar um "departamento de administração geral", o DASP tinha jurisdição sobre todos os cargos, e exercia rigorosamente o processo de recrutamento e seleção dos efetivos. Tornou-se, assim, um forte indicador de avaliação do grande impacto que o sistema de mérito teve na burocracia federal brasileira. Porém, é importante destacar que o DASP não decidia uma meritocracia. Ela era desenhada em função das escolas e instituições, essas sim, responsáveis por decidir o que era o mérito.

Outro fator relevante que Lourdes Sola aponta em relação à busca por legitimidade, por parte dos técnicos na política nacional, é a questão do nacionalismo. Segundo Sola, o nacionalismo se configurou em uma linha divisória entre os dois grupos de técnicos durante os anos do pós-guerra: os técnicos nacionalistas e os técnicos cosmopolitas. Partindo da

análise de Luciano Martins,[48] que considera o nacionalismo como um projeto de desenvolvimento nacional e um instrumento de mobilização popular, Sola identifica que os atores relevantes procuraram constituir uma identidade política, apresentando-se como os formuladores de opções para o crescimento capitalista nacional, e como membros de um sistema de alianças específico. Tal sistema abrangeria setores nacionais ainda em incorporação pelo sistema político, como os empresários e um setor de representantes políticos – diferentes dos políticos tradicionais, agora eleitos pelo voto e formalmente membros de partidos –, setores internacionais e os setores populares urbanos.

Seguindo uma linha teórica mais condizente com a proposta aqui apresentada, Lucio Flavio de Almeida analisa a questão do nacionalismo como uma disputa entre projetos de frações da classe dominante no interior do Estado capitalista brasileiro. O autor não vê uma oposição entre os projetos de desenvolvimento nacionalistas e cosmopolitas, ou ainda o "nacionalismo triunfante". Para Almeida, mesmo levando em conta a maior presença dos cosmopolitas, ou desenvolvimentistas, em momentos importantes da definição de políticas do Estado na segunda metade da década de 1950, não se pode falar em disjunção entre nacionalismo e desenvolvimentismo, pois se configuravam em correntes que privilegiavam elementos e interesses das classes dominantes e se valiam de um discurso específico no processo de disputa pela hegemonia no interior do Estado.[49]

A análise desses atores sociais, os técnicos, tem papel proeminente na medida em que a relação entre as esferas da economia e da política adquire uma fronteira imperceptível. Examinando o padrão de relações entre os técnicos em economia, os economistas e os políticos profissionais, Lourdes Sola parte da idéia de que "as instituições políticas contam

[48] MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. *Apud.* SOLA, Lourdes. Op.cit., p. 60-61.
[49] ALMEIDA, Lucio Flavio de. *A ilusão do desenvolvimentismo: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

decisivamente como condicionantes do processo de formação da política econômica",[50] ou seja, a maior parte das estratégias econômicas é mais inteligível quando integrada à analise política.

Outro aspecto dessa relação diz respeito à forma de inserção dos técnicos nas arenas decisórias mais restritas onde se formulam as políticas econômicas. Nesse ponto a análise desenvolvida por Maria Rita Loureiro[51] apresenta algumas questões importantes, mas que se contrapõe à proposta aqui apresentada. A autora defende que esses técnicos possuíam um alto grau de proteção frente às pressões da política competitiva, em particular dos partidos políticos e dos interesses organizados. Loureiro sintetiza suas idéias priorizando o Estado como o centro, e, com ele, dois atores decisivos para compreender as mudanças e realizações da política econômica no período: os técnicos e os políticos que ocupavam os sistemas decisórios, analisando-os como se não tivessem relação um com o outro. Sola, por sua vez, caracteriza o Estado da seguinte forma:

> Graças à manipulação do regime cambial heterodoxo vigente e ao financiamento inflacionário das suas próprias atividades empresariais correntes, o Estado constituiu-se no agente propulsor (e não apenas árbitro) de um processo permanente de redistribuição de penalidades e de privilégios nos âmbitos intersetorial e intra-setorial.[52]

Sola considera então que o processo de formação da política econômica em diferentes cenários críticos é resultado da interação dinâmica entre três fatores: o primeiro seriam os requisitos impostos pelo sistema econômico, que restringiram as possibilidades de ação dos técnicos; o segundo é o modo de percepção do que vem a ser "necessidade econômica" por parte dos atores políticos envolvidos, os economistas, incluindo-se os profissionais não

[50] SOLA, Lourdes. Op. Cit., p. 20.
[51] LOUREIRO, Maria Rita. Op. cit., p. 24.
[52] SOLA, Lourdes. Op. cit., p. 38.

graduados em economia, mas que exerciam tal função, como engenheiros e juristas; e, por último, os fatores políticos, estruturais e conjunturais, que acabaram por se impor aos governantes, em especial aqueles da área econômica em situações críticas, como o controle da inflação, as instâncias da burocracia e o próprio jogo político, que impulsionaram projetos de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Sola identifica esses fatores políticos como sendo o próprio aparelho do Estado.

No entanto defendemos que a idéia de isolamento e proteção dos técnicos é falsa. Acreditamos que sua incorporação no sistema político se deu através de alianças que estabeleceram com outros atores estratégicos, alianças essas circunscritas por outros aspectos envolvendo suas percepções quanto ao desenvolvimento e seu modo de inserção no aparelho do Estado. De certa forma, foram essas percepções que indicaram as áreas certas para se estabelecer aqueles laços de aliança. Por esse motivo, o uso do termo "técnicos desenvolvimentistas", para designar, principalmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), os atores políticos estratégicos no plano econômico, não é suficiente para abarcar as diversas correntes em disputa nesse período.

No Brasil, os técnicos economistas se tornaram, ao longo dos anos 1940-1970, importante parcela das classes dirigentes, ou seja, de uma parcela com poder de decisão na sociedade. Historicamente, eles ascenderam a postos tradicionais no Estado, tais como o de ministro da Fazenda, substituindo bacharéis, homens de negócios ou membros de partidos políticos, e ocuparam os novos cargos surgidos com a expansão das funções estatais de regulação e intervenção econômica. Os técnicos brasileiros não exerceram apenas a função burocrática, atuavam também como dirigentes políticos. Essa característica, segundo a Maria Rita Loureiro,

> é o resultado de um trabalho de construção institucional, realizado por indivíduos e grupos, ao longo de várias décadas, no seio dos organismos do

> governo, nas escolas de economia ou centros de pesquisa, e em agências econômicas internacionais. Portanto, não é produto 'natural', decorrente da atuação econômica do Estado.[53]

Dessa forma, a autora defende a idéia de que a incorporação desse "novo" agente social como parte integrante da classe dirigente nacional se identifica e se legitima pela sua competência técnica, estando em estreita conexão com o governo, o que fez acirrar a polarização entre os grupos divergentes em relação principalmente às decisões de política econômica. Loureiro conclui que o processo de tentativa, por parte dos técnicos e economistas, de construção de uma identidade enquanto dirigentes políticos, tem sido marcada historicamente por profundas disputas e lutas entre grupos de diferentes abordagens teóricas e ideologias políticas.[54]

Ao apresentar rapidamente o processo em torno da atuação dos técnicos nas esferas decisórias, é interessante retomar a análise sobre a trajetória política de Lucas Lopes. De acordo com a perspectiva abordada, tal trajetória é um exemplo do que foi exposto ao exercer importante influência nas principais medidas governamentais, elaborando projetos que afetavam o jogo político nacional, mesmo sem seu autor ser caracterizado com um "político tradicional".

Em 1932, Lucas Lopes se formou. Mas as opções que se apresentavam para os recém formados engenheiros não eram muitas, com as oportunidades voltadas em sua maioria para a área das hidrelétricas, com obras de abastecimento de água no interior do Estado. Nesse período seria Lucas promovido, inicialmente a subchefe e logo depois a chefe da oficina de reparos da Rede Mineira de Viação em Divinópolis.[55] Não fica muito claro nas fontes e bibliografias pesquisadas como se deu esse ingresso na Rede Mineira de Viação, mas Lucas

---

[53] LOUREIRO, Maria Rita. Op. cit., p. 02.
[54] *Idem, ibidem*, p.10.
[55] A Rede Mineira de Viação era uma empresa resultante da fusão das Estradas de Ferro Sul Mineira, Paracatu e Oeste de Minas, antiga empresa em Lucas Lopes atuava. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Lucas Lopes". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. III, p. 3278.

Lopes descreve esse, e todos os momentos de sua trajetória através de uma narrativa um tanto romântica da sua realidade:

> Tudo na minha vida aconteceu por acaso. É verdade que sempre fui muito aplicado, talvez por influência do primeiro livro que li depois das cartilhas do grupo escolar. Era um pequeno folheto chamado 'Sê perfeito em tudo o que fizeres', de um inglês, Marden.[56]

O trabalho nas oficinas da Rede Mineira de Viação é lembrado por Lucas Lopes como um período de "autodidatismo puro".[57] Nessa época o setor ferroviário era muito precário, as redes não dispunham de recursos suficientes para um funcionamento satisfatório, e, apesar da ampla deficiência de verbas, precisavam se modernizar. É importante destacar que a Rede Ferroviária era um dos pilares do modelo agrário-exportador baseado no café durante anos 30, pois era através das estradas de ferro que todo o produto era transportado. No entanto, a situação das malhas ferroviárias era péssima, acarretando grandes prejuízos ao principal objeto econômico do país.

Lucas Lopes desenvolveu um programa de racionalização das maquinarias espalhadas por vários depósitos da Rede Mineira, de modo a concentrá-las em Divinópolis, transformando essa oficina específica em um centro de reparação pesada e de construção de locomotivas e vagões, que na época eram a vapor. Com a bem sucedida empreitada nas oficinas de Divinópolis, Lucas Lopes consagrou-se como um grande técnico na especialidade ferroviária, usando-a de forma a projetar-se, não mais como técnico, mas sim como um dirigente do Estado.

E nessa perspectiva Lucas Lopes começou a ter contato com as primeiras experiências de planejamento que iriam acompanhá-lo ainda por um bom tempo. Através da leitura de

---

[56] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p.37.
[57] *Ibidem*, p.48.

alguns de seus textos, muitos localizados no seu arquivo pessoal, é possível perceber algumas das suas noções de planejamento:

> Planejar é estabelecer um método de ação. Planejar é o inverso de improvisar (...) a função de planejar pressupõe um esforço de investigação e de previsão. A execução do plano exige organização, coordenação, comando e controle (...) planejar é o método de escolher uma entre todas as alternativas que se apresentam (...) um plano não é um fim, é um meio para se atingir os objetivos desejáveis. Não pode, todavia, estar sujeito aos caprichos de algumas vontades. Deve buscar uma certa estabilidade, pela fixação de determinados objetivos e pela adoção sistemática de determinadas normas de ação.[58]

No entanto, segundo ele, esse planejamento não podia ser considerado um "planejamento moderno", pois era influenciado por concepções norte-americanas de planejamento, como as de Roosevelt – "Minha formação de planejador foi muito orientada pelo New Deal"[59] –, que caracterizavam-se por estudos geográficos, de quantidade e não econômicos ou políticos. Segundo Lucas Lopes:

> Até pouco tempo o planejamento era a grande paranóia universal (...) esta expressão de sentido ambíguo, servia para definir, no conceito popular, qualquer política que se desejasse apresentar como altamente conveniente. O sentido emocional a que se associava a idéia de planejamento foi que o tornou um instrumento de partidarismo político (...) a idéia de 'plano' como método puro de ação adquiriu gradativamente sua independência do conceito de 'plano' como método de ação monopolizado por determinadas correntes políticas (...)
> Planejar é uma tradição americana e data do início da vida nacional (...) a Constituição americana é um plano econômico nacional em grande estilo.[60]

Começou a pensar na necessidade de criar institutos de pesquisa e a se interessar a fundo por aspectos mais econômicos do planejamento. Como o próprio Lucas relata

---

[58] Arquivo Pessoal Lucas Lopes, Série Comissão do Vale do São Francisco (cvsf), dossiê LL cvsf 0000.00.00.
[59] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 114.
[60] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, série Comissão do Vale do São Francisco (cvsf), dossiê LL cvsf 0000.00.00, documento n° 1.

> Na época, toda a minha noção de planejamento reduzia-se a planejamento físico, eu não tinha formação de economista. Foi aí que comecei a ler um pouco de economia, a comprar livros. Na época eram principalmente livros franceses, o velho Gide, Stanley Jevons, Pareto, Sismond ... Eu sentia a necessidade de uma formação em economia, mas não tinha um mestre.[61]

1.1.3 - Economista autodidata.

O debate em torno da formação universitária e da iniciativa de criação dos primeiros cursos de economia no Brasil é interessante. Ele aponta para uma preocupação em formar cada vez melhor os futuros dirigentes nacionais, alinhados com determinadas perspectivas teóricas e metodológicas presentes na atuação dos economistas durante anos, com origem principalmente nos Estados Unidos, das quais as políticas keynesianas são exemplo. A prática econômica era exercida por profissionais que não possuíam o conhecimento específico na área, mas havia uma permanente intenção em aprimorar e selecionar os futuros responsáveis pelas finanças do país de maneira geral, incluindo o setor público e o setor privado. Daí a associação de que a atuação dos economistas, bem como a dos profissionais que atuavam como tais, era essencialmente técnica, mas acreditamos que na verdade essa atuação estava inserida no bojo de disputas políticas constantes.

Os cursos de graduação em economia são relativamente recentes. Pelo menos até o final dos anos 60, a formação dos economistas se dava muito menos nas escolas de economia e mais nos organismos governamentais. Do ponto de vista tanto de criação como de transmissão do pensamento econômico, muito mais importante do que as faculdades de economia eram instituições como a Fundação Getúlio Vargas, mas especificamente o Instituto

[61] Os autores que influenciaram Lucas Lopes em seus estudos sobre economia são apresentados pelo próprio Lucas Lopes, respectivamente da seguinte forma: Charles Gide (1847-1932) foi um dos fundadores da escola corporativista; Wiliam Stanley Jevons (1835-1882) elaborou a teoria da utilidade marginal; Vilfredo Pareto (1848-1923) foi o criador da teoria do valor e Jean Sismondi (1773-1842) foi um forte defensor da intervenção do Estado na economia. *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 63, nota 06.

Brasileiro de Economia (IBRE/FGV)[62] e agências internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal),[63] que funcionavam como escolas práticas de saber econômico.

De acordo com Maria Rita Loureiro,[64] a FGV constituiu, durante várias décadas, o pólo mais importante de produção do conhecimento em economia e o espaço onde a disciplina assumiu sua dimensão prática, afirmando-se como requisito básico de competência para a condução de políticas econômicas no país.[65] Em síntese, pode-se afirmar que o grupo que construiu o IBRE formou-se ao longo de vários anos, em extensa rede de relações em órgãos governamentais, nas instituições de ensino e nos meios empresariais.

O grupo cepalino era representado pelas idéias de Celso Furtado e do argentino Raúl Prebisch. Faziam oposição à FGV principalmente por defenderem uma interpretação estruturalista do processo inflacionário. Acreditavam que a inflação era estimulada pela estrutura institucional brasileira e a postura dos seus agentes. O modelo de pensamento econômico introduzido por essa corrente ideológica foi usado para explicar o processo de transformação das economias latino-americanas durante os anos 50 e início dos 60. No entanto, sofreu duras críticas, no sentido de não levar em consideração "os determinantes endógenos do crescimento", e de omitir duas contradições básicas do processo de industrialização: a luta de classes e o imperialismo.

---

[62] A FGV foi criada em 1944 por altos funcionários do governo Vargas ligados ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), destacando-se a atuação de Luis Simões Lopes. LOUREIRO, Rita Maria. Op.cit., p. 38.

[63] Criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 44 estados e 8 territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe, fazem parte da CEPAL o Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos da América. Ver http://www.cepal.cl

[64] LOUREIRO, Rita Maria. Op.cit., p. 41.

[65] Exemplo da importante influência da FGV na economia aplicada pode ser percebido na elaboração das contas nacionais (na época, inovadoras mesmo nos países desenvolvidos e resultantes da implantação de políticas macroeconômicas inspiradas nas propostas keynesianas) e ainda a criação dos índices de preços.

O que importa ressaltar é que essas instituições se constituíram em importantes espaços de atuação dos técnicos-economistas, em sua maioria autodidatas, com formação acadêmica em outras áreas do conhecimento. No entanto, é necessária a percepção de que, apesar de possuírem uma função e atuação vistas como técnicas, os agentes que compunham tais instituições, responsáveis pela formulação e implementação de determinadas medidas de interesse nacional, estavam frequentemente inseridos em aspectos políticos. Ao se priorizar algumas decisões em detrimento de outras, há um jogo político que não raro envolve embates de interesses.

Até então, cursos como o de engenharia e direito, por exemplo, tinham disciplinas próprias que tentavam suprir o ensino da economia.[66] As primeiras gerações de economistas eram formadas predominantemente por profissionais de outras formações que, interessados em assuntos econômicos por força de sua prática profissional, estudaram ciência econômica, seja como autodidatas, seja em cursos de especialização ou pós-graduação no exterior.

A criação de cursos universitários em economia no Brasil foi pautada no projeto de criação de novos quadros nacionais dirigentes. A intenção era formar uma nova elite comprometida com a tarefa de modernização do Estado, implementada pelas transformações políticas ocorridas no Brasil depois de 30. Nessa perspectiva, defensores de tal projeto, Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões – economistas de conhecida preferência pela perspectiva econômica neoliberal – fundaram em 1945 a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, composta por um corpo docente autodidata proveniente dos organismos governamentais do governo Vargas.

No entanto, a formação acadêmica em economia era muito deficiente. A falta de tradição e prestígio do curso frente a outras carreiras como a engenharia, o direito e a medicina, não atraíam os jovens recém saídos do ensino secundário de origem social e

[66]LOUREIRO, Rita Maria. Op.cit., p.33.

intelectual mais elevada, como era o objetivo dos fundadores. Por outro lado, essas dificuldades iniciais eram amenizadas pela proximidade com o poder nacional, que tornava mais fácil a incorporação dos profissionais economistas nas agências de gestão econômica e nos centros de economia aplicada, como por exemplo a FGV.

A deficiência do sistema de ensino acadêmico na formação em economia começou a vir à tona a partir dos anos 60, ainda antes do golpe, quando novas agências de planejamento e desenvolvimento econômico foram criadas. A administração dessas agências demandava a existência de uma específica mão-de-obra qualificada, que não estava disponível no mercado naquele momento. Paralelamente à expansão crescente do número de cursos e formandos em economia, o que havia era uma má qualidade do ensino e a falta de sintonia com o mercado de trabalho.[67]

Foi então que novas propostas de reformulação dos cursos e currículos na área econômica começaram a ser pensadas. Foram sugeridas e debatidas, através de seminários e encontros, medidas como o fechamento de algumas escolas, a transformação de outras em escolas de administração de empresas, e a renovação do quadro docente via implementação de programas de pós-graduação.

Os cursos de pós-graduação acabaram por se tornar um meio privilegiado de acesso aos postos de gestão econômica para profissionais de diversas áreas, como engenheiros, advogados e outros que concluíam a graduação em economia. Essa medida estimulou também os estudantes de classe social mais elevada a se graduarem em economia, o que sempre foi o objetivo, mas não acontecia pelo menos até os anos 60.

Lucas Lopes, portanto, atuava influenciado pela literatura da época sobre economia, que a formação em engenharia lhe proporcionava. Na época da Rede Mineira aperfeiçoou-se em engenharia ferroviária e em organização racional do trabalho, influenciado pelos escritos

[67] LOUREIRO, Rita Maria. Op.cit., p. 62.

de Taylor, Ford e Fayol.[68] Posteriormente foi nomeado inspetor de Tração e Estações da 3ª Divisão do Departamento de Transportes da Rede Mineira de Viação, cargo que exigia muitos dias de viagem pelo país. Foi quando recebeu o convite para ocupar a chefia da 2ª Divisão da Rede Mineira de Viação, na cidade de Lavras, cidade natal de sua esposa Ester Pádua.

1.1.4 - O casamento com a política.

A família de Ester Pádua era um típico exemplo da influência predominante do parentesco na vida política mineira. Ester e Lucas casaram-se em 1935, quando este último ainda estava em Divinópolis. Tiveram três filhos, Rodrigo, Francisco e Diana, que morreu muito jovem. Ester era descendente da família Negrão de Lima. Sua mãe, Carmelita Negrão de Lima, era a mais velha de nove irmãos, entre eles Francisco Negrão de Lima,[69] e Otacílio Negrão de Lima. A prima-irmã da mãe de Ester era Sara Kubitschek – esposa de Juscelino Kubitsheck – , pois a mãe de Sara era irmã da avó de Ester. Juscelino Kubitschek era muito amigo do cunhado de Ester Pádua, casado com sua irmã mais velha. Ambos eram médicos e estudaram juntos em Paris. O irmão de Ester, João Pádua, era genro do Valadares.

O casamento com Ester Pádua, de certa forma, ajudou a inserir Lucas Lopes no rol das personalidades mais expressivas em âmbito regional e nacional. O laço matrimonial com a representante de uma das famílias mais tradicionais de Minas Gerais ajudou Lucas Lopes a estreitar contatos com importantes figuras nacionais, inserindo-se numa teia de relações políticas que o acompanhariam durante toda a sua participação no governo e na iniciativa privada.

---

[68] Taylor, Ford e Fayol são considerados os pioneiros da administração. De forma simplificada, podemos identificar, no que tange às dinâmicas administrativas, em especial no que se refere aos postos de comando dentro de uma empresa, três abordagem distintas. Nos estudos de Taylor identificamos o "gerente" como um trabalhador; em Ford, um dono; e, em Fayol, um Gerente ou Diretor. DAFT, Richard L. *Administração*. Tradução: Robert Brian Taylor. São Paulo: Thompson, 2005.

[69] Francisco Negrão de Lima seria, nos anos 50, o padrinho de casamento de Humberto Castelo Branco, o primeiro presidente do regime militar brasileiro. *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 282.

1.1.5 - O engenheiro ferroviário.

Lucas Lopes recebeu um convite para trabalhar na Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), subsidiária da American and Foreign Power (Amforp)[70] no Rio de Janeiro, na qual atuou durante seis meses aproximadamente. Licenciou-se da Rede Mineira de Viação, portanto não rompeu o vinculo empregatício que permaneceu até 1959, e começou a se especializar em sistemas de bondes. Sua função era analisar e fazer um balanço do funcionamento e manutenção dos bondes que a companhia tinha no país inteiro. Nesse período, Lucas Lopes iniciou seu contato mais direto com aspectos de análise financeira de custos e de práticas de planejamento econômico.

Em 1940 tornou-se engenheiro da Sociedade Técnica de Materiais (Sotema),[71] em Corumbá, com a incumbência de montar vagões e locomotivas para a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia.[72] A estada de Lucas Lopes na Sotema coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial, o que trouxe algumas dificuldades em relação ao abastecimento de materiais de trabalho e profissionais como soldadores e mecânicos, o que afetou a logística de funcionamento da produção.

[70] A Amforp foi criada pelo grupo norte americano Eletric Bond and Share Co. (Ebasco) em 1923, e se instalou no Brasil em 1927 com a construção das Empresas Elétricas Brasileiras (EEB) que posteriormente passaram a ser denominadas Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 64, nota 09.

[71] A Sotema era uma empresa representante da Allis Chalmers no Brasil, que era uma empresa grande, comparável a General Electric, segundo o próprio Lucas Lopes. *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 55.

[72] A construção da estrada de ferro estava sob a responsabilidade da Comissão Mista Brasil-Bolívia, que era um escritório técnico de projetos. As obras de construção eram feitas por empreiteiras brasileiras, sendo a mais importante a J. O. Machado, firma mineira que associava J. O. Machado e Amaro Lanari, cunhado de Lucas Lopes. *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 57.

Posteriormente Lucas Lopes foi chamado por Israel Pinheiro, presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD),[73] para assumir a diretoria da Estrada de Ferro Vitória-Minas, na qual era responsável pelo recebimento e montagem dos vagões. O projeto da Vale implicava a compra de um grande número de vagões e locomotivas, financiados pelo Eximbank. Tal função contou com a colaboração da equipe da Sotema.

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada para atender as necessidades geradas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O Brasil fez um acordo com Percival Farquhar, dono de uma das mais importantes empresas de mineração, Itabira Iron, para encampar as minas de Itabira em troca do financiamento norte-americano para terminar a estrada de Ferro Vitória-Minas, com capacidade de exportar três milhões de toneladas de minério em poucos anos.[74] Esse acordo foi enviado ao Congresso Nacional para aprovação, onde recebeu severas críticas, inclusive por parte de Arthur Bernardes.

Como presidente da República (1922-1926), Bernardes elaborara um plano alternativo ao da Itabira Iron, que teve seu registro negado pelo Tribunal de Contas. Em consequência formou uma comissão que elaborou o que seria o primeiro esboço de um plano siderúrgico nacional. O trabalho da comissão forneceu as bases para uma lei votada pelo Congresso e sancionada por Arthur Bernardes em 1924, que, entre outros dispositivos, previa a construção de três usinas siderúrgicas, uma delas localizada no Vale do Rio Doce.[75]

Porém a guerra demandou o fornecimento de minério de ferro de boa qualidade entre os Aliados. Os Estados Unidos não possuíam recursos próprios para o fornecimento de minério para a Europa, e viam no Brasil a alternativa mais lógica naquele momento. Fizeram,

---

[73] A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada em 1942 pelo decreto-lei n° 4.352 e construída em 1943 como empresa de economia mista. Além das atividades de mineração, deveria desenvolver a região do vale do rio Doce mediante o uso de ferrovias para transporte de passageiros e outras cargas além do minério. A criação da CVRD representava um esforço do governo para aumentar a produção mineral, até então incipiente e integralmente a cargo da iniciativa privada. Em 1997 foi privatizada. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Companhia Vale do Rio Doce". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op.cit., v. II, p. 1.480-1.488.

[74] LOPES, Rodrigo. Op.cit., p. 35.

[75] CARVALHO, José Murilo de. Op.cit., p. 126.

então, em 1942 um plano de exportação com o governo brasileiro, do qual resultou na expropriação das reservas minerais da Itabira Iron e a criação da Vale do Rio Doce, que foi instaurada no escritório da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Nesse período Lucas Lopes começou a formar sua posição frente a questão da exportação do minério de ferro. Já conhecia o embate que vinha desde o início do século XX – envolvendo o comércio e o monopólio nacional – mas, nesse momento, estava em contato direto com essa atividade durante sua permanência na Vale do Rio Doce, e assumiu uma postura de defesa da exportação em larga escala do minério brasileiro. Anos depois essa defesa irá se manifestar com ainda mais força em sua atuação como homem público do governo, na formulação do Plano de Metas e nas suas atividades na Hanna Minning Company.

Posteriormente serão analisadas as atividades da Hanna Mining Company, nos anos 50, e suas polêmicas jurídicas no Brasil. Polêmicas que podem ser vistas como uma reedição dos embates que envolveram a Itabira Iron. Aliada ao grupo Antunes, mediante a criação da empresa Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), a Hanna desempenhou o mesmo papel que pretendia a Itabira, com o agravante de usar trens da Central do Brasil, prejudicando o transporte de passageiros e destruindo a paisagem da capital mineira.[76] A questão do minério de ferro será melhor discutida adiante.

1.2 – Um homem de governo: A atuação na política de Minas Gerais.

1.2.1 – Administrador Público: Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho.

Durante a sua estada na Companhia Vale do Rio Doce, Lucas Lopes estreitou as relações com Israel Pinheiro, que era o presidente da Companhia e homem muito influente na

[76] CARVALHO, José Murilo de. Op.cit., p. 129.

política mineira. Israel Pinheiro já era velho conhecido da família Lopes desde a sua graduação na Escola de Minas de Ouro Preto. Era um homem envolvido com grandes empreendimentos do governo de Benedito Valadares em Minas, por ocasião do cargo que ocupou como secretário do governo na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, período em que deu início à construção da Cidade Industrial em Belo Horizonte.

De acordo com Lucas Lopes,[77] a relação entre Valadares e Israel era um tanto conflituosa em relação às verbas disponíveis para a realização de certos projetos. Israel seria um grande empreendedor, mas não concluía seus projetos, necessitando sempre de mais verba, criando um clima de desconforto no governo do Estado, que necessitava de resultados.

Foi quando, em abril de 1943, Valadares convidou Lucas Lopes para assumir a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Segundo Lopes, eles ainda não se conheciam, mas um detalhe que merece atenção é que João Pádua, cunhado de Lucas Lopes (irmão de Ester Pádua) era genro de Valadares, casado com sua filha Lúcia. De acordo com Lucas Lopes, Valadares o convidou para assumir o cargo de secretário no governo mineiro com a intenção de impulsionar o projeto de criação da Cidade Industrial em Contagem e das obras de Araxá. O objetivo era promover essa região em relação à importância econômica do país, incluindo a indústria e o comércio. Assim que assumiu a secretaria, Valadares lhe disse: "Preciso que o senhor me ponha ordem nas obras de Araxá e da Cidade Industrial, porque não sei quanto ainda vamos gastar. Israel também não sabe. E só abro novos créditos se for para concluí-las de fato".[78]

Nessa época, Lucas Lopes e Juscelino Kubitschek conviviam mais frequentemente. Juscelino era chefe da Casa Civil do governo de Valadares, e posteriormente assumiu o cargo

[77] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 66.
[78] *Ibidem*, p. 67.

de prefeito de Belo Horizonte, permitindo um maior contato pessoal entre os dois e dando inicio a uma longa parceria.[79]

Como secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais, Lucas Lopes exemplificou sua postura frente à questão do planejamento e organização das tarefas. Criou uma estrutura de departamentos e divisões especializadas, com funções e hierarquias definidas com autonomia de ação.[80] Foram criados, além do Gabinete e do Departamento Administrativo, os departamentos de Economia, Produção Vegetal, Produção Animal, Ensino Técnico, Terras, Matas e Colonização e o Departamento de Comércio e Fomento Industrial, que incluía o setor de Energia Elétrica, a ser amplamente desenvolvido na sua administração.[81] Todo o planejamento do setor elétrico de Minas Gerais passou a ser de responsabilidade da Secretaria de Agricultura. Assim, Lucas Lopes pôde dar inicio aos seus primeiros estudos sobre energia elétrica do Estado.

Através do setor de Fomento Industrial, os preparativos para a finalização da Cidade Industrial foram completados. A Cidade Industrial foi criada com o objetivo de atrair indústrias para a região das Minas a partir de incentivos especiais do governo. Às indústrias que apresentassem um projeto de instalação naquela região, o governo beneficiaria com o arrendamento de terrenos por prazo determinado. Além disso, o governo se comprometeu também com o fornecimento de energia elétrica para essas indústrias e para tanto se iniciou, em 1940 – antes, portanto, da administração de Lucas Lopes na Secretaria – a construção de uma usina hidrelétrica no Rio Pará, conhecida como usina de Gafanhoto.

Segundo Lucas Lopes, sua função na construção da Cidade Industrial se limitou à locação de áreas através da negociação de arrendamentos de terrenos, evitando que indústrias mais poluentes se aproximassem das outras. Uma das negociações mais importantes foi a da

---

[79] Juscelino e Lucas Lopes já se conheciam, vide que Juscelino era muito amigo do cunhado de Ester Pádua, casado com sua irmã mais velha, ambos eram médicos e estudaram juntos em Paris.
[80] LOPES, Rodrigo. Op.cit., p. 40-41.
[81] *Idem, ibidem*, p. 41.

Magnesita, empresa do grupo Mariani, na Bahia,[82] que dominava grande parte do mercado brasileiro de refratários de magnésio. Nessa época, Lucas Lopes já dava sinais de defesa do binômio energia-transporte como forma de alcançar o crescimento industrial em Minas, e até mesmo no país inteiro. Segundo ele, a industrialização só seria possível se houvesse um grande potencial hidrelétrico e eixos de transportes como estímulos à produção industrial.

No entanto, a construção da Cidade Industrial pode ser analisada como um impulso na consolidação de determinadas empresas nacionais, pertencentes a importantes grupos do país – que inclusive tinham poder político – através de incentivos específicos concedidos pelo governo. A maioria das indústrias instaladas na região pertencia a grupos de políticos ou empresários influentes, como por exemplo, o grupo Mariani, que detinha o controle da empresa Magnesita, a maior no ramo de magnésio; ou a Cimento Itaú, de Juventino Dias, que inclusive deu nome à Cidade Industrial na época de sua inauguração em 1946,[83] e foi a principal empresa fornecedora de cimento para a construção de Brasília.

Um ponto que merece destaque é que a região de Belo Horizonte era abastecida eletricamente pela Amforp, uma empresa norte-americana, como visto anteriormente. No entanto, a construção da usina de Gafanhoto seria inviável na medida em que disputaria o fornecimento de energia com a Amforp, que já possuía a concessão para o abastecimento elétrico naquela região. Com uma manobra política para desviar da concessão da Amforp o abastecimento elétrico da Cidade Industrial, o governo de Valadares fez uma redivisão territorial e criou um município novo, onde se localizaria a Cidade Industrial, Betim, com a

[82] Clemente Mariani, o patriarca da família, participou das Constituintes de 1934 e 1946, elegeu-se deputado federal na Bahia por três vezes, primeiro entre 1935 e 1937, depois em 1946 e por último entre 1950 e 1951. Foi Ministro da Educação entre 1946 e 1950, Presidente do Banco do Brasil entre 1954 e 1955 e Ministro da Fazenda em 1961. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Clemente Mariani". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op.cit., v. III, p. 3564-3568.

[83] A Cidade Industrial foi criada pelo decreto n° 770 do Governo do Estado de Minas Gerais em 20 de março de 1941, mas sua inauguração se deu em 1946 com o nome de Cidade Industrial Juventino Dias.

fronteira passando a sete quilômetros do centro de Belo Horizonte. Assim, o novo município deixaria de ser área de concessão da Amforp.[84]

A versão de Lucas Lopes indica uma consciência de Valadares em relação à deficiência e ao atraso da Amforp, no que se refere ao abastecimento energético. Segundo Lucas Lopes, a Amforp comprou várias empresas brasileiras de eletricidade, no período anterior à crise da bolsa em 1929 nos Estados Unidos, e se expandiu rapidamente. Porém, com a quebra da bolsa e a crise financeira que se seguiu, essa expansão se limitou, o que refletiu na diminuição dos investimentos realizados na área de energia elétrica, fazendo com que Belo Horizonte ficasse em defasagem em relação às outras regiões, com um atraso que, seguindo a visão de Lucas Lopes, atrapalhava o desenvolvimento econômico da capital mineira e, consequentemente, do Estado todo. Dessa forma, o projeto de construção da usina de Gafanhoto seria uma forma de aumentar a quantidade e a qualidade do fornecimento de energia na região.[85]

Ainda como Secretário de Agricultura, Industria, Comércio e Trabalho, Lucas Lopes criou o Instituto de Tecnologia Industrial (ITI), subordinado à Secretaria e integrado à Escola de Engenharia de Minas Gerais. Através de um discurso proferido por ocasião da inauguração do Instituto ainda nos anos 40, Lucas Lopes já evidenciava traços de sua postura enquanto homem de Estado. Postura que nada tem a ver com uma prática liberal, que lhe atribuem alguns autores como Rodrigo Lopes, em análises que evidenciam uma atuação distante da esfera política e que identificam nas suas ações uma postura de defesa da não intervenção estatal na economia.

---

[84] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 72.
[85] *Ibidem*, p. 73.

Por vezes autodenominado de técnico liberal, tal discurso exemplifica que na verdade existia uma instância de atuação direta e frequente, principalmente em relação a aspectos políticos e econômicos, que envolvia interesses políticos. Segundo Lucas Lopes:

> A realidade da vida em que vivemos tornou hoje sem valor, sequer ideológico, a definição do economista francês: 'o governo ideal é o governo barato que atua pouco'. Bem ao contrário,o desdobrar das relações sociais exige hoje governos atuantes, que saibam e não temam criar novas formas de progresso social e econômico. [86]

Durante a guerra foi constituída em âmbito nacional a Coordenação de Mobilização Econômica,[87] que tinha como principal objetivo ajustar o funcionamento da economia brasileira à nova configuração do mundo, marcada pela Segunda Guerra Mundial. Foi uma iniciativa do governo brasileiro, a fim de incentivar a produção de produtos que estavam em falta no país. Ainda na gestão de Lucas Lopes na Secretaria de Agricultura, foi nomeado o responsável pela seção mineira da Coordenação.

Percebe-se, dessa forma, um esforço por parte do governo brasileiro, e em especial mineiro, em expandir a economia do Estado, fazendo frente às consequências da guerra. Nesse sentido, a atuação de Lucas Lopes como Secretário de Agricultura foi essencial, na medida em que atuou como o principal responsável pela formulação das medidas implementadas para tal fim. Ao analisarmos a postura adotada diante de determinadas ameaças ao desenvolvimento econômico e industrial de Minas, percebemos que Lucas Lopes atuava prontamente de forma a reverter tal processo, baseando-se sempre na perspectiva de crescimento econômico.

---

[86] LOPES, Rodrigo. Op.cit., p. 47.

[87] Criada pelo decreto-lei n° 4.750 de 1942. Foi extinta em 1945. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Coordenação da Mobilização Econômica". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op.cit., v. II, p. 1.588-1.589.

Assim, a aproximação de Lucas Lopes com aspectos de natureza política se deu de forma processual. Apesar de não ser um homem filiado a nenhum partido político específico, o cargo que ocupava e o meio social que frequentava favoreciam sua inserção em questões de consequência política. Apesar do discurso afirmar uma posição técnica, de trabalho árduo e, portanto, "sem tempo" para pensamentos ideológicos e políticos, a prática era exatamente outra. O discurso pode ser analisado como uma estratégia retórica elitista de desvalorização da política, mas na verdade Lucas Lopes e o grupo ao qual ele está inserido eram os principais formuladores de políticas públicas no interior do Estado brasileiro, ocupando, sem dúvida, uma dimensão partidária. O trecho seguinte exemplifica por hora a visão de Lucas Lopes:

> Tive a oportunidade, na Secretaria de Agricultura, de desenvolver uma atividade muito grande num período em que Minas estava começando a acordar para o esforço de desenvolvimento econômico. Definiram-se as obras mais importantes e criou-se um clima de muito trabalho, numa fase em que ao mesmo tempo se travava uma luta política muito aguda. **Tive uma atuação puramente técnica, sem nenhuma intenção política**, num período extremamente político, que foram os anos que precederam a primeira queda de Vargas no poder.[88]

Como tentativa de maior autonomia frente a certos projetos econômicos, o discurso era de uma atuação técnica, a fim de conseguirem maior liberdade de ação e aprovação dos seus projetos, já que aparentemente não estariam vinculados a nenhuma ideologia ou partido político. Mais um exemplo dessa postura pode ser percebido no esforço de planejamento econômico empreendido por Lucas Lopes, ainda como secretário de Agricultura, que seria a base para a futura elaboração do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek. E a esfera política que o Plano de Metas ocupou é indiscutível, na medida em que abrangia interesses diversos, inclusive na instância governamental, em todo o Brasil.

---

[88] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 79. Grifo nosso.

No final do mandato como secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, Lucas Lopes se dedicou intensamente à elaboração de um planejamento abrangente do processo de desenvolvimento econômico em Minas. Redigiu um estudo intitulado "Contribuições para o planejamento industrial de Minas Gerais", que incluía pesquisas sobre a estrutura industrial mineira, incorporando, entre outros, trabalhos sobre a capacidade de produção de energia elétrica e a situação dos transportes rodoviários e ferroviários em Minas. Essa proposta expressava os principais pontos do que mais tarde viria a ser o Plano de Metas, focando principalmente no binômio energia e transporte, futura base do programa presidencial de Juscelino Kubitschek.

É importante destacar que, nessa época, a mobilização de recursos financeiros externos era praticamente nula, devido às conseqüências da Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, o planejamento feito por Lucas Lopes e sua equipe priorizou recursos estritamente nacionais, provenientes de estudos geológicos, botânicos, zoológicos e geográficos. Característica que se modificou ao longo da trajetória política de Lucas Lopes, que com o tempo valorizou de forma decisiva os investimentos estrangeiros como fatores essenciais para o progresso econômico brasileiro.

Nesse mesmo período, por volta de 1945, o debate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen a respeito da idéia de planejamento econômico ganhou maior projeção em nível nacional. Gudin era um crítico das medidas econômicas protecionistas e um defensor da liberdade de atuação para o capital estrangeiro, da igualdade de tratamento dado a este e ao capital nacional, e da abolição das restrições à remessa de lucros para o exterior. Já Roberto Simonsen defendia a planificação econômica estatal, que protegesse a indústria nacional e restringisse a atuação do capital estrangeiro no país. Mais especificamente sobre o debate entre Simonsen e Gudin, Lucas Lopes defendia que, na verdade, as duas vertentes, trabalhando de formas diferentes, buscavam o melhor para o Brasil. "(...) Confesso que o

debate entre Simonsen e Gudin me atingiu muito de longe. Não participei dele, ainda não lia muito sobre o assunto, estava com a **mão na massa do trabalho**, de modo que não me preocupei".[89]

No entanto, Lucas Lopes afirma que, em Minas, esse debate entre Gudin e Simonsen "não teve tanta repercussão",[90] principalmente no que se refere às suas próprias idéias e práticas sobre planejamento. Novamente percebe-se o apelo à técnica como forma de legitimar determinada ação. O discurso defendido por Lucas Lopes via o planejamento como sinônimo de plano de trabalho, plano prático de alguma tarefa específica. Ele diz: "Eu era entusiasta do plano-obra, do plano de serviço".

No período entre 1945 e 1964, as discussões introduzidas por Gudin e Simonsen tomaram maiores proporções em nível nacional. Novas correntes de pensamento econômico divergentes surgiram com propostas específicas de combate à inflação, de defesa e controle da participação do Estado na economia, de formulação do conceito de planejamento, de forma a promover o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico brasileiro. Foi um período de grandes polêmicas e debates acalorados que será melhor entendido posteriormente.

Ao abordarmos a atuação de Lucas Lopes no período do governo presidencial de Juscelino Kubitschek, época em que a discussão iniciada por Gudin e Simonsen tomará maiores proporções, serão melhor apresentados os objetivos e o contexto no qual as diversas correntes ideológicas estavam inseridas, assim como a relação de Lucas Lopes com essa conjuntura enquanto homem do governo JK.

Por hora, o foco será o processo de ascensão política de Lucas Lopes, inicialmente enquanto secretário de governo em Minas, período em que pôde realizar suas primeiras experiências em âmbito regional e que iriam se refletir em âmbito nacional. Como secretário

---

[89] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 81. Grifo nosso.
[90] *Ibidem*, p. 80.

de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do governo de Benedito Valadares em Minas Gerais, Lucas Lopes estava em contato com toda a atmosfera política do Estado e do país. Era época de final da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, que em Minas significou a queda da interventoria de Valadares e a criação de Partido Social Democrático (PSD).

1.2.2 - Um homem do Partido Social Democrático (PSD): Técnica ou política?

Ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os regimes nazistas e fascistas entraram em crise no mundo todo. No Brasil não foi diferente, com o sensível crescimento da oposição ao regime autoritário de Getúlio Vargas. A conjuntura dos últimos anos do Estado Novo foi determinada por fatores políticos internacionais que se refletiram internamente, explicitando a contradição entre fascismo e democracia.

Um dos movimentos de maior relevância de oposição a Vargas foi o Manifesto dos Mineiros,[91] que ganhou intensa repercussão e que, entre outras medidas, pedia a convocação de eleições, que seriam realizadas em 1946. O manifesto configurou-se na primeira movimentação ostensiva de oposição ao Estado Novo, fazendo com que Vargas iniciasse um movimento de aglutinação das forças que apoiavam o regime.

Maria do Carmo Campello de Sousa[92] defende que a restauração democrática em 1945 foi causada muito mais por eventos internacionais do que por dissensões econômicas internas. Segundo a autora, a contradição entre interesses ligados à agricultura de exportação e interesses vinculados à industrialização nacional não foi o ponto principal de oposição ao Estado Novo, pois não houve uma substituição dos grupos no poder. De acordo com a autora:

---

[91] O Manifesto dos Mineiros foi divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendendo o fim do Estado Novo e a redemocratização do país. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Manifesto dos Mineiros". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op.cit., v. III, p. 3.537 – 3.540.

[92] SOUSA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

> na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob a sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo.[93]

A deposição de Getúlio se deu num clima de "cumplicidade com os opositores". Para muitos deles Getúlio não era visto como um inimigo radical, mas sim um interlocutor importante na passagem ao novo regime, possibilitando a implementação de medidas para a manutenção da máquina getulista na preparação das eleições para a Constituinte, preparação que pode ser percebida na criação do Partido Social Democrático (PSD). Segundo Campello de Sousa, a formação do PSD "enfeixava num mesmo acontecimento a redemocratização e a preservação da máquina estado-novista".[94]

Lucas Lopes relata que o momento crucial da formação do PSD foi a viagem de Valadares a São Paulo com Juscelino. Através de uma reunião com todas as forças políticas paulistas, Valadares declarou que tinha autorização para criar um partido democrático, o PSD. De acordo com Lucas Lopes, essa autorização veio do próprio Getúlio.

As discussões iniciais que precederam a formação do PSD foram defendidas entre os interventores dos Estados, que se dividiram entre a formação de partidos nacionais e regionais. No caso de Benedito Valadares, a sua intenção era formar um forte partido regional à exemplo do PRP em São Paulo e do PRM em Minas durante a República Velha. No entanto, as exigências do Código Eleitoral de 1945 obrigaram os novos partidos a se constituírem como partidos nacionais. Em termos de organização, deveriam conter três níveis: municipal, estadual e nacional. O PSD conseguiu operacionalizar o Código Eleitoral de forma a acomodar as duas tendências internas – formação de partidos nacionais ou regionais – com as exigências legais. Deu-se ao PSD uma estrutura federativa, com o diretório nacional sendo

---

[93] SOUSA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 64.
[94] Idem, ibidem p. 109.

composto pelos presidentes de diretórios regionais, o que resultou numa grande autonomia das seções regionais em relação à direção nacional. "Só tem poder no comando nacional do PSD quem tem poder no seu estado",[95] e Valadares era um ótimo exemplo dessa máxima pessedista.

As declarações de Lucas Lopes sobre o seu envolvimento com a criação e estruturação do partido em Minas aparenta um atuação completamente neutra, sem nenhuma intervenção direta nesse importante e decisivo episódio que foi a criação do PSD.[96] Defende novamente uma postura apolítica, como se estivesse a parte de toda a discussão que levou à formação de um dos partidos de maior expressão em nível nacional. Lucas Lopes relata que

> fui um observador marginal, que nem mesmo participou dos acontecimentos, que vivia lendo coisas mais vagas. Nunca participei de política, nunca tive influência, nunca fui membro de nenhum dos partidos políticos de Minas.[97]

Lucas Lopes conta que, ao sair da interventoria de Minas e ir para o Rio de Janeiro, Valadares estava um pouco desesperado,[98] falando repetidamente que não voltaria mais pra Minas e que tinha perdido tudo. Lucas relata que ele e mais alguns amigos de Valadares vieram de Belo Horizonte para levá-lo de volta, e nesse momento ele entra em contradição ao afirmar que aderiu à campanha do PSD. "Em dois meses fizemos uma bela campanha e demos uma surra na UDN. Elegemos Dutra presidente, e para a Constituinte elegemos Valadares, Capanema, Bias Fortes, toda a elite mineira".[99] Um fato curioso é que, segundo ele

---

[95] HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 121.

[96] Uma observação que inicialmente pode parecer irrelevante, mas que na verdade é um fator de análise importante, é que na época em que Lucas morou no Rio de Janeiro, quando assumiu o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), período que será melhor abordado posteriormente, sua residência se localizava no prédio onde foi fundado o PSD nacional, que foi construído por Valadares, na rua Raul Pompéia, mesmo prédio em que também moravam o próprio Valadares, Juscelino Kubitschek, Raniere Mazzilli, Agamenon Magalhães, entre outros. Um prédio com fama de político pessedista. *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 322.

[97] *Ibidem*, p. 84.

[98] *Ibid.*, p. 87.

[99] *Ibid.*, p. 87.

próprio, foi Lucas Lopes quem preparou 80% do primeiro discurso de Dutra como presidente da República,[100] justamente alguém que dizia não fazer política. Ao longo do presente trabalho, a relação entre Lucas Lopes e o PSD ficará mais explícita.

Nessa perspectiva é interessante retomar, de forma breve, um pouco da história e da importância que o PSD teve na política nacional. Pode-se dizer que o PSD foi o mais importante partido do regime da Constituição de 1946. Por sua atuação e influência na própria dinâmica do processo político, o PSD deu o tom da política brasileira do período.[101] Foi um partido criado pela deliberação dos atores sociais que estavam no poder, durante o período autoritário que antecedeu a sua fundação, afirmando-se como um partido que criaria instrumentos necessários para a transição democrática após o Estado Novo. E, no entanto, segundo Hippólito, configurou-se num partido de massas adaptado aos novos tempos inaugurados pela Constituição de 1946, onde conviviam "raposas e reformistas".

A autora aponta algumas características do partido, que ajudaram a montar o perfil específico do PSD frente ao sistema partidário brasileiro. Entre elas estão: a força eleitoral – "A força do PSD repousa, antes de qualquer coisa, em seu vigor eleitoral"; a posição de centro – "É formado com a esquerda da direita e a direita da esquerda"; o espírito de moderação e conciliação – "Esta habilidade se desdobra no sentido da oportunidade", firmeza na decisão e na execução, e socialização política – "O PSD foi uma verdadeira escola política" – e competência administrativa.[102]

Na mesma perspectiva de Hippólito, inclusive servindo de referência para seus estudos, a obra de Lucia Lippi,[103] ao analisar a formação e atuação do PSD no período entre 1945 e 1964, conclui que o processo de formação de tal partido teve características

---

[100] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 86.
[101] HIPPOLITO, Lucia. Op. cit., p. 37.
[102] *Idem, ibidem*, p. 47.
[103] OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *Partidos Políticos Brasileiros: O Partido Social Democrático*. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1973.

particulares, como a existência, numa mesma organização, de três níveis de poder – o local, o estadual e o nacional – coexistindo nos momentos mais importantes de atuação do partido, como nas alianças e candidaturas, nos financiamentos das campanhas eleitorais, entre outros que acabaram por criar a denominação de "pessedismo". As esferas eram relativamente autônomas, mantendo um certo distanciamento da cúpula, que, por sua vez, participava frequentemente de forma conciliadora nos momentos de conflito, apoiando por exemplo projetos globais, como o Plano de Metas de JK, sem que suas bases participassem.

Essas características acompanhariam toda a participação do PSD: enquanto partido parlamentar, atuando no Congresso em disputa com outros partidos políticos; enquanto partido governamental, atuando no Executivo; e como mediador do equilíbrio do sistema partidário, participando das principais crises políticas do período.

1.2.3 – Secretário de Viação e Obras Públicas.

O período que se seguiu ao fim do Estado Novo foi marcado por uma intensa movimentação política, com a criação de novos partidos e lançamentos de candidaturas à Presidência da República e ao governo de Minas Gerais. Como vimos, o PSD lançou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, que assumiu a Presidência em 1946. Nesse período Lucas Lopes foi nomeado secretário de Viação e Obras Públicas na interventoria de João Beraldo em Minas. Foi um período muito curto, compreendido entre março e agosto de 1946, mas suficiente para uma atuação direta em uma das suas prioridades, o transporte ferroviário.

Em 1937 fora criado o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), que sofreu uma reestruturação em 1945 através da lei n° 8463, conhecida como "Lei Joppert". Essa reestruturação permitiria a criação do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens durante a gestão de Lucas Lopes na Secretaria em Minas. No entanto, a convivência entre os

dois Departamentos não era muito amigável, principalmente em relação à aplicação dos recursos financeiros dos Estados. Lucas Lopes conta que o conflito se dava por que os mineiros tinham muita resistência em aceitar a aplicação do dinheiro público de Minas por decisões tomadas no Rio de Janeiro: "insistíamos que os recursos mineiros fossem aplicados em Minas de acordo com decisões tomadas por nós (...) insistíamos que as obras relativas a Minas, ainda que se enquadrassem num plano nacional, deviam ser decididas em Minas".[104]

Além da criação do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens, Lucas Lopes reorganizou a Rede Mineira de Viação, onde redigiu o texto do Decreto-Lei que a transformou em autarquia estadual e reestruturou o Departamento de Águas e Energia Elétrica,[105] com a elaboração do Plano de Eletrificação que abordaremos mais adiante. Segundo Rodrigo Lopes, "com a Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais (...) além de suas obrigações funcionais, teve permanente atuação política junto ao novo partido político, o PSD".[106]

1.3 – A preparação para a política nacional.

1.3.1 – A Geografia econômica e o Vale de São Francisco.

Depois de exercer o cargo de secretário de Viação e Obras públicas no governo de João Beraldo em Minas, Lucas Lopes voltou para a Rede Mineira de Viação, empresa com que manteve vínculo até 1959. Por conta das suas atividades anteriores como secretário, sua função na Rede Mineira de Viação se restringiu ao cargo de assistente do diretor da Rede Temístocles Barcelos. Nesse cargo Lucas Lopes conta que "tinha relativamente pouca coisa a

---

[104] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 90.

[105] Para um estudo mais aprofundado sobre o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, ver: CORREA, Maria Letícia. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, UFF: Tese de doutorado, 2003.

[106] LOPES, Rodrigo. Op.cit., p. 53.

fazer".[107] Talvez por isso, aceitou o convite para lecionar na cadeira de geografia econômica na Faculdade de Ciências Econômicas em Minas Gerais.

O foco principal das aulas de Lucas Lopes era mostrar a extensão da geografia humana, em que se enquadra a geografia econômica, e a convergência entre outras ciências como a antropologia, a sociologia, a política e a economia. Esse tipo de abordagem despontaria no que alguns autores denominam de "geopolítica". O termo "geopolítica" foi criado pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén, no início do século XX, inspirado pela obra de Friedrich Ratzel, *Politische Geographie* (Geografia Política), de 1897, configurando-se no estudo da estratégia, da manipulação, da ação política. "Estuda o Estado enquanto organismo geográfico, ou seja, é o estudo da relação intrínseca entre a geografia e o poder. Método de análise que utiliza os conhecimentos da geografia física e humana para orientar a ação política do Estado".[108]

Teve a oportunidade de estudar a fundo a geografia brasileira, e analisar a geografia física do Brasil no âmbito de uma visão econômica. Suas leituras e estudos sobre as condições geográficas do território brasileiro, assim como a análise das condições econômicas e sociais, que apontam, segundo suas concepções, para novos rumos do desenvolvimento, permitiram com que Lucas Lopes atuasse ativamente nas discussões sobre a localização da nova capital federal.

As Constituições de 1891 e 1934 já previam a mudança da capital federal para o interior do país. Na Constituinte de 1946 a localização da nova capital voltou à pauta de discussões, criando-se uma "Comissão de Localização da Nova Capital" para direcionar os debates, composta por onze membros e precedida pelo general Djalma Poli Coelho.

---

[107] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 97.

[108] VEZENTINI, José William. *O que é geopolítica? E geografia política?* Disponível em: <http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>. Acesso em 1º de março de 2010.

Lucas Lopes defendia que a nova capital deveria se instalar no Triângulo Mineiro. Argumentava que a distancia excessiva, a deficiência de água, o clima diferente e a pobreza do Brasil Central faziam desse local o menos indicado. A partir daí Lopes elaborou um extenso estudo intitulado "Estudos de Política do Brasil – à Margem do Problema da Interiorização da Capital Federal", em que defendia a localização da nova capital no Triângulo Mineiro em detrimento do Brasil Central, como era a vontade do presidente da Comissão, Poli Coelho.

A localização da nova capital no Brasil Central era defendida por argumentos que priorizavam aspectos específicos da economia, do clima e da geografia brasileira. Alguns justificavam a localização no Planalto Central, argumentando que a capital do Brasil deveria ser instalada no ponto de convergência das bacias do Amazonas, do São Francisco e do Prata. Outros achavam que o objetivo de levar a capital para aquela altitude era o de fugir das regiões baixas e pantanosas do litoral, infectadas de febre amarela e malária. Existiam também aqueles que defendiam uma visão política, na qual a nova capital deveria ser construída num ponto que dominasse o Brasil.

A justificativa de Lucas Lopes em levar a capital para o Triângulo Mineiro mesclava aspectos políticos e econômicos, que preservavam o regionalismo mineiro, fortalecendo a idéia de que o progresso nacional partia de Minas Gerais como uma vanguarda no crescimento do Brasil. Como ele mesmo relata:

> Todo o meu interesse em levar a capital para o Triângulo Mineiro foi de caráter político. Eu sentia que a capital no Triângulo Mineiro seria capaz de conquistar o Brasil Central porque aquela região tinha bases econômicas boas e estava ligada ao que eu chamava de *core área,* a área medular do Brasil econômico.[109]

[109] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 100.

A Comissão Poli Coelho apresentou um relatório favorável à localização da nova capital no Brasil Central. Esse relatório, segundo Lucas Lopes, era muito vago. Não definia o local específico que deveria de instalar a nova capital, mas mesmo assim foi apresentado ao presidente Dutra, que nomeou uma nova comissão responsável pela decisão final da localização da capital, onde finalmente foi indicado o quadrilátero de Goiás. A construção de Brasília só seria pensada e estruturada por Juscelino no final dos anos 50.

Outro assunto de grande expressão discutido na Constituinte de 1946 foi a revitalização do vale do Rio São Francisco. Ficou estabelecido que, durante vinte anos, pelo menos 1% da renda tributária federal seria aplicada num plano de reestruturação do vale do São Francisco. Em 1949 o vale estendia-se por cinco estados, compreendendo cem municípios mineiros, quarenta baianos, trinta e dois pernambucanos, quatorze alagoanos e doze sergipanos. Atravessava uma região relativamente árida trazendo, entre outros benefícios para aquela população, a possibilidade de abastecimento de água.

O presidente Dutra nomeou uma Comissão para realizar um projeto de desenvolvimento e reaproveitamento do vale. Era um órgão autônomo composto de um diretor superintendente, um diretor de Produção e Assistência e outro de Planos e Obras, cargo que foi preenchido por Lucas Lopes. As atividades da Comissão compreendiam obras de engenharia e o desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do Brasil, visando o desenvolvimento hidrográfico, a geração de energia, a retenção de enchentes, a melhoria da navegação e a reestruturação das margens para uma melhor irrigação. O relatório final foi apresentado ao Congresso em 1950.

Durante a atuação de Lucas Lopes na Comissão Vale do São Francisco, percebemos que suas concepções sobre planejamento já apontavam desde 1948 para a participação ativa do Estado. De acordo com Lucas Lopes o planejamento devia

> buscar uma certa estabilidade pela fixação de objetivos claros e pela adoção sistemática de determinadas normas de ação. Um vago plano de governo, sem possibilidades seguras de ser cumprido à risca, é um elemento de inibição para a iniciativa privada, e de descrédito na ação governamental (...) Por tudo isso, o esforço de planejamento é característico de um trabalho de equipe, de um grupo de homens capazes de investigar longamente, de prever e projetar com plena consciência dos fatores em jogo. É um trabalho para equipes de elite, para grupo de homens capazes e conscientes, que tenham acumulado um lastro de cultura geral e técnica, que lhes permitirá transformar em programas e projetos acertados os propósitos coletivos manifestados através de assembléias e órgão políticos.[110]

As obras mais importantes realizadas pela Comissão do Vale do São Francisco foram a construção da usina de Paulo Afonso, no estado da Bahia, e a barragem de Três Marias em Minas Gerais. A construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso iniciou-se um pouco antes da implantação da Comissão do Vale do São Francisco, e ganhou fôlego a partir de então. Proporcionou o aumento do volume de água do São Francisco que, no período das secas, operava com sua capacidade reduzida. Contou com amplo apoio da política financeira do nordeste e, segundo Lucas Lopes, foi uma obra de engenharia praticamente autônoma em relação às atividades da Comissão do Vale. Era uma obra tão importante que Lucas Lopes declarou, na época, que a construção da usina de Paulo Afonso "deve ser vista e justificada não apenas como captação da fonte de energia para uma vasta região do Nordeste, mas como parte integrante de um plano de recuperação econômica do Vale do São Francisco".[111]

A barragem de Três Marias conteve as enchentes e regularizou a vazão nos períodos de seca. O projeto de construção foi elaborado desde o início da implementação da Comissão, mas a obra só foi finalizada no período presidencial de Juscelino.

No mesmo período Lucas Lopes trabalhou também na Companhia Brasileira de Engenharia (CBE). A CBE era filiada a uma companhia de construção civil e foi contratada em 1949 pelo então governador de Minas, Milton Campos (1947-1951), para preparar o Plano

---

[110] LOPES, Rodrigo. Op.cit., p. 70.
[111] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, série Comissão do Vale do São Francisco (cvsf), dossiê LL cvsf 1947. 07.15, documento n° 1.

de Eletrificação de Minas Gerais. Nesse momento formou-se a equipe responsável pelo início do projeto de eletrificação nacional, que seria implementado por Juscelino na Presidência da República. Entre alguns membros dessa equipe estavam: Paulo de Assis Ribeiro, Mauro Thibau, John Cotrin e muitos outros que já trabalhavam com Lucas Lopes na Comissão do Vale do São Francisco e na Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). Mais tarde, como observa René Armand Dreifuss,[112] alguns se destacariam como membros do Instituto Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), importante órgão de oposição ao governo de João Goulart (1961-1963), de cunho anticomunista, que atuou de forma decisiva na implementação do golpe militar de 1964.

1.3.2 – Plano de Eletrificação de Minas Gerais.

A proposta inicial de plano foi feita por Paulo de Assis Ribeiro. No entanto as tarefas foram subdivididas na CBE, de modo que Lucas Lopes assumiu a função de coordenador do projeto, devido à sua experiência anterior com o problema da energia elétrica em Minas. Como vimos anteriormente, em 1945 Lucas Lopes já havia formulado um Plano de Eletrificação para Minas que seria expandido em 1950, por ocasião do contrato firmado entre a CBE e o governo do estado. A extensão se daria para um diagnóstico mais amplo da região mineira, englobando a geografia, a economia e a estrutura política e social, a fim de identificar possibilidades de crescimento, principalmente dos setores produtivos.[113]

A partir dos estudos de elaboração do Plano de Eletrificação em Minas, vários outros projetos, no país inteiro, começaram a ser implementados como, por exemplo, a usina de

[112] DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
[113] Rodrigo Lopes apresenta um breve resumo dos principais objetivos da política de eletrificação de Minas Gerais. Ver: LOPES, Rodrigo. Op.cit., p. 84-86.

Salto Grande do Santo Antonio, iniciada por Américo Giannetti, secretário de Agricultura de Milton Campos. Ou, entre outros, a usina de Marimbondo no Rio Grande, que estava sendo estudada pela Amforp.

É importante destacar que os estudos realizados por Lucas Lopes como professor de geografia econômica e na Comissão do Vale do São Francisco foram essenciais para a formulação do Plano de Eletrificação em vários sentidos. Primeiro em termos de conhecimento da estrutura política, econômica e social do estado. Depois, em relação à experiência específica com os aspectos energéticos. E, ainda, em relação à formação da equipe responsável pela formulação do plano, que vinham acompanhando Lucas Lopes nessas instituições há algum tempo.

A partir das pesquisas desenvolvidas no arquivo pessoal de Lucas Lopes, encontramos vários documentos relativos à situação da indústria de produção de energia elétrica no Brasil, como o Plano Nacional de Suprimento Público de Eletricidade e o Plano de Eletrificação de Minas Gerais, com cinco volumes, mais de mil páginas e mil e quinhentos mapas.[114] Encontramos também um memorando redigido por Lucas Lopes sobre a situação, na época, da industria de produção de energia elétrica no Brasil e suas necessidades de expansão. Nesse momento já é possível identificar, nas concepções de crescimento e desenvolvimento econômico defendidas por Lucas Lopes, um apelo à ajuda financeira estrangeira. Nesse memorando ele diz que:

> É indispensável que se obtenha garantias de prioridade e financiamentos estrangeiros para o fornecimento de equipamentos no valor médio anual de cerca de trinta e cinco milhões de dólares (...) O governo do Estado de Minas Gerais mandou elaborar um estudo detalhado sobre o plano de eletrificação do Estado, onde se procurou investigar os fundamentos econômicos e técnicos de um programa decenal de eletrificação, em que se procura definir os objetivos a serem atingidos pela iniciativa governamental e pela iniciativa privada. Desse plano decenal selecionamos alguns objetivos a serem

[114] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL cpe 1946.04.03, Pasta I, documento de n° 05.

> imediatamente atacados, que constituem tema de negociações para financiamentos em cruzeiros e em dólares.[115]

As diretrizes que definiram a estrutura do planejamento elétrico e econômico de Minas, apresentadas no Plano de Eletrificação, privilegiavam a atuação do Estado como fundamental para reverter a situação que impedia as possibilidades de crescimento econômico em Minas. Ao mesmo tempo, estabeleciam padrões que iriam guiar o desenvolvimento de setor elétrico no Brasil todo, através da criação de outras companhias estatais, mistas e privadas, promovendo a integração dos sistemas elétricos em nível nacional.

Essa experiência de formular um plano para o estado de Minas, mais uma vez, aproximou Lucas Lopes da prática de um planejador. Nessa perspectiva, o Plano de Eletrificação fortaleceu as bases para a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), em 1952 (durante o mandato de Juscelino Kubitschek como governador do estado), a qual Lucas Lopes dirigiu desde a sua criação. Empresa tipo *holding* totalmente controlada pelo estado de Minas Gerais, responsável pela execução do Plano de Eletrificação no estado, compreende várias centrais hidroelétricas e um extenso sistema de linhas de transmissão e subestações, entre elas a usina de Salto Grande.[116]

Devido à sua participação no programa energético de Minas, além da Cemig, em 1951 Lucas Lopes foi convidado pelo presidente Getúlio Vargas a integrar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

1.3.3 – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi formada no âmbito do Ministério da Fazenda, ocupado por Horácio Lafer, "um dos líderes industriais e políticos pessedistas de

[115] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL cpe 1946.04.03, Pasta I, documento n° 08.
[116] *Ibid.*, LL cpe 1951.08.16, documento n° 27.

maior projeção na época",[117] a partir de negociações entre Brasil e Estados Unidos inauguradas em 1950, durante o governo Dutra, visando o financiamento de um programa de reaparelhamento dos setores de infra-estrutura da economia brasileira. Em abril de 1950 surgiu a idéia de criar a Comissão Mista, e em meio ao encaminhamento das negociações, no mês de outubro, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República. Em dezembro, seu futuro ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, foi designado para negociar nos Estados Unidos os pontos pendentes para a concretização da Comissão. Nesse mesmo mês foi selado o acordo para a formação da Comissão, com base em entendimentos prévios pelos quais o Brasil se dispunha a continuar exportando para os Estados Unidos alguns minerais estratégicos, em particular manganês e areias monazíticas. Em seu trabalho, a Comissão Mista valeu-se de estudos sobre a economia brasileira elaborados anteriormente pelas missões norte-americanas Cooke e Abbink, enviadas ao Brasil respectivamente em 1942 e 1948.[118]

A Comissão foi criada oficialmente em 19 de julho de 1951, e apresentou seu relatório final ao ministro da Fazenda, Eugenio Gudin, em novembro de 1954, já no governo Café Filho. Em 1949 formou-se no Brasil uma comissão composta por Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanho, encarregada de estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país. Essa comissão estabeleceu como prioridades os setores de agricultura, energia e transporte, sem formular um projeto específico de financiamento.

Os trabalhos da Comissão Mista versaram basicamente sobre as exigências técnicas e legais para que o Brasil formulasse e implementasse projetos prioritários relativos basicamente à energia e transportes. No final, a Comissão acabou aprovando 41 projetos do Plano de Reaparelhamento Econômico elaborado pelo governo, para os quais calculava serem necessários cerca de 22 bilhões de cruzeiros, dos quais 14 bilhões seriam financiados em

[117] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Comissão Mista Brasil-Estados Unidos". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op.cit., v. II, p. 1467.
[118] *Idem, ibidem*, v. II, p. 1467.

cruzeiros pelos governos federal e estaduais, e cerca de 8 bilhões, equivalentes a 387 milhões de dólares, seriam financiados pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou pelo Export-Import Bank (Eximbank). Desse investimento total, 60,6% deveriam ser alocados no setor de transportes, 33,1% no setor de energia elétrica e 6,3% em projetos relativos a indústria, máquinas agrícolas e estocagem de cereais. Para oficializar as sugestões da Comissão Mista, foi criado em 1951 um plano quinqüenal de desenvolvimento, e o Congresso autorizou a criação do Fundo de Reaparelhamento Econômico.[119]

Também como resultado do trabalho da Comissão Mista, ficou estabelecido que seria criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), instituição encarregada de financiar e gerir os recursos para esses projetos, captados no Brasil ou no Eximbank e no BIRD, responsáveis pelo financiamento em moeda estrangeira. O BNDE foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628. [120] A equipe do novo órgão aproveitou a seção brasileira da comissão mista, cabendo a Lucas Lopes, ainda em 1952, um cargo no conselho de administração, sendo responsável pela estratégia de arrecadar fundos.[121]

Integrada por membros brasileiros e norte-americanos, em igual número, chefiadas cada qual por um presidente, a seção norte-americana era precedida pelo embaixador Merwin L. Bohan, substituído entre outubro de 1951 a agosto de 1952 por J. Burke Krapp. A seção brasileira era chefiada por Ari Frederico Torres, que mais tarde seria um dos membros do IPES/SP,[122] e contava com a participação ativa de um grupo que já havia participado da Missão Abbink, entre eles estavam Lucas Lopes, Roberto Campos e Glycon de Paiva, grupo que mais tarde fundaria a Consultec – empresa de consultoria técnica que aprovaria os

[119] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Comissão Mista Brasil-Estados Unidos". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op.cit., v. II, p. 1467.
[120] *Idem, Ibidem*.
[121] *Idem, Ibidem*, v. III, p. 3278.
[122] DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 567.

projetos dos seus próprios membros. Além de elaborar todos os projetos do BNDE, este grupo seria a base para o futuro Conselho de Desenvolvimento Nacional e prepararia o Programa de Metas do governo Kubitschek (1956-1961).

De acordo com Lucas Lopes, sua inserção na Comissão Mista se deu da seguinte forma: O Brasil estava se preparando para a IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que seria realizada em março de 1951 em Washington. As negociações para a criação da Comissão Mista já haviam se iniciado, mas o ministro João Neves da Fontoura deveria ir para Washington a fim de concluí-las. Dessa forma, era preciso preparar um documento básico com informações sobre a economia brasileira, contendo dados sobre energia elétrica. Foi então Lucas Lopes convidado para elaborar tal documento. Sua exposição foi encaminhada para a reunião e, algum tempo depois, recebeu a notícia de que havia sido nomeado para a Comissão Mista.[123]

Roberto Campos e Glycon de Paiva estavam juntos com Lucas Lopes naquele momento, e são elementos importantes da rede social que estabeleceu ao longo da sua trajetória política. Nessa perspectiva, é interessante retomar algumas características específicas desses dois personagens, na medida em que influenciaram de forma decisiva os rumos políticos e econômicos do Brasil.

Roberto Campos foi diplomata; presidente do BNDE (1958-1959); embaixador nos Estados Unidos (1961-1964); ministro do Planejamento (1964-1967); embaixador na Inglaterra (1974-1982); senador pelo Mato Grosso (1983-1991) e deputado federal pelo Rio de Janeiro (1991-1999).[124] Diplomata de carreira, graduado em economia pela universidade de Columbia, Roberto Campos traçou uma brilhante trajetória como homem público, mas ao

[123] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 116. Lucas Lopes também escreveu um documento sobre energia elétrica que foi utilizado no discurso de Getúlio Vargas ao assumir a presidência em 1951.

[124] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Roberto Campos". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op.cit., v. I, p. 1027.

mesmo tempo muito polêmico. Foi um dos responsáveis pela formulação das bases analíticas e conceituais dos mais importantes planos econômicos dos anos 50, como o relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Programa de Metas. Campos foi ainda um dos mais ativos economistas brasileiros, no sentido de pensar o projeto desenvolvimentista o mais próximo possível da real política econômica adotada pelo governo.

Algumas de suas características identificam-no como um homem de direita no cenário político brasileiro. Alguns autores, como Ricardo Bielshowsky, defendem que Campos representava a "ala direita" da posição desenvolvimentista. Priorizava os investimentos privados em detrimento da ação estatal, ao mesmo tempo em que defendia a atração de capitais estrangeiros como forma de incentivo ao crescimento de setores chaves da economia nacional, como a mineração e a energia.

Bielshowsky[125] observa três fases na obra e no pensamento de Roberto Campos no período anterior a 1964, quando então passou a ser ministro do Planejamento do governo ditatorial de Castelo Branco. A primeira fase se refere ao período em que Campos atuava na Comissão Mista e na direção do BNDE (1952 e 1953). Para Bielschowsky, essa foi a principal fase conceitual de Campos, na qual ele definiu a problemática em torno do desenvolvimento brasileiro, apresentando-se como um nacionalista e enfatizando a necessidade de planejamento do desenvolvimento econômico, defendendo a participação direta do Estado nos investimentos.

Após o seu afastamento do BNDE em 1953, a orientação teórica de Campos mudou consideravelmente, em especial no que se refere aos temas de sua prioridade e em sua visão sobre a participação do Estado e do capital estrangeiro no processo de industrialização brasileiro. A partir de 1955, quando volta à diretoria do BNDE, a crítica se voltou para a política cambial e monetária brasileira. Ataca a estatização e defende a atração de

[125] BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 5° ed., 2000, p. 106.

financiamentos estrangeiros. Contudo, não abandona a concepção do planejamento como essencial ao processo de desenvolvimento.

A terceira fase inicia-se após a sua saída do BNDE, meio à crise que se seguiu ao rompimento do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1959. Essa crise abalou os planos do grupo que estava à frente dos principais órgãos do governo, como o BNDE e o Ministério da Fazenda, por exemplo, que defendiam a aproximação da economia brasileira com instituições credoras internacionais, como o FMI. Esse rompimento acarretou a saída de alguns membros da equipe governamental dos cargos que ocupavam até então. Longe de cargos de destaque, Campos passou a expressar com maior radicalismo suas críticas às políticas econômicas oficiais e às propostas nacionalistas de esquerda.

A partir de 1955, talvez a principal preocupação intelectual de Campos tenha sido a defesa da estabilização monetária, o que lhe rendeu o título de "monetarista". A controvérsia entre "monetaristas" e "estruturalistas", respectivamente simbolizados pelo FMI e pela Cepal, foi bastante polêmica e perdurou durante as décadas de 50 e 60. Apesar de estar mais ligada à atuação e ao pensamento de Roberto Campos, por motivos metodológicos, essa controvérsia será abordada posteriormente, ao tratarmos da atuação de Lucas Lopes no Ministério da Fazenda.

No entanto, é fato que suas concepções monetaristas o aproximaram dos quadros mais conservadores do cenário político brasileiro. Um outro aspecto muito polêmico foi a defesa do capital estrangeiro diante do que acreditava ser uma incapacidade de capitais nacionais para importar, fazendo com que houvesse a necessidade de atração de capitais externos. Os argumentos utilizados em defesa do capital estrangeiro encontram-se espalhados em diversos livros e artigos, que versam sobre a participação dos investimentos externos nas atividades de mineração, energia, transportes e de remessa de lucros.

Quanto ao primeiro deles, Campos absorveu as idéias de um companheiro de BNDE. Geólogo e economista, Glycon de Paiva insistia em afirmar que as riquezas minerais brasileiras eram insuficientes, por isso o auxílio estrangeiro era tão importante para o crescimento do setor. Glycon de Paiva possuía concepções ideológicas completamente reacionárias, afirmava que o nacionalismo só contribuía para aumentar a debilidade produtiva da mineração nacional. Durante o governo de João Goulart, defenderia abertamente uma postura contra o regime vigente, apoiando as conspirações que culminariam no golpe de 1964.

Glycon de Paiva formou-se em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto. Especializou-se em geologia adquirindo grande experiência na área de mineração. Assumiu cargos no Departamento Nacional de Produção Mineral (1934-1942) e no Serviço de Produção Mineral da Coordenação de Mobilização Econômica (1943-1944), mesmo órgão no qual Lucas Lopes trabalhou – e no mesmo período. Participou como delegado brasileiro em diversas conferências e congressos internacionais.[126] Participou da Comissão Mista, juntamente com Lucas Lopes e Roberto Campos, assumiu entre 1952 e 1953 a diretoria geral do BNDE, e em 1955 a presidência deste órgão, permanecendo até 1956, quando foi substituído por Lucas Lopes.

Foi o principal organizador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado legalmente em fins de 1961, e ocupou a vice-presidência do IPES da Guanabara entre 1961-1967. Como é sabido, o IPES foi um dos órgãos mais ativos de combate às leis democráticas e de defesa do golpe militar de 1964. Através da organização de movimentos de cunho político ideológico, o IPES produziu um vasto material de combate ao comunismo e de apoio ao regime militar. Um dos movimentos que o IPES organizou foi a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), onde um grupo de mulheres, influenciadas pela ala mais conservadora da ideologia católica, foram às ruas protestar contra a influência comunista do

[126] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. “Glycon de Paiva”. In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op.cit., v. IV, p. 4233.

governo de Jango. Foram elas as promotoras da "Marcha da família com Deus pela liberdade", em São Paulo, em que milhares de mulheres, com terços nas mãos, saíram em passeata "em defesa da democracia, da família e da moral cristã", conforme suas militantes afirmavam.[127]

Em 1976 Paiva tornou-se membro do conselho consultivo da APEC editora,[128] fundada pelo grupo de Lucas Lopes e Roberto Campos em 1962, e da administração da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi), de propriedade de Augusto Trajano de Azevedo Antunes. A Caemi se uniu ao grupo inglês St.John D' El Rey Minning Company, controlado pela Hanna Minning Company, dando origem às Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), que fortaleceu o projeto de exportação de minério de ferro elaborado pela empresa norte-americana. A Caemi era uma *holding* de várias outras empresas do Grupo Antunes, entre as quais: Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), ICOMINAS S.A – Empresa de Mineração e Aços Anhanguera S.A.[129]

As polêmicas envolvendo as atividades de mineração no Brasil da Hanna Minning serão abordadas posteriormente, no momento em que analisarmos a repercussão que teve o chamado "Caso Hanna" e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para investigar supostas ilegalidades na sua atuação em território nacional. No entanto, a Hanna também atuava de forma ideológica no contexto anterior ao golpe de 1964. Como exemplo, a conferência promovida pela Hanna Mining em 1963 no Bureau of Governamental Research da Universidade Estadual do Arizona, que tinha como tema "A defesa político-militar da América Latina". Um dos conferencistas, oficial do Exército norte-americano, advertiu que os comunistas estavam "se preparando para atacar quando chegasse a hora" em toda a América Latina, defendendo a contra-ofensiva anticomunista como forma de proporcionar "uma

[127] Grupo de Estudos sobre ditadura. Disponível em <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br>. Acesso em 1º março 2010.
[128] A formação e objetivos da APEC serão abordados mais adiante ao analisarmos a atividade privada de Lucas Lopes.
[129] Arquivo Nacional, acervo IPES, caixa 03, pacote 02.

melhor defesa dos povos e instituições livres". A contribuição da Hanna Minning nessa contra-ofensiva seria através do fornecimento de caminhões para as tropas de Minas Gerais que iniciariam o golpe de 1964.[130]

Alguns dados interessantes foram encontrados no arquivo do IPES localizado do Arquivo Nacional. Alguns nomes constam frequentemente como membros e fundadores do órgão. Encontramos listas de membros do conselho orientador do IPES da Guanabara com nomes, que chamam atenção por terem estabelecido frequente proximidade com Lucas Lopes. São eles: Antonio Gallotti, Augusto de Azevedo Antunes, Glycon de Paiva (Vice-Presidente) e José Garrido Torres.[131] Encontramos também recibos de pagamentos de pessoas físicas e jurídicas ao IPES referentes ao ano de 1965, como Paulo de Assis Ribeiro, Augusto de Azevedo Antunes e ICOMI, respectivamente.

O IPES promovia uma ampla divulgação de defesa ao golpe, publicando livros, folhetos, financiando viagens de estudantes para os Estados Unidos e promovendo cursos e palestras, que contavam com ilustres palestrantes. Encontramos inclusive uma palestra de Roberto Campos no II Curso de Atualidades Brasileiras intitulada "Política externa e Desenvolvimento do país",[132] com ênfase na contenção da influência socialista; e uma palestra de Lucas Lopes publicada na Revista do IPES (Boletim Mural) n° 11, ano II de junho de 1963, intitulada "Panorama Industrial". Encontramos também um folheto de autoria de Glycon de Paiva intitulado "Continuísmo e comunismo", e um folheto de 1962 escrito por John Cotrim com o título "Um engenheiro brasileiro na Rússia".[133]

Porém esse aspecto que envolve a conjuntura dos anos 60 será melhor analisado ao falarmos da trajetória de Lucas Lopes na iniciativa privada, na qual fundou instituições de

[130] DREIFUSS, René Armand. Op.cit., p.93.
[131] Arquivo Nacional, acervo IPES, caixa 13, pacote 03.
[132] *Ibidem*, caixa 11, pacote 02.
[133] Arquivo Nacional, acervo IPES, caixa 38, pacote 01. Foi encontrado também o currículo de Lucas Lopes de 1968.

extrema influência no contexto de preparação para o golpe. Por hora, a breve apresentação dos principais personagens que compunham a rede social de Lucas Lopes permite identificar algumas congruências de valores.

1.3.4 – CEMIG e FURNAS.

Concomitantemente à Comissão Mista, Lucas Lopes, em grande parte pela sua extensa experiência no ramo da energia elétrica, foi convidado pelo governador de Minas, Juscelino Kubitschek, para elaborar o programa de instalação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). Como membro da Comissão Mista e da Cemig, Lucas Lopes conseguiu ampla marcha de manobra para a aprovação de projetos específicos de seu interesse. Ele declara: "só permaneci na Comissão Mista porque podia fazer *lobby* a favor dos projetos mineiros. Modéstia à parte, eram os projetos que me pareciam melhores para o Brasil".[134] E a Cemig foi um desses projetos.

Durante a gestão de Juscelino na prefeitura de Belo Horizonte (1940-1944), Lucas Lopes era secretário de Agricultura. Nesse período os dois estreitaram os laços profissionais, pois já eram amigos de longa data, incluindo nessa amizade os laços familiares, como vimos anteriormente. Rodrigo Lopes relata que Juscelino acompanhou os trabalhos da Comissão do Vale do São Francisco e a elaboração do Plano de Eletrificação, de modo que nomeou prontamente Lucas Lopes para assumir a presidência do órgão recém criado. A nomeação de Lucas Lopes foi muito discutida, pois argumentava-se que estava sendo recompensado por ter colaborado na candidatura de Juscelino ao elaborar seu plano de governo. Além de Lucas Lopes, faziam parte do núcleo técnico da Cemig John Cotrin, Mário Bhering e Mauro Thibau.

[134] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 121.

No governo de Milton Campos (1947-1950) foi criado o Fundo Federal de Eletrificação,[135] que poderia ser usado na criação de empresas de eletricidade. Dessa forma Lucas Lopes pretendia utilizar esse fundo na criação de capital da Cemig, mas encontrou grande resistência por parte do secretário das Finanças de Juscelino, José Maria Alkmin. No entanto, devido a uma viagem emergencial de Alkimin à Europa, Lucas Lopes relata que conseguiu trabalhar com extrema liberdade na Assembléia com auxilio de Tancredo Neves, líder do governo. Estabeleceu a vinculação entre a Cemig e o Fundo Federal de Eletrificação sem a intermediação da Secretaria de Finanças.

A Cemig foi criada pelo decreto n° 3.710 de 21/02/1952, e suas atividades iniciaram-se com a reformulação do projeto de construção da usina de Salto Grande do Santo Antonio. Com o apoio de uma empresa de consultoria italiana, Techint, o projeto inicial foi revisto num processo de muitos debates na Assembléia. Contaram também com ajuda externa, mais especificamente de uma empresa norte-americana, a International Engineering Company, para a revisão dos projetos de Itutinga, Três Marias e Furnas, com as obras dessas últimas sendo iniciadas somente no governo presidencial de Juscelino. É importante destacar que as primeiras obras e projetos realizados pela Cemig foram financiados pelo Banco Mundial e pelo Eximbank.

Outro projeto polêmico foi a instalação da siderúrgica Mannesmann em Belo Horizonte. A Mannesmann era uma siderurgia alemã produtora de tubos sem costura. A dificuldade se dava em torno da demanda de energia elétrica que a empresa necessitava, e que era maior do que os técnicos da Cemig previam. A solução foi a reserva de uma parte substancial da energia proveniente da usina Santo Antonio, que estava sendo construída, para as atividades da Mannesmann.[136]

---

[135] O Fundo Federal de Eletrificação era constituído fundamentalmente pela cobrança do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE).

[136] Arquivo pessoal Lucas Lopes, LL cpe 1951.08.16, doc 02.

Na administração da Cemig Lucas Lopes passou a atuar como empresário num ambiente político. Foi o inicio efetivo de uma relação mais estreita entre Lucas Lopes e Juscelino, em que passaram a trabalhar em parceria nos principais projetos de governo em âmbito regional.

A Cemig foi criada para abastecer Minas Gerais. No entanto, existia um objetivo global de identificar áreas de grande potencial industrial nas quais pudessem ser realizados outros projetos de abastecimento. A intenção da equipe da Cemig era distribuir pontos de abastecimento no Brasil inteiro, e a Centrais Elétricas de Furnas foi um desses projetos. No entanto, Lucas Lopes relata esse objetivo como se fosse uma "boa ação" de Minas em prol do país, fortalecendo o regionalismo mineiro, ele diz que Minas não precisava fazer Furnas para obter energia: "se Minas se contentasse com Três Marias, ficaria egoisticamente muito bem abastecida. Deixava que São Paulo, Rio e outras áreas se arrebentassem, procurassem outras soluções".[137]

Furnas era uma barragem de cem metros de altura, um empreendimento grandioso, o maior projeto da Cemig, implementado pouco antes da candidatura de Juscelino à presidência da República, o que gerou algumas especulações sobre o seu caráter eleitoreiro. O projeto de Furnas foi essencial para o binômio energia e transporte, que persistiu durante toda a presidência de Juscelino, já que seu potencial energético era altíssimo e tornaria viável o crescimento automobilístico incentivado no período. Segundo Lucas Lopes, "Furnas foi a usina que veio exatamente na hora em que o Brasil precisou de um milhão de quilowatts para dar um grande salto na sua expansão".[138]

O controle acionário da empresa era exercido pelo governo federal, pelos governos estaduais de Minas e São Paulo, pela Light, pela Amforp e por sete acionistas adicionais,

---

[137] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 139.
[138] *Ibidem*, p. 140.

entre eles Lucas Lopes, John Cotrin, Mario Bicalho, entre outros. Sua formação incluía um conselho de administração e um conselho consultivo chefiado pelo presidente do BNDE, Lucas Lopes.[139]

Os projetos formulados pela Cemig em nível regional ou nacional definiram, para o desenvolvimento da energia elétrica no país, parâmetros que iriam ter maior expressão na presidência de Juscelino. Essa atuação estava inserida num debate político mais amplo, que incluía interesses divergentes em relação à oposição entre o PSD e a UDN, algumas dificuldades internas (como o já mencionado episódio envolvendo o secretário de Finanças José Maria Alkmin), e empecilhos no Congresso Nacional. Contudo, a Cemig possuía uma grande força política, que perpassava a aprovação de projetos e a introdução de negociações de maior fôlego em relação a financiamentos externos. Essa força se dava em parte pela composição de seus membros, em sua maioria homens influentes nas esferas decisórias do Estado e inseridos no jogo político que beneficia as boas relações com as altas instâncias governamentais.

1.3.5 – Plano Nacional de Eletrificação e a Eletrobrás

O Plano Nacional de Eletrificação e o projeto de criação da Eletrobrás foram enviados por Vargas ao Congresso em 1954. Ambos os projetos foram preparados pela Assessoria Econômica do presidente, que na ocasião fazia oposição ao grupo da Cemig, principalmente devido ao cunho nacionalista que empreendiam na formulação dos projetos. Por esse motivo, as declarações de Lucas Lopes sobre essa iniciativa não são isentas de partidarismo. Segundo ele, o Plano Nacional de Eletrificação não tinha nenhuma semelhança com o plano mineiro formulado por ele no início dos anos 50.

---

[139] *Ibid.*, p. 190.

A proposta da Assessoria de Vargas, especificamente de seus formuladores, entre eles, Jesus Soares Pereira, era transformar o Plano Nacional de Eletrificação em lei, criando uma Comissão Executiva que estaria subordinada à Presidência da República, e composta por uma diretoria e um conselho consultivo. Porém o argumento do grupo da Cemig, representado por Lucas Lopes, criticava o plano. De acordo com Lucas Lopes:

> É certo que haviam pessoas que se opunham a intervenção do Estado no setor elétrico, mas essa tese já vinha sendo superada pelos fatos concretos (Paulo Afonso, Cemig, etc...) (...) Mesmo aquelas pessoas que eram a favor de boa aplicação do Fundo Federal de Eletrificação tiveram reações negativas à estrutura básica do Plano Nacional de Eletrificação (...) A forma como foi apresentado, demonstrou a ingenuidade de seus formuladores, o desconhecimento da realidade e a inexperiência em análises de custos (...) creio que o historiador que pretenda ter uma versão correta dos eventos ocorridos naquela época deve procurar compreender os conflitos de opinião (não de ideologia) que se desenvolveram.[140]

A tramitação dos respectivos projetos de lei – o Plano Nacional de Eletrificação e a criação da Eletrobrás – apresentados pelo governo de Vargas geraram intensos debates entre políticos, técnicos, empresas privadas e públicas e entidades de engenheiros ligadas ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e ao Instituto de Engenharia de São Paulo.

O Plano do governo defendia medidas como a programação de obras, a participação da União em empresas estaduais, estímulos à instalação de indústrias de material elétrico e a criação de uma empresa federal para executar essa política energética, representada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

O projeto de criação da Eletrobrás previa que a empresa seria estabelecida através de uma sociedade de ações distintas, compostas por empresas controladas, responsáveis pela realização de estudos, projetos, financiamentos, construções e operações de usinas, geradores e qualquer atividade de distribuição de energia elétrica. O projeto de Lei que regulamentava a

[140] Arquivo pessoal Lucas Lopes, LL cpe 1946.04.03, documento III-7.

criação da Eletrobrás permaneceu em discussão no Congresso durante sete anos (1954-1961), foi aprovado com emendas na Câmara dos Deputados em 1956, remetido ao senado para receber novas emendas, e retornando enfim à primeira casa em outubro de 1957. A partir da criação do Ministério de Minas e Energia é que a discussão foi retomada e aprovada em dezembro de 1960, com intensas modificações no texto original, sendo transformada na lei n° 3890-A somente em 25 de abril de 1961. Portanto já no governo de Jânio Quadros.[141]

Organizando-se uma empresa *holding,* núcleo de um conjunto de concessionárias que contam com grande autonomia administrativa, a Eletrobrás passou a gerir volumosos montantes financeiros, tornando-se a principal agência financiadora do setor elétrico. O Ministério de Minas e Energia atuava como órgão coordenador das atividades da Eletrobrás, que começa a operar realmente em 1962.

O Plano Nacional de Eletrificação nem chegou a ser aprovado no Congresso Nacional. Contudo Maria Letícia Correa defende que o projeto nacionalista sugerido pela assessoria de Vargas foi implementado parcialmente. Houve um reajuste dos interesses no âmbito das empresas estatais – nacionais ou estaduais – surgidas no período, que se refletiu na composição dos órgãos de administração pública criados a partir da nova etapa e nas empresas do sistema Eletrobrás, os quais foram ocupados por técnicos e dirigentes que se colocaram contrários á criação da *holding* federal, em especial os engenheiros reunidos em torno de Lucas Lopes na Cemig. Percebemos portanto "a permanência desses elementos e a sua consolidação como novos agentes de formulação da política setorial".[142] Trata-se de um novo período no quadro de articulações dos diversos interesses envolvidos nas atividades de regulamentação do setor de energia elétrica.

[141] CORREA, Maria Letícia. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2003, p. 256.
[142] Idem, ibidem, p. 258.

Dessa forma, podemos inferir que a energia elétrica como fator de desenvolvimento nacional ganhava proporções cada vez maiores. Tanto o grupo de Lucas Lopes, à frente de instituições como a Cemig e a Comissão Mista, quanto o grupo de Vargas, representado na Eletrobrás, impulsionaram os investimentos no setor elétrico promovendo uma valorização econômica do setor em termos de crescimento do país. No entanto, é importante destacar que as diferentes alternativas para o desenvolvimento do setor de energia elétrica acompanhavam as etapas do processo de industrialização brasileira naquele momento.

Capítulo 2: A consolidação de um político

Eu fui um homem que aprendeu a linguagem dos técnicos e a linguagem dos políticos. Eu sabia dizer ao político aquilo que o técnico não sabia.
Lucas Lopes[143]

O presente capítulo dará continuidade à análise da trajetória de Lucas Lopes, mas agora na esfera federal. Analisaremos sua participação no Ministério de Viação e Obras Públicas, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e no Ministério da Fazenda. Nesse sentido, alguns esclarecimentos sobre nossa postura frente ao arcabouço teórico que envolve a discussão sobre o Estado se fazem necessários, ao passo que tais cargos estão inseridos diretamente na dinâmica estatal. Inicialmente é preciso entender a base conceitual que norteará as discussões aqui propostas.

Alguns estudos acerca do Estado e sua relação com a sociedade civil, presentes de forma preponderante na historiografia brasileira, são relevantes para introduzir o assunto, na medida em que elaboram reflexões naturalizadas dessa relação. Nesse sentido, entendemos que tais reflexões precisam ser melhor analisadas, a fim de direcionar a discussão para uma identificação mais precisa do local ocupado por Lucas Lopes e seu grupo no interior da administração nacional. Reflexões e discussões referentes ao Estado brasileiro enquanto elemento indispensável ao estudo das políticas em geral apontam, em sua maioria, para uma análise "estadista", segundo a qual o Estado, de origem ibérica, seria o principal responsável pelas características de nossa formação social. No entanto, é importante destacar que as bases teóricas e conceituais que sustentam nossa análise indicam outra perspectiva, que nada tem a ver com a interpretação dominante, que privilegia o Estado como ator principal e renega a sociedade a um papel coadjuvante.

---

[143] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 291.

Autores consagrados pela "academia", que se dedicam ao estudo da história política do Brasil e que tomam como norte de suas análises o predomínio inquestionável do Estado sobre a sociedade, acabam por vitimizar, de certa forma, a sociedade civil, desqualificando as ações públicas. O Estado, por sua vez, é visto como algo à parte dessa sociedade, um "ser reificado", descolado do tecido social que lhe dá base, como observa Sonia Regina de Mendonça.[144] Essa vertente historiográfica trabalha com um Estado "naturalizado", "místico", um bloco homogêneo, como se não fosse constituído de atores sociais com interesses específicos, isentando as práticas estatais de conflitos. Segundo Mendonça, tal vertente afirma

> uma forte carga de negatividade, usualmente associada ao Estado e que transparece através de adjetivações como "centralizador", "cooptador" e "coercitivo" o que pressupõem, enquanto seu reverso necessário, a fragilidade, 'dispersão' ou impotência da Sociedade, incapaz de promover formas próprias de organização de representação política.[145]

O que esses estudos não levam em conta é a "complexidade inerente ao processo histórico". O Estado faz parte do conflito existente entre as classes sociais, e por isso é necessário destacar que ele não deve ser entendido como uma "entidade em si mesmo", mas sim como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas. Mendonça[146] observa que o êxito ou fracasso de posições defendidas no embate entre projetos formulados por frações da classe dominante depende da sua capacidade organizacional, e do maior ou menor poder de barganha em prol da inserção de seus interesses no interior das mais variadas agências do poder público estatizado, processo este altamente dinâmico e em permanente redefinição.

---

[144] MENDONÇA, Sonia Regina de. "Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais". *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007.
[145] *Idem, ibidem*, p. 3.
[146] MENDONÇA, Sonia Regina. "Economia e Política na historiografia brasileira". *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

Tendo como perspectiva teórica o conceito de Estado ampliado, formulado por Antonio Gramsci, é objetivo aqui dar continuidade à analise da trajetória política de Lucas Lopes, partindo da concepção de embates de interesses no interior do Estado capitalista brasileiro. As políticas públicas implementadas, no período em que esse agente político adquiriu função pública em nível de Estado, são resultados de uma ampla e constante disputa de posições, e não simplesmente impostas de cima para baixo. Mesmo porque entende-se que a implementação de políticas públicas são resultado do embate entre projetos formulados por frações da classe dominante institucionalizada. Nesse sentido, os cargos e funções exercidos por Lucas Lopes, enquanto Ministro de Estado, estão inseridos nesse ambiente, ou seja, estão atravessados pelo conjunto de relações de classe.

De acordo com Antonio Gramsci,[147] o Estado é uma condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade, incorporando em si mesmo os conflitos presentes na formação social. O conceito de Estado enquanto uma relação, elaborado por Gramsci, parte da visão de "Estado ampliado", que incorpora três componentes abordados em constante interação. São eles: a infra-estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Nessa interação, há uma dimensão política fundamental para a preservação e estruturação do Estado, que extrapola a dinâmica entre coerção e consenso. Sua base principal é o que Gramsci denomina de cultura, entendida não como atividade de entretenimento, erudição, ou coisa do gênero, mas sim como visão de mundo, valores, crenças, etc. de um determinado grupo social.

No entanto, nem todos os grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, e aí a questão da hegemonia em Gramsci é essencial. Por falta de organização nos chamados "aparelhos privados de hegemonia"[148] dentro da sociedade civil, esses grupos acabam

---

[147] GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

[148] O conceito de aparelhos privados de hegemonia, para Gramsci, está relacionado aos órgãos e instituições existentes na sociedade civil, aos quais se adere voluntariamente, com fins de pressão e ação consciente e voluntária, sem repressão, com a intenção de alcançar determinados objetivos específicos. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

adotando como sua a visão de mundo de outros grupos, na maioria das vezes os dominantes. Assim, a cultura de um dado grupo torna-se hegemônica na medida em que, de certa forma, é imposta para os demais grupos. Os interesses específicos só possuem força política quando organizados em aparelhos privados de hegemonia, que precisam inserir seus representantes junto à sociedade política. Nesse sentido, Gramsci destaca o papel do intelectual. Para o autor, o "intelectual é o 'persuasor permanente', o organizador da vontade coletiva, aquele que tem na prática política o âmbito de sua ação".[149]

O conceito de intelectual em Gramsci[150] ajuda a entender o processo de formação e a atuação de Lucas Lopes em toda a sua trajetória política. Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham tal função na sociedade. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual. No entanto, a formação do intelectual no que se refere a sua função social enquanto categoria profissional (possuindo, portanto uma função essencial no mundo da produção econômica), se dá de forma orgânica, cada nova classe cria consigo "novos" intelectuais, que na maioria das vezes são especializações de aspectos parciais da atividade já existente anteriormente. Cada período histórico contém em si as bases para o período posterior, o qual caracteriza-se também, embora minimamente, pelo período precedente.

Para Gramsci:

> Todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao

[149] MENDONÇA, Sonia Regina. "Economia e Política na historiografia brasileira". *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 21, nota 13, 2001.
[150] GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

> grupo, bem como a conscientização de sua própria função (...). O empresário capitalista cria consigo o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo sistema legal, etc.[151]

O processo de formação desses intelectuais orgânicos ocorre concomitantemente com o processo de transformação constante do Estado, que abre espaço para um determinado tipo de intelectuais promovendo, assim, uma mudança organizacional na instância decisória. Através das disputas de interesses, tais intelectuais acabam por fazer parte dessa conjuntura, sendo introduzidos nas lutas políticas num sentido de maior controle e liderança por parte das atividades profissionais das quais foram originados. As mudanças geradas pelo processo de desenvolvimento capitalista dos países periféricos, incluindo-se o Brasil, caracterizadas, dentre outras medidas, pela forte presença do capital estrangeiro na vida social e política do país, foram produzindo intelectuais orgânicos comprometidos com essas mudanças. Dessa forma, os técnicos e empresários gerados nesse processo são fundamentais para perpetuação de determinadas medidas que, por exemplo, modificaram o regime político em 1964.

Assim, partindo do pressuposto de que Sociedade Política e Sociedade Civil encontram-se em constante relação, é necessário identificar as formas de organização de ambas, no sentido de verificar os agentes coletivos inseridos organicamente em classes ou frações de classe específicas. Da mesma forma, é fundamental conectar tais agentes com as disputas constantes no interior das agências estatais. Segundo Mendonça, deve-se "refletir a cada momento histórico, sobre o eixo central que organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais formas dessa organização se articulam **junto** e **pelo** Estado restrito, mediante a análise dos seus agentes e das suas práticas".[152]

---

[151] GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 2, p. 15.
[152] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. *Outros Tempos*, vol. 1, p. 7, 2007. Grifo nosso.

A análise da trajetória pública de Lucas Lopes encaixa-se nesse objetivo de identificar as formas de inserção do grupo ao qual estava inserido nas esferas decisórias do Estado restrito e a disputa de interesses que envolviam essa inserção, na medida em que foi um dos principais formuladores de políticas econômicas nacionais a partir dos anos 50, representadas no Plano de Metas. Maria Letícia Correa destaca a importância desse período para a política econômica nacional, observando que algumas características foram postergadas na década seguinte. A autora observa que há uma continuidade, principalmente em relação ao binômio energia e transporte no modelo político e institucional implementado posteriormente, mesmo depois do golpe militar em 1964.[153]

Dessa forma, o esclarecimento sobre o conceito de Estado adotado neste trabalho se faz necessário, porque a discussão em torno da dialética que envolve a administração burocrática estatal e a política nacional, ou seja, a relação entre economia e política – ou Estado e economia – perpassa por essa problemática, pela questão do Estado. Seu conceito e seus mecanismos de inter-relação com as classes sociais são fundamentais para direcionar e entender de forma mais clara a relação entre economia e política, que muitos insistem em afirmar que é estanque. É importante destacar que o modo pelo qual economia e política se relacionam não é estático, a forma de articulação entre as duas esferas depende do tipo específico da formação social em questão, sendo portanto um fenômeno historicamente mutável.

De acordo com Sonia Regina de Mendonça:

> o que existe de concreto é que a historiografia dedicada ao trato das políticas econômicas enquanto manifestações das relações entre Estado e classes dominantes no Brasil acaba por desembocar numa única e mesma problemática: a da hipervalorização dos setores preponderantes na pauta das exportações brasileiras ou, quando muito, na demonstração do forte intervencionismo estatal junto à economia, mediante a analise de planos ou

[153] CORREA, Maria Letícia. *Estado e Burocracias no Brasil: um estudo sobre Poder e Política na área de planejamento do governo JK ao Regime Militar (1956-1968)*. *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v. 10, p. 207-242, 2007, p.209.

> demais modalidades de atuação dos órgãos públicos junto à sociedade. Ademais, seu norte continua sendo a noção de eficácia, sempre entendida num registro estritamente quantitativista e econômico e, quase nunca, político, como se Economia e Política pudessem ser separadas.[154]

Como visto anteriormente, partimos do conceito de "Estado ampliado" desenvolvido por Antonio Gramsci para retomar algumas questões específicas referentes a aspectos institucionais e à formação da burocracia técnica.[155] que modificaram alguns aspectos da estrutura nacional principalmente a partir da década de 1930, período em que os principais órgãos burocráticos de controle do aparelho do Estado começaram a se formar. Sem negligenciar que essa transformação precisa ser conectada com o jogo de interesses entre os diversos agentes sociais em disputa naquele momento, representados pelos órgãos e instituições burocráticas, afinal o período pós 30 foi fundamental para as transformações na formação histórico-social brasileira.

Focando mais especificamente o conceito de burocracia, é importante retomá-lo através da análise desenvolvida por Max Weber, na medida em que ajuda a introduzir a discussão. No conceito de burocracia desenvolvido dentro da sociologia de Weber, aquela é considerada não apenas uma forma de organização administrativa, mas também uma forma legítima de domínio. Através de normas formais o domínio é legitimado, e assim se estabelecem as principais características do aparelho burocrático. Como exemplos: o poder se torna vinculado a determinadas regras; as posições são definidas hierarquicamente (estabelecem-se relações de autoridade dentro de esferas claramente estabelecidas, através de uma divisão profunda entre cargos e pessoas por funções exercidas com base em documentos escritos); os funcionários passam a ser contratados com base nas suas qualificações específicas em troca de salários em dinheiro, com carreira regulamentada. Segundo Weber, o

---

[154] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Economia e Política na historiografia brasileira.* Op. cit., p. 9.

[155] É importante destacar que a denominação de "técnicos" utilizada por muitos autores se refere de modo geral aos engenheiros, economistas, juristas, entre outros, que exerciam funções burocráticas no interior das instâncias ou órgãos governamentais.

Estado moderno ocidental é dependente da burocracia representada pela atuação do funcionário público treinado: "as funções mais importantes da vida diária da sociedade são desempenhadas por funcionários públicos treinados técnica, comercial e acima de tudo legalmente".[156]

De acordo com Weber:

> Todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação. Num número extraordinariamente grande de casos, a dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura da dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso, a determinar, inequivocamente, sua orientação para um "objetivo".[157]

Nesse sentido, o autor estabelece uma relação direta entre dominação e administração, mais especificamente, administração burocrática. Segundo Weber, a dominação é um caso especial de poder, que por meio da organização cria a possibilidade da minoria dominante comunicar-se internamente com maior agilidade, dando origem a uma ação social racionalmente organizada visando a todo instante a conservação de sua posição de poder.

O pensamento weberiano considera que a administração burocrática significa, fundamentalmente, o exercício da dominação baseado no saber, o que a torna especificamente racional. Consiste, de um lado, em conhecimento técnico, que por si só é suficiente para garantir uma posição privilegiada de poder para a burocracia. E, por outro lado, as organizações burocráticas e seus servidores tendem a se tornar ainda mais poderosos pelo conhecimento que adquirem com a prática no serviço. O chamado "segredo profissional", que é típico das organizações burocráticas, é um produto da luta pelo poder. A burocracia, portanto, segundo Weber, confere um imenso poder aos que a manipulam.

---

[156] WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Editora Martin Claret: São Paulo, 2ª ed., 2007, p. 25.

[157] *Idem*. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora UnB: São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 187.

Dessa forma, como foi visto, Weber analisa a burocracia através do conceito de dominação organizada, vinculando-a à formação e à consolidação do Estado capitalista. De acordo com Weber,

> O sistema capitalista – embora não somente ele – desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da burocracia. Na verdade, sem ela a produção capitalista não poderia persistir, e todo tipo racional de socialismo teria simplesmente que adotá-la e incrementar sua importância. Seu desenvolvimento, sob os auspícios do capitalismo, criou a necessidade de uma administração estável, rigorosa, intensiva e incalculável.[158]

Para Weber, a dominação é um dos elementos mais importantes da ação social. O autor analisa o contexto social através de uma imposição que influencia as ações de outras pessoas, focando em dois tipos de dominação específicos: dominação por interesse e dominação por autoridade pessoal (poder de mando tradicional – algo que tem sido assim desde sempre, carisma). Dessa forma, Weber defende que a melhor forma de dominação racional legal é a burocracia. "Quando a ação social de uma formação de dominação se baseia numa relação associativa racional, encontra seu tipo específico na burocracia".[159] Weber já decidiu que o capitalismo é racional. Racional para Weber é a relação entre meios e fins, a racionalidade repousa sobre fazer o máximo de fins para o mínimo de meios. Para isso, é preciso fazer o cálculo dos meios: se esse cálculo empresarial é racional, então é racional uma dominação legal, que vai tentar fazer o máximo de fins com o mínimo de meios.

Weber introduz o conceito de "racionalidade" para definir a forma de atividade econômica capitalista e as relações sociais que nela estão presentes. Segundo Weber, as relações sociais ficam submetidas aos critérios da decisão racional, que influencia em todos os âmbitos da vida. Ele defende que a implantação do tipo de ação racional, incluindo a escolha entre alternativas e a organização dos meios, objetiva a determinados fins, ou seja, é uma ação

---

[158] WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora UnB: São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 26.
[159] *Id.*, *ibid.*, p. 198.

racional dirigida a objetivos pré-definidos. As relações sociais em todas as esferas acontecem de forma racional para se atingir uma intencionalidade. Nesse sentido, Weber vai dizer que a racionalização progressiva da sociedade depende da institucionalização da técnica e da ciência. Na medida em que o progresso técnico e científico penetra nas instâncias sociais, a racionalidade é cada vez maior, promovendo uma secularização e um desencantamento das antigas práticas, e incentivando a racionalização crescente da ação social.

Contudo, é fundamental observar que a concepção weberiana de dominação racional legal encapsula o Estado numa categoria que desconecta as pessoas das relações sociais. Não analisa o conjunto através do embate entre classes ou frações de classes. Não é uma análise crítica, no sentido de questionar se o técnico é realmente técnico, se o que se diz racional é realmente racional e, mais ainda, que tipo de racionalidade é essa.

Reforçando a tese de que o Estado é composto de conflitos constantes e dinâmicos, resultado da permanente medição de forças entre os segmentos sociais organizados a partir da sociedade civil, Maria Letícia Correa[160] destaca que é fundamental a reflexão crítica sobre determinadas noções presentes na historiografia. Noções que defendem a construção de um Estado "naturalizado", responsável, enquanto entidade própria, pela formulação das principais políticas públicas de forma arbitrária. A autora se refere a expressões como "autonomia relativa do Estado", em relação às ações de planejamento econômico, e "independência dos técnicos" frente a determinadas decisões. São expressões frequentemente utilizadas por autores que se dedicavam principalmente ao estudo do primeiro governo Vargas, para legitimar na historiografia brasileira a concepção dominante de Estado, a partir do conceito de "modernização autoritária". Como vimos, tal conceito isola o Estado do contexto social, como se as políticas públicas fossem implementadas sempre de cima para baixo. E, nesse sentido, se faz necessário questionar: quão relativo é o relativo? Em que circunstâncias é mais ou menos

[160] CORREA, Maria Letícia. Op. cit., p. 207-242, 2007.

relativo? Qual forma a autonomia assume? Essas são questões chaves, que ajudam a perceber que há um jogo de interesses no interior do Estado capitalista brasileiro e que acabam por moldá-lo.

Assim, deve-se notar que as transformações ocorridas no interior da estrutura burocrática, essenciais para a expansão do Estado capitalista, ocorreram mediante a inter-relação permanente entre agências e agentes da sociedade civil e da sociedade política, na medida em que novos projetos e sujeitos foram incorporados no âmbito decisório do Estado nacional. Nesse sentido, concomitantemente, novos interesses também foram sendo introduzidos, gerando debates importantes para o entendimento de períodos posteriores.

O contexto que envolve a escolha de determinadas políticas públicas em detrimento de outras, a nomeação de um ministro ou secretário, as votações de projetos na Câmara, e qualquer outro exercício que caracterize o Estado capitalista brasileiro, é moldado constantemente pelas disputas e conflitos de interesses pessoais ou corporativos que constroem o perfil da esfera estatal.

A trajetória de Lucas Lopes como nosso objeto de análise perpassa essa discussão mais ampla, principalmente em relação ao Estado capitalista e sua relação com a Sociedade Civil, que são fundamentais para caracterizar e entender as posturas e decisões defendidas e implementadas por esse ator político, na medida em que se encontra diretamente inserido nesse debate. Dessa forma, pretendemos seguir no estudo dos cargos e funções ocupados por esse engenheiro em esfera nacional, tomando sempre como referência a idéia de embates de interesses no interior do Estado capitalista brasileiro.

2.1 – Ministro de Viação e Obras Públicas.

2.1.1 – Campanha JK e o esboço do Programa de Metas.

Com as circunstâncias que se seguiram ao suicídio de Vargas em 1954, Café Filho ou João Fernandes Campos Café Filho, vice-presidente, assume o governo (1954-1955). A equipe ministerial do novo presidente era em sua maioria formada por udenistas, com exceção de Lucas Lopes, que foi nomeado ministro de Viação e Obras Públicas. Segundo ele, por que Café Filho insistia em ter um representante do PSD no ministério.[161] Como ministro, Lucas Lopes vivenciou de perto os principais problemas nacionais, como a crise cafeeira e cambial.

A presidência de Café Filho durou muito pouco, exatamente quatorze meses. No entanto, a permanência de Lucas Lopes no ministério foi mais curta ainda, e o motivo estava relacionado à candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República nas próximas eleições. Devido a uma carta elaborada por alguns chefes das Forças Armadas, e com apoio do presidente Café Filho, que se colocou contra a candidatura de Juscelino lançada pelo PSD para as próximas eleições, Lucas Lopes pediu demissão do cargo, pois se via ligado a esse partido e ao futuro presidente da República. Voltou então à Cemig e ao Conselho de Administração do BNDE, período em que se dedicou com afinco na campanha presidencial de Juscelino e na elaboração de seu programa de governo.

Lançada oficialmente a candidatura de Juscelino pelo PSD, e com a vitória nas urnas em outubro de 1955, a crise política agravou-se. Setores militares e da União Democrática Nacional (UDN) se posicionaram contra a legalidade, tentando impedir a posse do presidente eleito. A situação se agravou de tal forma que, em 11 de novembro de 1955, o general Henrique Lott, ministro da Guerra, organizou um movimento militar para assegurar a posse de Juscelino, impedindo um provável golpe. No dia 14 de novembro do mesmo ano, Lucas

[161] Mais uma vez percebemos a vinculação de Lucas Lopes com o PSD, apesar de sempre afirmar que não possuía ligações políticas com nenhum partido. No entanto, dessa vez, é o próprio Lucas Lopes que justifica a sua nomeação para o cargo de ministro através da sua aproximação com o PSD, entrando novamente em contradição.

Lopes retornou ao Ministério da Viação e Obras Públicas, no qual ficou até a posse de Juscelino como presidente da República em 1956.[162]

As articulações que envolveram a escolha de Juscelino para a presidência da República e a sua campanha pelo PSD envolveram importantes manobras eleitorais, no sentido de amenizar as oposições em nível nacional e as dissidências do próprio PSD. Foi um período extremamente conflituoso, que envolveu grande parte da elite pessedista em prol do lançamento oficial da candidatura de Juscelino à presidência. Lucas Lopes, apesar de afirmar frequentemente uma postura neutra em relação às disputas políticas e a não vinculação a nenhum partido, participou ativamente dessa campanha.

Nesse momento há um forte engajamento de Lucas Lopes influenciado, entre outros aspectos, pelo regionalismo mineiro e a amizade pessoal com Juscelino. Criou-se um núcleo de trabalho em Belo Horizonte para tentar definir um programa de governo, era o inicio do Plano de Metas. De acordo com Lucas Lopes: "Começamos a tentar reunir algumas idéias que eram normalmente definidas pelos programas de governo anteriores, programas clássicos da burguesia local".[163] Essas idéias foram publicadas em 1955 no livro *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento* e tinham um caráter muito preliminar, necessitando de estudos e definições mais precisos. Contudo, tais idéias preconizavam, entre outros setores, um programa de eletrificação e um cronograma de obras de estradas nacionais, aspectos que vão marcar a administração de JK na presidência.

Durante a campanha, Lucas Lopes já havia sido convidado para participar do futuro governo de Juscelino. O período entre a eleição e a posse foi o momento em que Lucas Lopes elaborou projetos mais precisos, constituindo-se num dos principais responsáveis pela formulação do Plano de Metas, que inicialmente eram trinta e às quais viria somar-se mais

[162] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Lucas Lopes". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. III, p. 3278-3281.
[163] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 165.

tarde a meta-síntese: Brasília.[164] As metas previstas incluíam os seguintes setores: energia (elétrica, nuclear e petróleo), transportes (ferrovias, rodovias, portos e transportes aéreos), alimentação, indústrias de base (indústria automobilística, minério de ferro, siderurgia, entre outras) e educação.

O objetivo era coordenar de forma equilibrada o desenvolvimento econômico e a estabilidade política, tarefa árdua para uma relação que, de início, se apresenta de forma antagônica. Segundo Maria Victória Benevides,[165] não há dúvida de que durante o governo Kubitschek houve um extraordinário avanço dos índices de desenvolvimento econômico, porém a autora propõe a caracterização da estabilidade política nesse contexto. Em seus estudos, Benevides observa que o período JK é considerado pela historiografia como um exemplo de estabilidade política, em comparação com o período anterior iniciado em 1930.

Para a autora, essa característica "atípica" do período de Juscelino pode ser explicada através da "conciliação entre o velho e o novo", que tinha no uso político do Plano de Metas a sua principal estratégia. Benevides defende que o Plano de Metas foi compatível com os interesses da elite e das massas, servindo como habilidade de manobra dentro do sistema presidencial. Sendo assim, a autora conclui que a explicação para a estabilidade política do período Kubitschek gira principalmente em torno da política econômica adotada, que tinha no Plano de Metas o sua base.

De acordo com Celso Lafer,[166] o Plano de Metas deve ser analisado dentro de uma abordagem mais ampla envolvendo a ação de planejar, que se configura num processo estritamente técnico. No entanto, a decisão de planejar é essencialmente política, pois, "embora influenciada por considerações de ordem técnica, consiste na tentativa de alocar

---

[164] As Diretrizes gerais do Plano e a definição das metas foram publicadas no Documento n° 3 do Conselho de Desenvolvimento, e encontra-se no arquivo pessoal de Lucas Lopes.

[165] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1976.

[166] LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961): o processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

explicitamente recursos e implicitamente valores".[167] Se tratando de um plano de desenvolvimento, como foi o Plano de Metas, essa característica política fica ainda mais evidente na medida em que visava mudar as estruturas econômicas e sociais vigentes, para a promoção do crescimento.

De acordo com Sonia Regina de Mendonça,

> O Plano de Metas foi um marco na reelaboração qualitativa das relações entre Estado e economia no país. Integravam-se pela primeira vez, sob o controle do governo, as atividades do capital público e do privado (nacional e estrangeiro) através de um planejamento que definia as prioridades de investimento, bem como as estratégias para dirigir os recursos privados para essas áreas. O Estado adquiria novas funções e esferas de atuação econômica que passavam desde a sua definição como banqueiro do capital privado (...) até o seu papel de proprietário.[168]

Ao assumir a presidência, Juscelino já tinha disponível um complexo programa de governo, elaborado pelo grupo que vinha há um bom tempo trabalhando junto na elaboração e execução de programas estratégicos, na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, na Cemig, em Furnas, entre outros. O refinamento e a execução efetiva do Plano de Metas estavam diretamente vinculados aos financiamentos externos e ao patrocínio oferecido pelo BNDE, que junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento foram os principais órgãos de

---

[167] *Idem, ibidem*, p. 26.
[168] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª ed., 2002, p. 50.

estruturação do Plano elaborado por Lucas Lopes que sustentaria o governo presidencial de JK. Nesse momento, consolida-se um importante núcleo de técnicos e burocratas que viriam a

influenciar diretamente na formulação de políticas públicas na década seguinte.

2.2 – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Conselho Nacional de Desenvolvimento.

> *Tínhamos um pensamento muito elitista, no sentido de que não nos preocupávamos naquele momento com distribuição de riqueza (...) Não pensamos socialmente bem.*
> Lucas Lopes[169]

O Conselho de Desenvolvimento foi o órgão principal responsável pela formulação e implementação do Plano de Metas. Foi criado pelo Decreto n° 38.744 de 1° de fevereiro de 1956, logo após a posse de Juscelino como presidente da República. Era subordinado diretamente à Presidência da República e composto por todos os ministros, os chefes das Casas Civil e Militar, o presidente do Banco do Brasil e o presidente do BNDE. O Conselho não tinha presidente nem vice, mas sim um secretário executivo com a responsabilidade de gerenciar o Programa de Metas do governo.[170] Na ocasião, Lucas Lopes foi nomeado presidente do BNDE, sendo portanto o responsável por toda a gerência de estruturação e aplicação do Plano de Metas. O BNDE e o Conselho Nacional de Desenvolvimento formaram uma só unidade, segundo o próprio Lucas Lopes:

> A idéia era criar um conselho de nível ministerial capaz de aceitar ou não as decisões fundamentais, com uma secretaria executiva capaz de formular programas objetivos que seriam levados ao presidente. Juscelino queira um conselho onde se discutissem algumas coisas que depois seriam postas em

[169] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 302.
[170] *Ibidem*, p. 170.

> execução diretamente. Juscelino nunca teve a preocupação de fazer do Conselho Nacional de Desenvolvimento algo semelhante aos conselhos clássicos dos regimes fascistas ou comunistas.[171]

Como presidente do BNDE e secretário do Conselho de Desenvolvimento, Lucas Lopes tinha tanto o poder de planejar as metas quanto de executá-las. Mas contava com o apoio de uma equipe de economistas que foram sendo trazidos da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e de alguns colaboradores do Itamaraty.[172] Muitos desses colaboradores foram trazidos por Roberto Campos, que era superintendente do banco e trabalhava diretamente com Lucas Lopes.

O BNDE era a principal instituição de investimentos financeiros para os diversos setores da economia brasileira.

> Praticamente todas as demandas de financiamento para investimentos industriais públicos ou privados ligados ao Plano de Metas passavam pelo banco (...) Sua atuação, portanto, foi muito importante na criação de condições favoráveis à intensa penetração do capital estrangeiro no parque industrial brasileiro, fator decisivo para a obtenção de altas taxas de crescimento econômico e a concretização de 80% das metas planejadas pelo governo Kubitschek.[173]

Como vimos, o BNDE foi criado no âmbito das atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos com a incumbência de administrar os financiamentos necessários para implementação dos projetos formulados pela Comissão. Criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, era composto, em grande parte, pelos antigos membros da Comissão Mista, entre eles Lucas Lopes. Trabalhava em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento, no gerenciamento dos recursos financeiros do Plano de Metas.

De acordo com Lucas Lopes,

---

[171] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 170-171.

[172] "Nós sempre tivemos uma preocupação grande de somar forças. A experiência de ter sido ministro por duas vezes me ensinou que não se fazia nada no Brasil sem ter a colaboração de muitos órgãos". *Ibid.*, p. 174.

[173] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Lucas Lopes". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. III, p. 3278-3281, p. 3280.

> No BNDE nós estávamos ocupados não apenas em definir metas, mas em buscar dinheiro emprestado, alocar fundos, definir participações e negociar com entidades. A função do BNDE e do Conselho Nacional de Desenvolvimento era executar o programa, num trabalho de todo dia. Não importava o que estava sendo escrito. [174]

As agências como a Sumoc, a Cacex do Banco do Brasil, o BNDE e outras desempenharam importante papel na formação do campo dos técnicos e economistas no Brasil. De acordo com Maria Rita Loureiro, essas agências representavam

> um espaço privilegiado de decisão apropriado pelos técnicos, cabe mostrar que elas funcionaram também como escolas práticas de formação econômica diferenciada para engenheiros, advogados e outros altos funcionários que se envolviam com as atividades de regulamentação e controle de diversos setores econômicos e com as tarefas de planejamento do desenvolvimento industrial.[175]

Em especial sobre o BNDE, a autora compartilha da análise de Luciano Martins, que vê o BNDE como um dos espaços ideais para a formação completa e autônoma de um economista e técnico.

> Desde a sua criação, e de maneira mais clara no governo Kubitschek, praticamente todas as demandas de financiamento para os investimentos industriais do setor público e do setor privado passavam pelo crivo do BNDE. O montante (de recursos financeiros à sua disposição), assim como a liberdade adquirida frente ao congresso para a sua aplicação (...) fizeram do controle do BNDE um dado importante no jogo das elites. Os técnicos eram, enquanto categoria, os melhores colocados nessa disputa. Em suma, porque eram eles que tinham acesso à informação técnica trazida pela 'cooperação internacional' e exigida para o exercício eficaz de uma das funções atribuídas ao banco: a análise dos projetos de investimento, notadamente daqueles que deveriam ser apresentados aos organismos internacionais de

[174] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 174.
[175] LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 24.

> financiamento. Este fato, aparentemente banal, adquire em um país como o Brasil uma importância considerável porque um número de pessoas capazes de preencher esta exigência era extremamente reduzido. Aqueles que o podem fazer adquirem, por isso mesmo, uma autoridade imediata.[176]

Ainda de acordo com Maria Rita Loureiro, os conselhos técnicos, as comissões econômicas internacionais, instituições como a Sumoc e o BNDE, o Plano de Metas e os grupos de trabalho criados durante o governo de Juscelino Kubitschek, constituíram-se em "lugares-chaves do espaço governamental de atuação dos técnicos-economistas e da formação de sua competência prática". E esses "lugares-chaves" serviram como espaço institucional de autonomia para os técnicos, que ficavam imunes às pressões políticas e sociais externas.

Contudo, essa visão analítica se afasta da proposta defendida até então de "Estado ampliado", onde existe uma "via de mão dupla" entre Estado e sociedade, dificultando essa autonomia dos técnicos frente às pressões políticas, conforme citado anteriormente através dos estudos de Maria Letícia Correa. Os técnicos e burocratas não tinham autonomia, e nem estavam imunes às pressões políticas, eles eram as pressões. Pressões políticas são aquelas exercidas pelo Congresso, a que eles achavam que estavam imunes por não fazerem parte da política *stricto senso* e por acharem que o projeto de desenvolvimento econômico que tinham para o Brasil era melhor. O que existia era que algumas agências, como a Sumoc, a Cacex e o próprio BNDE se constituíam através da formação de grupos de trabalho e executivos fora do âmbito do Congresso Nacional, fazendo com que seus membros fossem os responsáveis diretos pelas decisões no seu campo de atuação,[177] mas as disputas estratégicas continuam tendo constante influência nas decisões.

---

[176] MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développment économique: Formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris, Anthropos, 1976, p. 398. *Apud.* LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 25.

[177] CORREA, Maria Letícia. Quadros Técnicos e Política no Brasil (1956-1968). In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. História: Guerra e Paz. Associação Nacional de História (ANPUH), 2005, Londrina. *Anais.* Londrina: Editora Mídia, 2005, v. 1.

Os grupos de trabalho que se estruturaram dentro do Conselho de Desenvolvimento visavam discussões e estudos mais concretos de metas específicas do programa de governo.[178] O primeiro grupo de trabalho a funcionar foi o Grupo de Trabalho de Energia Elétrica (GTENE), coordenado por John Cotrin,[179] Otávio Gouveia de Bulhões e técnicos do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) e pelo Ministério da Agricultura.[180] Era uma equipe que já vinha trabalhando junta em outras instituições e que elaboraram importantes projetos no setor. Especificamente o grupo de trabalho que respondia pelas metas de energia elétrica acabou se transformando em Grupo Executivo, sugerindo práticas de desenvolvimento efetivo para o crescimento energético no país.

2.2.1 – Financiamentos Externos

A execução do Programa de Metas contava com uma legislação tributária que tinha respaldo em alguns dispositivos legais administrados exclusivamente pelo BNDE, que, na implementação do Programa de Metas, detinha a importante função de ser a principal fonte de recursos nacionais do plano de governo. No entanto, o projeto de crescimento econômico elaborado pela equipe de Lucas Lopes, que depois veio a receber a colaboração de Roberto Campos como o segundo secretário do Conselho de Desenvolvimento, contava também com

---

[178] Ver a relação completa dos grupos de trabalho em LOPES, Rodrigo. *Sonho e Razão: Lucas Lopes, o planejador de JK*. São Paulo: Arx, 2006, p. 128-141.

[179] Um comentário que merece destaque, dando continuidade ao objetivo de mapear a rede social de Lucas Lopes, é a participação de John Cotrin no IPES. John Cotrim tinha sido, como Lopes, engenheiro da Amforp, e havia colaborado no trabalho da comissão do Plano Nacional de Eletrificação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1947. No ano seguinte integrou a equipe, chefiada por Lucas Lopes, responsável pela elaboração do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, tornando-se, ainda em 1948, consultor da Comissão do Vale do São Francisco. Em 1952, juntamente com Lopes, Mauro Thibau e Mário Bhering, participou da criação da Cemig e, em 1957, foi um dos fundadores e o primeiro presidente de Furnas, empresa constituída para realizar um dos principais empreendimentos previstos na meta de Energia do Programa de Metas. Nas pesquisas realizadas no arquivo do IPES, localizado no Arquivo Nacional, encontramos um folheto de autoria de John Cotrin, intitulado *Um engenheiro Brasileiro na Rússia*, de 1962, publicado pelo IPES. Tal folheto relata algumas impressões do autor em relação à URSS, com o objetivo de evitar a penetração no Brasil da propagada comunista, "sempre falsa, maquiavélica, inescrupulosa, mas habilmente desenvolvida, e que procura pintar o mundo socialista como um paraíso e um figurino ideal para o nosso país."

[180] CORREA, Maria Letícia. "Quadros Técnicos e Política no Brasil (1956-1968)". In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. História: Guerra e Paz. Associação Nacional de História (ANPUH), 2005, Londrina. *Anais.* Londrina: Editora Mídia, 2005, v. 1.

um grande apoio de investimentos estrangeiros, principalmente norte-americanos, como vinha acontecendo com frequência há algum tempo.

É fundamental, no entanto, conectar esses financiamentos com a conjuntura que os Estados Unidos viviam naquele momento.[181] Eisenhower (1953-1961) assume a presidência norte americana com a intenção de realizar um "mandato para mudar", com o objetivo de estabelecer a doutrina da economia da livre empresa, diminuindo os investimentos estatais tanto internos quanto externos. A política de investimentos americanos ficou mais rigorosa, e durante os anos de 1953 e 1954 afetou profundamente o Brasil. Na época, por coincidência ou não, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos acabou. No entanto, essa postura se modificou com a eleição de Juscelino à presidência. Segundo Lucas Lopes, essa mudança pode ser atribuída à personalidade carismática de JK, que cativou os norte-americanos. Aspecto um tanto quanto romântico, que merece maiores estudos no sentido de verificar o real motivo da mudança de posição dos Estados Unidos frente aos financiamentos concedidos ao Brasil, que tornaram o Eximbank (Export Import Bank) e o Banco Mundial as maiores fontes de recursos financeiros do Programa de Metas.

Os principais projetos financiados por instituições norte americanas foram antigos projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos incorporados ao Programa de Metas e que, portanto, já eram velhos conhecidos dos organismos internacionais de crédito. Eram projetos acabados que aguardavam condições de serem implementados, e que já haviam sido discutidos amplamente pelos membros dos bancos norte-americanos. As negociações desses projetos junto a essas instituições foram realizadas pela mesma equipe que anteriormente os haviam formulado, os *policy makers* brasileiros: Lucas Lopes, Roberto Campos, Otávio Dias Carneiro, João Batista Pinheiro, entre outros. Eram os representantes do Brasil na reabertura dos financiamentos promovidos pelos banqueiros americanos.

---

[181] AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Ao comentar sobre essas negociações, especificamente com o Eximbank, Lucas Lopes diz que

> Essa negociação com o Eximbank teve uma repercussão muito grande. Estávamos realmente preparados e demos um *show.* Fizemos um *press release,* um comunicado oficial, assinado por mim e pelo Samuel Waugh, – diretor do Eximbank – extremamente objetivo, explicando as metas do governo brasileiro. Avancei minhas posições de forma muito rígida. E o efeito foi muito salutar para que as pessoas entendessem o que era o Brasil depois da posse de JK.[182]

Além dos bancos, os investimentos privados externos eram frequentes no Brasil. Juscelino angariou amplas frentes de financiamento, possuía importante ação junto a banqueiros e empresários respaldada principalmente pela Instrução 113 da Sumoc,[183] baixada em 17 de janeiro de 1955 pelo então ministro da Fazenda Eugênio Gudin, que autorizava a importação de equipamentos sem o pagamento de divisas, o que estimulava o investimento privado estrangeiro no Brasil. A Mannesmann alemã se instaurou em Belo Horizonte, assim como os belgas com a Belgo Mineira, os japoneses com a Usiminas, entre outros. De acordo com Esther Kuperman: "A Instrução 113 representou a gênese de uma nova política, identificada com os setores do empresariado brasileiro interessados na internacionalização da economia."[184]

Esses numerosos investimentos e financiamentos provenientes de países externos provocaram ampla polêmica em relação aos projetos e ao caráter do governo Juscelino. A equipe responsável pelas negociações e pela formulação dos projetos de desenvolvimento era frequentemente alvo de calorosos debates no Congresso Nacional. A ala mais nacionalista, tanto do governo quanto da sociedade, formulava críticas à dependência econômica que o governo brasileiro criou com outros países, como se a implementação de todos os projetos

---

[182] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 181.
[183] KUPERMAN, Esther. *Da SUMOC ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil*. 2008. 252 f. Tese (Doutorado em Pensamento Social Brasileiro) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
[184] *Idem, ibidem*, p. 222.

brasileiros estivessem condicionados aos investimentos externos. Por causa do perfil administrativo que os técnicos e burocratas à frente do governo JK deram às realizações do governo, acabaram sendo adjetivados de "entreguistas".

2.2.2 – Minério de Ferro.

Além do grande incentivo à energia elétrica, com a construção de importantes usinas nacionais como Três Marias, Paulo Afonso e Furnas, todas construídas com financiamentos provenientes do BNDE e de investimentos externos, a exportação de minério de ferro era um outro ponto fundamental no Programa de Metas de Juscelino. Foi um setor polêmico no qual Lucas Lopes se envolveu pessoalmente.

A discussão sobre a exportação de minério de ferro é relativamente antiga. No documento preliminar de elaboração do Programa de Metas, intitulado *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*, antes da eleição de Juscelino, já encontramos a preocupação com esse setor. Um trecho da publicação encontrada no arquivo pessoal de Lucas Lopes exemplifica tais preocupações.

> Uma das lições mais duras e mais profundas da atual crise de nossa economia é a constatação da fragilidade de nossa posição no mercado internacional. Há muito se discute a inconveniência de termos nosso intercâmbio exterior baseado, de forma preponderante, em um único produto, de baixa elasticidade de consumo – o café (...) Se quisermos manter e ampliar o ritmo do nosso desenvolvimento econômico, temos que fortalecer nossa balança de pagamentos, aumentando o valor das exportações, e na medida do possível, diversificando-a. Nossa riqueza mineral oferece possibilidades de exportação que não temos sabido aproveitar na escala devida.[185]

Foi criado dentro do Conselho de Desenvolvimento, por sugestão de Lucas Lopes, um grupo de trabalho que discutisse e elaborasse uma política para a exportação de minérios no Brasil. Um dos membros desse grupo de trabalho foi Augusto de Azevedo Antunes, como

[185] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL 1956.03.05, documento n° 23.

representante do sindicato dos mineradores. Um nome que mais tarde veio a ter grande influência no setor, envolvendo-se com a polêmica empresa de mineração norte americana Hanna Minning Company.

O relatório final, que apresentava as sugestões norteadoras da política de exportação de minério de ferro, foi questionado por Lucas Lopes como presidente do Conselho de Desenvolvimento pelo seu caráter nacionalista, principalmente em relação ao potencial das empresas estrangeiras. Foi então que o próprio Lucas Lopes elaborou um documento muito polêmico sobre o assunto, o documento n° 18 do Conselho de Desenvolvimento, defendendo "uma política aberta para a exportação, com princípios gerais muito liberais".[186]

Havia propostas de modernização da Vale do Rio Doce e da Rede Ferroviária Federal, assim como sugestões de outras alternativas de exportação, como através da Central do Brasil, por exemplo. Lucas Lopes também incentivava no documento n° 18 a atuação da iniciativa privada nas atividades de exportação, o que estimulava a participação de empresas como a Hanna Minnning no Brasil.

Esse relatório foi encaminhado a Juscelino juntamente com uma exposição de motivos, propondo a criação de um grupo executivo sobre a exportação de minério de ferro. Foi então que, a partir do Decreto 42.022 de 10 de agosto de 1957, criou-se o Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF).

> Art.1° - A fim de coordenar os estudos, entendimentos e negociações e serem conduzidas pelo governo visando possibilitar e estimular a exportação de minério de ferro e seus produtos, fica criado, no Conselho de Desenvolvimento, o Grupo de Exportação de Minério de Ferro.
> Art. 2° - O GEMF terá a seguinte constituição: Presidente – Ministro da Fazenda; Secretário do Conselho de Segurança Nacional; Secretário Geral

[186] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 199.

> do Conselho de Desenvolvimento; Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil; Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral; Um Diretor da Rede Ferroviária Federal S.A.; Um Diretor do BNDE.[187]

O documento n° 18, que representava o projeto preliminar de exportação de minério de ferro, sofreu muitas críticas dentro do governo, devido ao incentivo dado a empresas estrangeiras, em especial americanas, no privilégio de produção e comércio de minério de ferro no Brasil, criando uma indefinição das políticas de exportação. Isto iria favorecer atividades paralelas de empresas mineradoras, entre elas a Hanna Minning que estudou toda a costa brasileira procurando uma boa localização para a construção de um porto que facilitasse a exportação, e acabou se instaurando em Sepetiba (RJ). Augusto Trajano de Azevedo Antunes também realizou alguns acordos com empresas estrangeiras, iniciando o que viria a ser as Minerações Brasileiras Reunidas (MBR).[188]

Segundo alguns analistas, como Moniz Bandeira,[189] por exemplo, o projeto de exportação de minério de ferro acabou piorando a situação econômica do país em dois aspectos. Primeiramente teria causado prejuízo na balança de pagamentos, que aumentou as importações e diminuiu o preço dos produtos exportados, entre eles o café; o segundo aspecto foi o aumento do déficit orçamentário, devido aos grandes gastos públicos. Foi então que, em 1958, o governo brasileiro solicitou um empréstimo de U$$300.000,00 ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que fez várias exigências para a concessão do empréstimo, entre elas

> uma rigorosa política de contenção dos gastos públicos e do crédito, maior rigidez nos reajustes salariais, a adoção de uma reforma cambial e o fim do programa de compra de excedentes de café pelo governo, medidas consideradas necessárias ao combate à inflação e a restauração do balanço de pagamentos.[190]

---

[187] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL bnde 1956.03.05, documento n° 19.
[188] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 200.
[189] BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois séculos de história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A. 1973, p. 396.
[190] *Idem, ibidem*, p. 397.

O então ministro da fazenda, José Maria Alkmin, foi responsabilizado pela crise financeira e pediu demissão do cargo. Foi sucedido por Lucas Lopes, que ensaiaria então os primeiros passos para a execução completa do plano imposto pelo FMI, em 25 de janeiro de 1958.[191]

2.3 – Ministro da Fazenda.

Lucas Lopes assumiu o Ministério da Fazenda em 24 de junho de 1958, sendo sucedido no BNDE por Roberto Campos, após um conturbado processo de transição com o então ministro José Maria Alkmin. Com a intenção de candidatar-se a deputado, Alkmin deveria se afastar do ministério para concorrer às eleições em outubro de 1958. Mas, devido às fortes resistências à sua gestão, foi afastado em junho. Era alvo de frequentes críticas em relação a sua administração no ministério, uma inclusive se transformou em CPI.[192] A crise mais aguda que Alkmin enfrentou foi a crise do café, que foi o ápice da sua sobrevivência como ministro.[193] A política cafeeira implementada pelo ministro Alkmin insistia em manter o preço do café num nível em que o mercado não dava conta, devido à superprodução que existia naquele momento. Com a pressão dos cafeicultores, começou então a "exportar" café para o próprio governo brasileiro, deixando um prejuízo gigantesco nos cofres nacionais.[194]

---

[191] BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois séculos de história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A. 1973, p. 397.

[192] Parlamentares udenistas, desde 1957, vinham promovendo frequentes críticas contra Alkmin, acusando-o de conceder favores ao empresário de Antonio Sanchez Galdeano para a importação de uísque. Isto resultou inclusive na formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) conhecida como "CPI do uísque a meio dólar". *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 258 nota 10.

[193] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "José Maria Alckmin". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. I, p. 115-118.

[194] Para maiores detalhes sobre a crise cafeeira no período entre 1957-1958, ver: *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 260, nota 23. Assim como as referências bibliográficas ali citadas.

> A situação era extremamente grave naquele momento, em virtude do esquema montado de defesa do preço do café no mercado internacional, através da compra de excedentes e de vendas consignadas em que o comprador e o vendedor eram o próprio Instituto Brasileiro de Café (IBC). Os bancos brasileiros eram financiados pelo Banco do Brasil para a compra e venda de café, auferindo vultuosos lucros pela diferença de taxas de câmbio e pelo preço mínimo garantido.[195]

Segundo Lucas Lopes, um insatisfeito Alkmin liderou forte campanha contra o seu substituto no ministério – o próprio Lopes. Se valendo de uma posição nacionalista incitou seus correligionários a propagarem que Lucas Lopes era um banqueiro a serviço dos interesses internacionais, o que acabou resultando em críticas à própria administração de JK, já que Lucas Lopes era o principal responsável pela formulação dos projetos de desenvolvimento econômico do governo. Esse era um prenúncio das posições contrárias que iriam se destacar durante a gestão de Lucas Lopes como ministro da Fazenda, marcada pela disputa de posição em relação a pontos importantes da economia do país.

A estrutura do Ministério era muito abrangente. Envolvia o Tesouro Nacional e a Sumoc (hoje Banco Central), responsável pela aprovação dos empréstimos estrangeiros, e ainda formulava a legislação bancária e concedia carta-patente aos bancos. Seu conselho era precedido pelo ministro da Fazenda, que controlava a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil e a Cacex, responsável pelas importações e exportações – o Banco do Brasil, a Receita Federal e o DASP.

Ao assumir o ministério, Lucas Lopes estruturou sua equipe da seguinte forma: nomeou Garrido Torres para a diretoria executiva da Sumoc e Inácio Tosta Filho para a Cacex; no Banco do Brasil permaneceu Sebastião Paes de Almeida e, na Carteira de Câmbio, Paulo Poock Correa. Contava também com uma assessoria formada por nomes como Otávio Gouveia de Bulhões, Casimiro Ribeiro, Iberê Gilson, entre outros.[196]

---

[195] LOPES, Rodrigo. Op. cit., p. 177.
[196] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 229-230.

Essa equipe atuou de forma conjunta no sentido de dar continuidade ao projeto inicial do Programa de Metas. As atividades no interior do Ministério da Fazenda estavam sendo exercidas e elaboradas em conjunto com o grupo à frente do BNDE, que na época era dirigido por Roberto Campos, de forma a conjugar esforços em prol do desenvolvimento acelerado pretendido com o Programa de Metas. Nessa perspectiva, a atuação de Lucas Lopes veio a se distanciar da administração anterior de Alkmin, gerando algumas críticas e descontentamentos no interior do governo. Essas críticas perduraram e se agravaram durante todo o período em que excerceu o cargo de ministro da Fazenda, culminando na sua saída do ministério em 1959, com um enfarte. Essas crises serão abordadas no presente capítulo, de forma a identificar a conjuntura que se formou durante a gestão de Lucas Lopes como homem público de Estado, conectando-a à conjuntura posterior à sua saída da vida pública e analisando as rupturas e permanências na sua atuação em âmbito nacional.

As ações implementadas por Lucas Lopes até então, incluindo a sua administração à frente do Ministério da Fazenda, podem ser inseridas no debate recorrente durante toda a década de 50 e 60 em relação a determinadas posturas frente a desafios econômicos. Essas posturas se polarizaram em dois lados opostos, originando correntes de pensamento econômico que ditaram as políticas econômicas nacionais do período e influenciaram toda uma geração. Nesse sentido, é interessante apresentar uma breve exposição das principais características dessas correntes, que se transformaram em verdadeiras escolas ideológicas, de forma a identificar aspectos que caracterizem a atuação de Lucas Lopes nesse contexto.

2.3.1 – Monetaristas X Estruturalistas.

Quanta coisa absurda eu fiz! naquela época a gente fazia porque havia uma ignorância mais ou menos generalizada das oposições.
Lucas Lopes[197]

[197] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 291.

A discussão sobre a economia do país, principalmente durante a década de 50, desenvolvida por economistas e outros intelectuais da época, é fundamental para se entender a dimensão histórica do pensamento econômico de uma geração. Seguindo a análise defendida até então, esse debate complexo entre as distintas escolas de pensamento econômico é resultado de uma dupla inserção dos agentes responsáveis pelas diversas propostas em disputa, tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Esses debates giravam em torno de certo "sistema desenvolvimentista", que deu origem a várias correntes ideológicas. Ricardo Bielschowsky[198] identifica, entre elas, três variantes do desenvolvimentismo (setor privado, setor público "não nacionalista" e setor público "nacionalista"), o neoliberalismo e a corrente socialista.

No entanto, para um melhor encaminhamento da proposta de trabalho, serão mais discutidas as vertentes desenvolvimentistas do setor público "não nacionalistas" (ou "monetaristas") e "nacionalistas" (ou "estruturalista"), na medida em que estão diretamente relacionadas com os atores políticos estudados.

Vale destacar que a argumentação se aproxima, muitas vezes, de uma simples "história do pensamento econômico", devido à falta de vínculo acadêmico de boa parte dos economistas envolvidos no debate.[199] As correntes de pensamento econômico não estavam associadas a nenhum grupo teórico universitário, pois nesse período os cursos de economia no Brasil ainda eram muito incipientes, de forma que o debate não possuía orientação teórica

[198] BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. cit.
[199] *Idem, ibidem*.

definida. Como vimos no capítulo 1, até os anos 60, a formação dos economistas e técnicos se dava nos organismos governamentais, mas especificamente o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) e agências internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Segundo Maria Rita Loureiro, a FGV atuou como a principal instituição produtora de conhecimento e reformulou a economia a partir da sua dimensão prática: "Cabe destacar o trabalho de elaboração das contas nacionais (na época, inovadoras mesmo nos países desenvolvidos e resultantes da implantação de políticas macroeconômicas inspiradas nas propostas keynesianas) e ainda a criação dos índices de preços". Especificamente, o grupo que construiu o IBRE formou-se em extensa rede de relações em órgãos governamentais, nas instituições de ensino e nos meios empresariais. Dessa forma, estes atores sociais puderam realizar amplo e orquestrado trabalho de montagem institucional, que se manifestou claramente na articulação de políticas econômicas, já antes de 1964.[200]

Em relação à Cepal, Lourdes Sola observa que existiam duas teses recorrentes na literatura relevante sobre o Brasil do pós-guerra. A primeira é de que os técnicos possuíam autonomia relativa em relação ao Legislativo, no que se refere às decisões de política econômica. A outra é de que os técnicos exerciam influência direta sobre a formação da chamada "cultura política das elites", enquanto setor importante de um "sistema político elitista". Segundo a autora, porém, essa literatura negligenciou algumas evidências que prevaleciam no que se refere à formação de um grupo de técnicos identificados com a corrente nacionalista, mais especificamente os "estruturalistas", representados pelas idéias de Celso Furtado e da Cepal. Conhecidos como "estruturalistas" devido à interpretação estruturalista do processo inflacionário, acreditavam que a inflação era estimulada de acordo com a estrutura institucional brasileira e a postura dos seus agentes.

[200] LOUREIRO, Maria Rita. Op. cit..

De acordo com Sola as negligências se referiam

> ao fato de que um grupo representativo desse setor pudesse se organizar em um grupo político diferenciado portador de uma ideologia alternativa à de outro grupo entre seus pares ***dentro do aparelho de Estado*** e paralelamente ao sistema partidário.[201]

A autora enfatiza que os estruturalistas brasileiros estavam integrados ao Estado e por isso faziam parte das elites governamentais. No entanto, reconhece que isso não significa que o impulso ideológico do nacional-desenvolvimentismo ao crescimento acelerado, durante a década de 50, tenha sido estimulado somente pelos técnicos estruturalistas. O que a autora busca é entender por que a escola estruturalista influenciou de forma tão significativa as políticas econômicas em prol do desenvolvimentismo, por que a doutrina da Cepal, como ela diz, "veio preencher um vazio ideológico no Brasil", e "conferir legitimidade científica a uma postura ideológica e a uma opção de política econômica previamente existentes".[202] E parte da explicação de que tal corrente já estaria de certa forma enraizada nas esferas decisórias, como se somente a corrente estruturalista produzisse um ideário nacional e fizesse parte do aparelho do Estado, esquecendo-se, portanto, que as outras correntes naquele momento também possuíam fortes representantes nas instâncias governamentais.

Não se tratava de um único grupo. Na década de 50, em específico, pelo menos dois grupos ativamente empenhados na vida política se destacaram enquanto portadores de ideologias econômicas e projetos diferentes para o Brasil. No entanto, Sola identifica como denominador ideológico comum entre esses projetos o estatismo, que, principalmente durante o governo Kubitschek, veio a neutralizar temporariamente as posições políticas divergentes entre os técnicos.[203]

---

[201] SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp/ FAPESP, 1998, p. 46. Grifo da autora.
[202] *Idem, ibidem*, p. 46.
[203] *Idem*, *ibidem*, p. 53.

Porém a análise de Ricardo Bielschowsky indica exatamente o contrário. O autor faz um mapeamento das diversas correntes econômicas durante o governo de Kubitschek e mostra que, apesar de alguns pontos em comum, as várias propostas desenvolvimentistas estavam em conflito dentro do aparelho de Estado, sendo a questão do estatismo o principal ponto de divergência, envolvendo medidas de combate e/ou defesa do planejamento e da industrialização como forma de promover o desenvolvimento econômico. Ou seja, mesmo que os grupos distintos possuíssem um mesmo objetivo, a forma pela qual pretendiam colocá-lo em prática era a principal questão do debate.

Tendo como referência o processo de industrialização, o pensamento econômico se organizava em torno do conceito de "desenvolvimentismo", entendendo como tal a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida por um projeto econômico próprio, baseado na industrialização e no planejamento estatal. Porém, as controvérsias teóricas inerentes ao processo de desenvolvimento econômico, nesse período, incluem necessariamente os argumentos da teoria do subdesenvolvimento contra as teorias e políticas liberais.

Os argumentos contra as teses liberais defendiam, em especial, a intervenção do Estado e a industrialização dos países subdesenvolvidos, e tinham como principais frentes de oposição às ideologias liberais a questão do protecionismo e do planejamento. Tais argumentos eram pensados de acordo com a teoria do desenvolvimento periférico de Prebisch e da Cepal.

Porém, é importante não esquecer a relevância analítica da teoria cepalina. De acordo com Ricardo Bielschowsky, a teoria do desenvolvimento da Cepal "foi a principal ferramenta analítica antiliberal usada no debate econômico brasileiro".[204] O autor faz um importante estudo sobre a teoria elaborada pela Cepal, apresentando seus principais pontos: a caracterização do subdesenvolvimento como uma condição da periferia; processo de

[204] BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. cit., p. 15.

industrialização espontâneo; padrão de industrialização na periferia como problemático; inflação; substituição de importações; planejamento e protecionismo. Segundo Bielschowsky,

> A Cepal não formulou uma teoria de investimento ou de acumulação de capital, mas, ao combinar sua tese sobre as transformações históricas do sistema centro-periferia com a análise das estruturas produtivas periféricas, foi capaz de promover um instrumental analítico engenhoso, através do qual uma série de importantes tendências típicas do crescimento em países subdesenvolvidos – tais como déficits externos, deterioração nos termos de troca, desemprego, inflação – podia ser prevista e estudada de maneira particularmente acurada.[205]

Ainda de acordo com Bielschowsky, o principal debate entre as correntes desenvolvimentistas ocorria no setor público entre os nacionalistas, representados pela Cepal e os não nacionalistas, que incluía principalmente o grupo do IBRE/FGV, formado pelos membros da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBU) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). As concepções do setor privado eram em grande parte defendidas pela Cepal (setor nacionalista), que deu continuidade ao trabalho de legitimação desempenhado por Roberto Simonsen, à frente de órgãos como as Federações das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), após a sua morte em 1948, ano também da fundação da Cepal.[206]

A corrente desenvolvimentista não nacionalista, também chamada de "monetarista", tinha como principal característica a defesa da participação do capital estrangeiro no processo de industrialização do país. Lucas Lopes foi um dos principais nomes dessa corrente, juntamente com Glycon de Paiva e Roberto Campos,[207] este último inclusive admitiu que "a crença na centralidade da expansão monetária como causa de inflação"[208] era a ponte que o ligava aos "monetaristas". Defendiam o controle da intervenção estatal, priorizando a iniciativa privada. Em projetos nos quais o capital privado era considerado insuficiente, a

[205] BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. cit., p. 29.
[206] *Id.*, *ibid.*, p. 78.
[207] *Id.*, *ibid.,* p. 103.
[208] CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*. Rio de janeiro: Topbooks, 2001, 4ª ed., v. 1, p. 169.

preferência era do capital estrangeiro em detrimento do capital estatal. Eram a favor do controle inflacionário, apoiando fortes medidas de estabilização monetária. Esse ponto específico aproximava ideologicamente a corrente monetarista dos neoliberais, o que ajuda a explicar a existência de alguns dos seus representantes em instituições como a FGV, reconhecidamente neoliberal.

A divergência entre estruturalistas e monetaristas, que Roberto Campos denominou de "batalha dos 'ismos'",[209] atingia o âmbito da política. Sobre esse importante debate entre as escolas econômicas, Campos, em um discurso pronunciado em 1963, intitulado *Desenvolvimento Econômico e inflação com especial referência à América Latina*, explica o seu ponto de vista em relação a essas denominações que caracterizam as correntes ideológicas no debate em curso, que tinham como um dos temas principais a relação entre inflação e desenvolvimento. De acordo com Roberto Campos, partindo de categorias simplistas, "alguns conceitos adquirem indevida rigidez, e as áreas de discrepância frequentemente se exageram em função do contraste semântico artificial". Diz ele:

> Parece-me que, por um requinte de ironia, o rótulo é particularmente injusto para com os monetaristas latino-americanos, **um grupo de economistas com quem tenho grande afinidade**. De fato, nunca pretendi usar o monetarismo como definição de uma escola de pensamento que acredita exclusivamente em política monetária, quer para o diagnóstico, quer para a terapia da inflação. Os monetaristas poderiam talvez melhor ser chamados de fiscalistas, pela profunda ênfase que impõe também sobre os ajustamentos fiscais. Por diversos motivos, seria absurdo interpretar restritivamente a categorização de "monetarismo", quando aplicada ao futuro de diretrizes na América Latina e em países subdesenvolvidos em geral (...) O rótulo de "estruturalista" é muito mais atraente. Dá uma impressão de fundamentalismo, cujo apelo se torna maior por causa da necessidade da transformação estrutural durante o processo de desenvolvimento. Mas de novo o conceito tem sido alargado abusivamente de forma a abranger quase todos os tipos de rigidez econômica. A controvérsia entre "monetaristas" e "estruturalistas" na América Latina tem sido exagerada além de todos os limites. Conquanto de certo modo violenta em suas distinções teóricas, estreita-se bastante ao serem formuladas as recomendações de política prática. Os economistas de vezo estruturalista, por exemplo, tiveram influência preponderante no preparo de um recente programa anti-

[209]CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*. Rio de janeiro: Topbooks, 2001, 4ª ed., v. 1, p.168.

> inflacionário no Brasil, expresso no Plano Trienal de Desenvolvimento, porém a sua farmacopéia apresentou quase nenhuma inovação comparativamente a esforços anteriores para a estabilização orientados por economistas de tendência monetarista. Não somente foram semelhantes os remédios e políticas, como também sobreveio com igual rapidez o insucesso do programa, comprovando o fato de que a estabilização é muito menos problema técnico do que político.
> A verdade é que, a curto prazo, todos os estruturalistas, **ao serem investidos com responsabilidades operacionais de política** se tornarão monetaristas, enquanto todos os monetaristas são, a longo prazo, estruturalistas. Assim, poderíamos jocosamente definir um monetarista como estruturalista apressado, e um estruturalista como monetarista sem responsabilidades operacionais. [210]

Conhecido como "um argumentador incisivo e envolvente, capaz de confundir o mais inteligente dos adversários",[211] Roberto Campos, como um bom "monetarista", defendia que a controvérsia fundamental residia na tendência que os economistas de propensão estruturalista tinham de encarar a expansão monetária e a inflação como características inevitáveis da mudança estrutural e do crescimento econômico da América Latina; e, correlatamente, de alegar que a tentativa de evitar a expansão monetária e a inflação acaba por impedir as mudanças estruturais e o crescimento econômico. Campos sustenta que os estruturalistas acreditam que a política monetária e fiscal das autoridades monetárias é simples reflexo de fatores exógenos, particularmente do declínio na capacidade de exportar, enquanto que os monetaristas, pelo contrário, defendem que esse resultado não é inevitável, e que a culpa da inflação não pode ser atribuída exclusivamente a fatores exógenos, mas às "políticas de inação" seguidas pela maioria dos latino-americanos. O interesse de Roberto Campos pela metodologia cepalina "misturava curiosidade intelectual e ceticismo pragmático".[212]

Outra apresentação, que Roberto Campos adjetiva de "espúria", da controvérsia consiste no argumento, muito utilizado pelos estruturalistas, de que os monetaristas na América Latina vêm

---

[210] Arquivo Roberto Campos. RC d emb 1961.10.19, documento VI 143. Grifos nossos.
[211] BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. cit., p. 105.
[212] CAMPOS, Roberto. Op. cit., p. 164.

> servilmente obedecendo a doutrinas monetárias de liberalismo clássico, numa estreita adesão à teoria quantitativa bancária e de moeda; as idéias do mercado livre em matéria de comércio internacional; as doutrinas de não-intervenção no que concerne às atividades governamentais, e, geralmente, atribuindo menor prioridade ao desenvolvimento que à estabilização.[213]

Segundo ele, essa imagem fabricada é bastante injusta para com os monetaristas, que em sua maior parte estão prontos a apontar as falhas da teoria tradicional do comércio internacional, e muitos dos quais, adeptos do planejamento ou da programação, certamente rejeitariam qualquer idéia de subordinar o crescimento à estabilização.

Em relação aos estruturalistas, Roberto Campos diz: "Conquanto os estruturalistas sejam bastante categóricos em suas diagnoses da inflação latino-americana e em suas verberações contra o monetarismo, são muito menos explícitos no tocante a recomendações práticas de política".[214] Defende que estas geralmente não passam da expressão de esperanças em mudanças estruturais que, devido a sua natureza, não constituem receita útil para a cura, em curto prazo, da inflação. O estruturalista tenderia, portanto, a pleitear gradualismos nos programas anti-inflacionários e a postular o acréscimo de assistência externa e do financiamento internacional como fator magno para possibilitar ganhar tempo para as necessárias mudanças estruturais.[215]

Bielschowsky destaca que

> Segundo os "estruturalistas", são monetaristas os economistas que não estão de acordo com a idéia de que, na maioria dos países subdesenvolvidos, o crescimento conduz necessariamente à inflação (que tem causas que só podem ser combatidas no longo prazo, mediante a transformação da estrutura socioeconômica subdesenvolvida) e que, por não entenderem o que está na raiz do processo inflacionário, não percebem que as políticas monetárias tradicionais, além de comprometerem essas transformações, são inócuas, porque sempre que a economia retoma o crescimento reaparecem as pressões inflacionárias. [216]

---

[213] Arquivo Roberto Campos. RC d emb 1961.10.19, documento VI 143.
[214] *Ibidem*, documento VI 143.
[215] As principais críticas de Roberto Campos ao estruturalismo estão registradas num ensaio apresentado a um grupo de estudos sobre América Latina, organizado pelo "Twentieth Century Fund", em Santiago do Chile, no ano de 1959. Foi publicado em 1961 numa coletânea organizada por Albert O. Hirschman, intitulada *Two views on inflation in Latin America*. CAMPOS, Roberto. Op. cit., p. 167.
[216] BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. cit., p. 117-118.

Outras questões norteavam os debates entre as correntes ideológicas além da inflação e do investimento externo, como, por exemplo, o planejamento. Os "estruturalistas" acreditavam que, através do planejamento, a inflação poderia ser controlada, influenciando diretamente na condição de subdesenvolvimento dos países periféricos. Os "monetaristas", diferentemente dos "estruturalistas", defendiam um planejamento seccional da economia, através da formação de equipes de planejamento e administração voltadas para a formulação e implementação de uma política de investimentos, dando prioridades para determinados setores considerados mais importantes, devido ao seu poder de crescimento. Essa foi a marca principal que a política desenvolvimentista adquiriu nos anos 50, período em que começaram a ser elaboradas, seguindo esses princípios – planejamento e desenvolvimento acelerado –, as principais políticas públicas do governo Kubitschek, como o Plano de Metas, o Programa de Estabilização Monetária, entre outros.

No entanto, seguindo a linha teórica que privilegia o Estado enquanto uma relação social, acreditamos que o debate entre essas correntes ideológicas não se configurava em uma oposição entre os projetos econômicos apresentados por cada uma delas. Havia uma disputa entre frações da mesma classe, a classe dominante, que disputavam o controle das políticas econômicas estatais de acordo com seus interesses específicos.

Esther Kuperman defende que, em sua essência, o confronto entre as idéias desenvolvimentistas e liberais, ou, ainda, estruturalista e monetarista, representava um embate entre frações de classe, que, por sua vez, se representavam por pontos de vista. Segundo Kuperman, apesar de pertencerem a distintos campos, a análise do discurso dos principais expoentes de cada corrente conduz à constatação de que, ao contrario de serem doutrinas de pensamento opostas, eram na verdade projetos que se complementavam, uma vez que constituíam propostas defendidas por frações das classes dominantes. As divergências concentravam-se em torno do papel do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro, e

da origem do capital a ser utilizado nesse desenvolvimento. Quando o assunto era referente às classes trabalhadoras, suas posições convergiam, o que demonstra, na prática, que ambas pertenciam às classes dominantes. Segundo a autora, eram "duas faces da mesma moeda".[217]

Seguindo a mesma perspectiva de análise, Lucio Flavio de Almeida defende que as opções de política econômica apresentadas, principalmente na segunda metade dos anos 50 pelos grupos nacionalistas e desenvolvimentistas – mais ligados ao capital estrangeiro –, não eram opostas. Na época, quase todos os atores relevantes empunhavam, de um modo ou de outro, a bandeira do nacionalismo em prol da consolidação do processo de industrialização. Representando projetos vinculados aos interesses da classe dominante, essas concepções são denominadas pelo autor de "diferentes farinhas do mesmo saco".[218]

No embate entre as formas que deveriam incentivar o processo de industrialização acelerada desejado pelo grupo à frente do governo, o Estado desempenhou um papel fundamental, que precisa ser analisado juntamente com o movimento simultâneo de diferenciação das classes sociais e da própria formação das estruturas do Estado, ou seja, é preciso conectar a influência do Estado nas políticas de industrialização com a relação dinâmica e constante dos interesses inter e intraclasses. Nesse sentido, Sonia Draibe[219] analisa a industrialização como um aspecto econômico de um processo mais amplo que se refere à formação e consolidação da "revolução burguesa" no Brasil.

O conceito de "revolução burguesa" desenvolvido por Florestan Fernandes[220] aponta para um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, pscicoculturais e políticas que estão condicionadas ao clímax do capitalismo na sua evolução industrial. É um

---

[217] KUPERMAN, Esther. Op. cit., p. 98.
[218] ALMEIDA, Lucio Flavio de. *A ilusão do desenvolvimentismo: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006, p. 295.
[219] DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
[220] FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. Para uma análise crítica do conceito de "Revolução Burguesa" ver: SAES, Décio. *República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil*. Boitempo: São Paulo, 2001. p. 17-32.

processo de construção simultânea das estruturas sociais e políticas da dominação e do poder burguês que se constituem materialmente sob o Estado, através do qual a dominação do poder burguês se expressa e se exercita como um poder unificado. Assim, interesses especificamente de classe podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda comunidade nacional e tratados como se fossem os interesses da Nação como um todo.

Draibe mostra que os vínculos entre o Estado e a industrialização foram explicitados a partir da crítica à concepção cepalina do processo de substituição de importações e das etapas de 'desenvolvimento para fora' e 'para dentro'. A industrialização não se fez sob o comando de um empresariado inovador, capaz de cumprir as tarefas impostas ao desenvolvimento do capitalismo. Da mesma forma, o processo de industrialização brasileiro esteve longe de se desenvolver a partir do desdobramento 'natural' de uma estrutura industrial , que se teria diferenciado gradativamente sob os impactos dinâmicos de sucessivos estrangulamentos externos. A autora defende que o crescimento econômico requereu não somente uma forte coordenação estatal, mas também uma ação do Estado, inclusive como empresário, com um caráter fundamental e necessário para a constituição do capitalismo e da sociedade burguesa no Brasil.

Os projetos de desenvolvimento industrial apresentados, tanto pela corrente estruturalista quanto pela monetarista, expressavam interesses de frações das classes dominantes, e a análise desse conflito indica a disputa pela hegemonia entre essas frações, e a parcela hegemônica, como vimos, expressava seus interesses a partir da corrente de pensamento monetarista. De acordo com Esther Kuperman[221] essas duas correntes de pensamento exprimem as manifestações das relações concretas e de projetos de um bloco histórico, bem como os conflitos no interior desse mesmo bloco. Ao se referir à corrente hegemônica monetarista, à qual Lucas Lopes fazia parte, a autora diz:

[221] KUPERMAN, Esther. Op. Cit.

> identificamos nesse setor a vanguarda dos interesses de um novo bloco de poder que se organiza – através de seus intelectuais – em espaços próprios para moldar a economia e o sistema político. A hegemonia desse setor não resulta de sua supremacia econômica, mas de uma luta política empreendida por este mesmo bloco enquanto vanguarda de uma classe. A realização desta hegemonia se efetivará na medida em que sua capacidade de liderança for traduzida em políticas implementadas pelo Estado que atendam seus interesses.[222]

Dessa forma, de acordo com Maria Letícia Correa,[223] nesse debate a respeito das principais políticas econômicas a serem implementadas ao nível do Estado, a atuação de engenheiros e economistas foi percebida através de uma "fala autorizada (o discurso técnico)", da qual os técnicos se valiam nos momentos de disputa pela obtenção ou manutenção de posições privilegiadas politicamente. Tal discurso configurou-se em uma estratégia retórica de afirmação de uma atuação estritamente técnica, com o objetivo de conquista de um maior espaço de manobra e legitimação das suas ações.

Nessa perspectiva, focando mais especificamente no período a partir do governo de Juscelino, a corrente ideológica que prevaleceu e que formulou as principais políticas públicas do período, decorrente da visão desenvolvimentista do grupo da CMBEU e do IBRE/FGV, e que perdurou no Conselho de Desenvolvimento e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), acabou por produzir uma política econômica extremamente pragmática, no sentido de definir e implementar as políticas públicas no âmbito fechado da burocracia estatal, afastando-as das influências externas da política *stricto sensu*.

No entanto, embora essa fosse uma estratégia retórica utilizada pelos formuladores dos projetos governamentais, na verdade o limite entre economia e política sempre foi muito tênue. Não há como evitar os conflitos de interesses quando se trata de formulações de políticas econômicas com reflexos em todas as esferas sociais. É nesse sentido que a atuação de Lucas Lopes deve ser entendida.

---

[222] KUPERMAN, Esther. p. 52-53.
[223] CORREA, Maria Letícia. *Estado e desenvolvimento no Brasil: um estudo de caso sobre engenheiros e economistas (1956-1961)*. Intellèctus, v. 6, 2007, p. 3.

2.3.2 – Plano de Estabilização Monetária

O nacionalismo, como tese política, foi autofágico.
Lucas Lopes[224]

Lucas Lopes assume o Ministério com o objetivo de estabelecer um programa de trabalho que visasse medidas a curto e a longo prazo. As diretrizes que guiariam a sua administração foram compiladas no chamado Plano de Estabilização Monetária, que norteou toda a ação do ministério frente à política econômica.

A base do Plano de Estabilização Monetária foi o documento preparado, durante a campanha presidencial de Juscelino, pela mesma equipe que formulou o Programa de Metas. Sua elaboração foi pensada em sintonia com o principal plano do governo, que era o Programa de Metas, configurando-se em condição um do outro para o pleno êxito de ambos. Possuía quatro grandes pontos da escola monetarista:[225] "Limitação da oferta de meios de pagamento, através de restrição ao crédito, maior controle dos gastos públicos, conjugado com o aumento nos impostos sobre a renda e o consumo, menores reajustes salariais e eliminação dos subsídios cambiais".[226] Esse documento foi uma proposta do Conselho de Desenvolvimento e do BNDE desde os primeiros dias do governo JK, de modo que quando Lucas Lopes chegou ao Ministério esse programa já estava sendo elaborado.

> O Plano de Estabilização continha uma série de reformas tributárias: alteramos o Imposto de Renda e o Imposto de Consumo, acabamos com o Imposto do Selo, modificamos uma série de tributos federais, e tudo isso foi estudado e aprovado pelo Congresso. O único ponto é que não se tocava no ponto crucial, que era a reforma cambial (...) Essas medidas (...) são meras

[224] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 295.
[225] Escola de pensamento econômico que se opôs à tendência ao excesso de interferência do governo na economia. Observada nos Estados Unidos, principalmente a partir de 1945, e que se fundamentara nas idéias e recomendações da escola Keynesiana.
[226] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Lucas Lopes". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. III, p. 3278-3281, p. 3280.

> adaptações fiscais, não são um plano de estabilização completo, porque sem uma política cambial definida não teremos uma política fiscal.[227]

Quando o Plano de Estabilização Monetária chegou ao Congresso em 1958, já estava havendo uma séria divisão das bancadas partidárias em torno da Frente Parlamentar Nacionalista.[228] Foi um ano em que se fez uma campanha nacionalista contra a Instrução 113 da Sumoc,[229] realizaram-se passeatas com participação da UNE, enfim, ocorreu uma grande mobilização sob a bandeira do nacionalismo. Isso prejudicou o andamento do Plano de Estabilização no Congresso, que não chegou a se concretizar. Em depoimento ao CPDOC, Lucas Lopes falou sobre essas manifestações: "Vou lhe dizer que talvez eu seja um anjo, porque eu não tomava conhecimento dessas reações. Não levava a sério essas campanhas da UNE, dos jornais. Sempre achei que não tinham substância. Porque acontece que não havia oposição objetiva".[230]

Através das pesquisas desenvolvidas no arquivo pessoal de Lucas Lopes, encontramos o documento de criação do Plano de Estabilização Monetária. Segundo tal documento, o programa deveria ser implementado em duas fases. A primeira seria a fase de transição e reajustamento, que iria até o fim de 1959. Nesse período o objetivo era reduzir drasticamente o ritmo de incremento dos preços, sendo necessário, portanto, a expansão monetária para que a economia pudesse absorver, sem desemprego, o impacto de alguns reajustes. Alguns preços

---

[227] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 235.

[228] A Frente Parlamentar Nacionalista, movimento que mobilizou deputados e senadores de diferentes partidos entre os anos 50 e 60, originou-se de um manifesto subscrito por 55 congressistas. Seu programa, "Comprometido com a defesa de políticas nacionalistas para a solução dos problemas do desenvolvimento do país", pregava entre outras coisas "o controle da remessa de lucros, o fortalecimento dos monopólios estatais, o combate aos monopólios privados e o incentivo às indústrias de base". Entre seus líderes mais destacados figuravam Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE), Renato Archer (PSD-MA), José Joffily (PSD-PB), Gabriel Passos (UDN-MG) e Sérgio Magalhães (PTB-DF). A Frente desapareceu após o movimento militar de 1964, e seus membros foram fortemente atingidos pelas cassações de mandatos. *Ibidem*, p. 259, nota 20. Ver também MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Frente Parlamentar Nacionalista". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. II, p. 2397-2403.

[229] Instituída em 17 de janeiro de 1955, permitiu a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial para o Brasil, na forma de investimento direto, influenciando diretamente na industrialização e na internacionalização da economia. Ver: KUPERMAN, Esther. Op. cit.

[230] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 237.

subiriam e os rendimentos fixos (os salários) diminuiriam. A justificativa era de que, dessa forma, a inflação estaria sob controle.

A segunda fase era de estabilização, que se daria a partir de 1960. A principal medida era limitar a expansão dos meios de pagamentos ao ritmo de incremento do volume físico da produção, com vista a assegurar um grau razoável de estabilidade de preços internos, assim como o reequilíbrio da balança de pagamentos.[231] O pequeno trecho a seguir resume os principais objetivos e características do plano elaborado pela equipe de Lucas Lopes:

> A finalidade do programa que ora se apresenta ao Congresso e a nação é permitir, através de um esforço de estabilização monetária, que o desenvolvimento do país possa prosseguir em condições de equilíbrio econômico e estabilidade social, não obstante as condições desfavoráveis no balanço de pagamentos. É justo registrar que, através do Programa de Metas, logrou-se promover um substancial impulso de desenvolvimento. Acumulou-se, entretanto, ao longo do processo, pressões inflacionárias que se agravaram com a conjuntura adversa de preços internacionais de nossos principais produtos de exportação (...) Torna-se, assim, necessário um novo esforço de estabilização que vise a corrigir tanto os equilíbrios financeiros de ordem interna como os de ordem externa, para que o nosso desenvolvimento possa prosseguir por forma ordeira e segundo uma evolução segura. [232]

O Plano de Estabilização exigia, dentre outras demandas, a aprovação de um conjunto de leis referentes à tributação, orçamentos, comércio exterior e salários, leis que nem sempre eram redigidas em termos que agradassem as diversas camadas da sociedade, o que com certeza gerou uma ampla campanha de protestos, que se refletiram inclusive no Congresso. Alguns interesses políticos, locais e empresarias, como por exemplo setores da indústria, começaram a desconfiar que uma possível fase de contenção, incentivada pela busca de estabilização monetária defendida no programa do Ministério, pudesse vir a prejudicar seus projetos específicos, e assim implementaram forte oposição no Congresso através dos seus representantes na referida casa.

---

[231] Arquivo Pessoal de Lucas Lopes. LL mf 1957.12.23, documento n° I-14, de 1958.
[232] Ibidem, documento n° I-14, de 1958

A elaboração do Plano de Estabilização Monetária é analisado por alguns autores, como Maria Victória Benevides, Celso Lafer e outros, como sendo o resultado da ação de uma "administração paralela" no interior do governo JK, formada por uma equipe coesa, técnica, apolítica e homogênea, a mesma que teria formado o Plano de Metas. Porém, o estudo da controvérsia que se deu na sua aprovação no Congresso Nacional permite que essa idéia seja questionada, no sentido de que essa equipe já estava atuando no interior do Estado há algum tempo e, portanto, não pode ser considerada "paralela". Lucio Flávio de Almeida aponta que essa controvérsia sobre o Plano de Estabilização Monetária é emblemática para caracterizar a pluralidade e as contradições entre as forças sociais presentes naquela conjuntura.

O autor defende que a política estatal implementada nesse período foi objeto e desfecho de lutas político-ideológicas. De acordo com Almeida,

> O importante é que se mantenha um olho na conjuntura e outro no processo mais amplo. Talvez isto ajude a não perder de vista as semelhanças e as diferenças entre os perfis político-ideológicos dos 'técnicos'. Praticamente todos eles propuseram (ou se opuseram a) políticas estatais sem se opor ao capitalismo. Ao contrário, o problema era descobrir qual o melhor meio para assegurar e, conforme o caso, desenvolver o capitalismo no Brasil. [233]

2.3.3 – Café.

Os desafios da política cafeeira que deveria ser implantada no Brasil, de forma a "amenizar os prejuízos" da administração de Alkmin, foi uma frequente preocupação de Lucas Lopes como ministro da Fazenda, que discordava em quase todos os sentidos da política que vigorava até então. Segundo Lucas Lopes, resolver o problema do café era começar a resolver também a reforma cambial, tão necessária ao crescimento econômico pretendido no governo de Juscelino.

[233] ALMEIDA, Lucio Flavio de. *A ilusão do desenvolvimentismo: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006, p. 299.

Durante a gestão de Alkmin, o governo brasileiro assumiu a responsabilidade de comprar os excedentes da safra de café; assim, os cafeicultores, ao invés de exportar café, vendiam para o governo. Essa transação ocorria porque o preço fixado pelo governo para a compra da safra era ótimo para os cafeicultores, e, ao mesmo tempo, o governo brasileiro também tinha interesse em não deixar o preço do café cair, já que era interessante manter a receita cambial em níveis altos. Nesse sentido, tanto os cafeicultores quanto o governo brasileiro tinham a mesma intenção de manter elevado o preço do café, reduzindo a oferta em âmbito internacional.

A crise surgida, a partir do ano de 1957, nas vendas normais de café aos países tradicionalmente importadores desse produto, incentivou uma série de propostas comerciais de diversos outros materiais. Ainda no período de Alkmin no Ministério da Fazenda, essas propostas foram compiladas e encaminhadas a diferentes órgãos da administração pública.[234]

Nesse sentido, Alkmin baixou a portaria n° 121, de 08 de abril de 1958, cuja redação é a seguinte:

> Tendo em vista a necessidade de serem estudadas medidas destinadas a melhor orientar as correntes de importação, resolve constituir nessa Secretaria de Estado um grupo de trabalho integrado pelos Srs. Paulo Guzzo, presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC); Ignácio Tosta Filho, diretor da Carteira de Comércio Exterior; Paulo Poock Correia, diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A; _____ Augusto da Silva, presidente do Conselho de Política Aduaneira e Casimiro Antonio Ribeiro, membro do Conselho de Política Aduaneira e assessor do ministro da Fazenda, o qual se incumbirá de estudar o assunto e de propor, dentro do mais breve prazo possível, as providências adequadas ao problema.[235]

A pesar da tentativa de incentivo na produção e comercialização de outros produtos, o café continuava sendo o principal artigo da pauta de exportações do Brasil, e por isso era preciso que continuasse a ser estrategicamente valorizado na lista de prioridades da economia

[234] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "José Maria Alkmin". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. I, p. 115-118.
[235] Arquivo Pessoal de Lucas Lopes, LL mf 1958.06.27, documento n° 1. Com trechos ilegíveis no original.

brasileira. De acordo com Lucas Lopes, o setor cafeeiro foi o setor que exerceu maior pressão no Ministério da Fazenda: "eles não pressionavam, eles tomavam conta, dominavam".[236]

As políticas do café eram definidas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) no final de junho. Como Lucas Lopes assumiu o Ministério em julho, as políticas já haviam sido aprovadas. A única alternativa era manter sob controle a taxa de câmbio, que era fornecida pelo ministro da Fazenda. Lucas Lopes relata que procurou "desvalorizar um pouco a taxa de câmbio para forçar um esforço de exportação em nível de competição. (...) com isso eu diminuía a pressão para que o governo comprasse o café pelo preço mais alto. E ai houve o primeiro choque, com a ameaça da Marcha da Produção".[237]

A Marcha da Produção foi um movimento liderado pelos cafeicultores do norte do Paraná. Reivindicavam a alteração na política do café, através de uma marcha que reunia milhares de caminhoneiros que partiriam de Maringá até o Rio de Janeiro, onde permaneceriam em frente ao Palácio do Catete. O objetivo era passar por vários Estados do Brasil agregando adeptos ao movimento.

Essa Marcha preocupava Juscelino, que temia um movimento de proporções maiores, podendo ameaçar a "ordem estabelecida" através do apoio de estudantes e políticos de oposição ao governo. Tomou então Lucas Lopes providências no sentido de impedir a realização da Marcha, através de contatos com o Exército e com governadores de Estados

---

[236] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 244.
[237] *Ibidem*, p. 246.

estratégicos. De fato, a Marcha não se realizou, mas repercutiu em toda a imprensa nacional de forma negativa para o governo, com exceção do jornal "O Estado de São Paulo", que defendeu a posição do governo frente ao impasse da cafeicultura.[238]

Algumas medidas foram tomadas pelo governo no sentido de ampliar a participação da economia cafeeira brasileira no mercado internacional. No arquivo pessoal de Lucas Lopes encontramos uma menção a um acordo entre os países latino-americanos produtores de café, o Convênio Internacional do Café.[239] O trecho destacado do documento encontrado se refere a algumas características de tal convênio:

> É conveniente a promoção de medidas de cooperação internacional para garantir o escoamento ordenado das safras, para corrigir as reações do mercado frente à existência de excedentes substanciais e à expectativa de uma produção mundial exportável que supra em muito a capacidade de importação dos países consumidores e para evitar que o balanço de pagamento dos países produtores e consumidores sejam condicionados pelos efeitos prejudiciais das mencionadas pressões.[240]

Com a justificativa de controlar a balança de pagamentos dos países produtores e consumidores, esse convênio estipulou cotas de mercado do café, que eram fixadas pelos Estados Unidos, o que no Brasil foi mais um ponto de divergência entre a política adotada por Lucas Lopes e as autoridades competentes, no que tange aos assuntos da economia cafeeira.

Contudo, as políticas cafeeiras precisavam ser definidas, principalmente visando uma maior credibilidade junto ao mercado internacional. Lucas Lopes, então, implementou medidas corretivas no setor cafeeiro, através da área de câmbio. A reforma cambial e uma política de "café racional" eram condições fundamentais para uma relação mais estreita com

---

[238] De acordo com Lucas Lopes, a marcha não se realizou devido às medidas de contenção realizadas por Juscelino. Segundo o verbete de Alkmin no Dicionário do CPDOC/FGV, o movimento se frustrou por causa de desentendimentos entre seus líderes. Ver: MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "José Maria Alkmin". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. I, p. 116. Ver também: CECILIO, JC. *Memória do Norte do Paraná: Marcha da Produção (1958)*. Disponível em: <http://planetajc.blog.terra.com.br/2010/02/08/memoria-do-norte-do-parana-marcha-da-producao-1958>. Acesso em: 7 de março de 2010.

[239] Arquivo Pessoal de Lucas Lopes, LL mf 1958.06.24, documento n° 03.

[240] *Ibidem*, documento n° 04.

os organismos de crédito internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas foram algumas medidas que estavam sendo articuladas no âmbito do Programa de Estabilização Monetária, e que contavam com o financiamento do FMI. Portanto, deveriam estar bem estruturadas.

2.3.4 – O FMI e a saída do Ministério.

Os empréstimos liberados pelo FMI, em sua maioria, exigiam a apresentação de um programa a longo prazo, consistente em relação à política econômica, e uma estrutura formal que justificasse a necessidade de tal financiamento. Nesse sentido, vários aspectos internos dos países eram analisados pelos grandes bancos credores norte-americanos, como condição para a concessão do empréstimo. Entre eles, a estabilidade econômica interna e externa, as condições das relações diplomáticas internacionais, a conjuntura política e ideológica interna, entre outros fatores, que funcionavam como pré-condições e um certo tipo de garantia de que determinado empréstimo iria ser utilizado de forma segura e correta, e que posteriormente seria pago.

Várias medidas foram então tomadas por parte do governo brasileiro, especialmente pelo Ministério da Fazenda, a fim de pleitear um financiamento junto ao FMI. Lucas Lopes relata que era "muito amigo do pessoal do Banco Mundial e do Eximbank, mas não conhecia o pessoal do Fundo Monetário".[241] Pouco antes da visita de uma missão do FMI para avaliar as condições da economia brasileira e estudar as possibilidades de concessão de empréstimo, o governo brasileiro realizou alguns reajustes cambiais, como vimos, referentes especialmente à economia cafeeira, que era o principal fator de embate nas negociações com o Fundo Monetário.

---

[241] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 249.

A estabilização do mercado cafeeiro, com a fixação dos preços do café brasileiro no mercado mundial, foi o grande desafio da administração de Lucas Lopes enquanto ministro da Fazenda. Ele acreditava que não haveria reforma cambial nem estabilidade econômica no Brasil sem uma política de café "sensata que elimine esse absurdo de subsídios ilimitados que só estão enriquecendo os empresários da cafeicultura".[242] Os conflitos com os cafeicultores eram frequentes, devido ao incentivo de Lucas Lopes a um ajuste cambial e a uma política de café mais rígida. Segundo Lucas Lopes,

> para financiar a safra de café com os preços que os cafeicultores queriam, eu teria que emitir alguns bilhões de cruzeiros a mais. O mercado mundial tinha um preço de café x. Se eu fosse dar aos cafeicultores um preço acima desse x, eles iriam ficar sem poder vender. Mas eles queriam o preço acima do mercado para poderem se justificar e dizer ao governo: "já que não conseguimos vender, comprem vocês, mantenham em estoque e vendam no ano que vem". Eu não aceitava essa hipótese de forma alguma, porque isso era uma fraude.[243]

A política utilizada pela administração anterior não seguia as recomendações do FMI e dos demais bancos norte-americanos, o que prejudicava a concessão de empréstimos e financiamentos que Lucas Lopes via como essencial para o crescimento econômico nacional. Nesse sentido, as concepções defendidas por Lucas Lopes em relação às políticas econômicas, especialmente no que se refere ao café, suscitaram alguns descontentamentos no interior do governo brasileiro, gerando consequências inesperadas, como a sua saída repentina do Ministério.[244]

Os investimentos estrangeiros eram tão importantes para os planos desenvolvimentistas de Lucas Lopes, que durante o seu ministério, foi criada uma Comissão de Seleção de Investimentos Estrangeiros no gabinete no ministro da Fazenda. Precedida pelo diretor executivo da Sumoc, José Garrido Torres, era composta por seis membros, designados

---

[242] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 249.
[243] *Ibidem*, p. 250.
[244] *Ibidem*, p. 250.

por dois anos, sendo um representante da indústria, um do comércio, um da lavoura e três escolhidos pelo ministro da Fazenda.

> O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição e tendo em vista o dispositivo no artigo 1°, alínea 'c', da lei n°1.807, de 7 de janeiro de 1953, combinado com os artigos 50,51 e 52 da lei n° 3.244, de 4 de agosto de 1957, com o objetivo de ampliar o regime de consulta e cooperação entre as autoridades monetárias e as entidades particulares no que tange aos investimentos, inclusive de capitais estrangeiros e financiamentos obtidos pelo país no exterior cria a Comissão Consultiva de Política de Investimentos e Financiamentos Estrangeiros.[245]

A criação dessa Comissão foi fortemente criticada, inclusive dentro da própria estrutura da qual fazia parte. O então diretor executivo da Sumoc, José Garrido Torres, que deveria presidir o recém criado órgão, encaminhou um ofício ao Ministério, se mostrando contra a criação da Comissão: "A nova Comissão viria a superpor-se aos organismos já existentes, perfeitamente aparelhados para realizar as funções que se deseja atribuir-lhe".[246]

É nessa conjuntura de disputas de interesses que deve ser entendida a saída de Lucas Lopes do Ministério. A configuração que se formou no interior do Ministério indicava que as opções políticas de Lucas Lopes não cabiam mais na dinâmica do país, na medida em que não satisfazia as demandas de um dos setores mais importantes para a economia nacional, que eram os cafeicultores. No entanto, o grupo que compartilhava das mesmas idéias de Lucas Lopes acreditavam que este era um visionário nas suas atitudes frente aos organismos internacionais, que influenciavam nas políticas econômicas adotadas internamente.

Nessa conjuntura de crise política, Lucas Lopes afastou-se um tempo, e ficou uma semana em sua casa em Caxambu. O fato é que Lucas Lopes se distanciou do Ministério após sofrer um enfarte em sua casa, no dia 30 de maio de 1959, em meio às negociações com FMI. Análises apontam que esse enfarte foi o pretexto ideal que Juscelino procurava para substituir

[245] Arquivo Pessoal de Lucas Lopes, LL mf 1958.06.20, documento n° 3.
[246] *Ibidem*, documento n° 2.

o então ministro da Fazenda. Lucio Flávio de Almeida[247] defende que a cotação dos "técnicos" estava em baixa. Foi o momento em que os políticos tomaram a frente da cena e substituíram boa parte da cúpula civil da burocracia estatal, encarregada de gerir a política econômica do Estado brasileiro.

Segundo Lucas Lopes,

> Juscelino sabia que no dia que eu saísse de Caxambu – se não saísse morto – eu iria insistir em fazer uma política de café capaz de equilibrar a economia brasileira, eu tinha um conflito pela frente, e nessa hora ele resolveu romper com o Fundo (...) fez uma papagaiada: reuniu os senadores, abriu a discussão, transformou-se no herói do rompimento com o Fundo, enquanto eu passei a ser a ovelha negra.[248]

O rompimento com o Fundo Monetário se deu muito mais devido a turbulências internas no Brasil do que entre Brasil e FMI. De acordo com Lucas Lopes, as exigências do órgão norte-americano giravam em torno da reforma cambial que o governo brasileiro não desejava realizar. Juscelino ainda chegou a propor uma alternativa de financiamento para o Brasil – a Operação Pan-Americana[249] – que também não teve êxito.

> sempre existe a possibilidade do Brasil e outro país, cada qual unilateralmente, programarem a expansão da mesma produção, com desperdício de recursos e probabilidade de eventual superprodução. A solução desse caso e outros semelhantes está na programação regional, por mercados, ou na programação internacional por produtos. Nesse sentido, os acordos intergovernamentais sobre produtos de base, como o café, açúcar, trigo, estanho,chá, etc..., o Acordo Geral das Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), o Mercado Comum Europeu e o que se delineia como Operação Pan-Americana no terreno econômico, constituem exemplos do que a colaboração e cooperação internacionais podem realizar, no esforço de tornar a programação ou o planejamento econômico nacional coerente também do âmbito internacional.[250]

---

[247] ALMEIDA, Lucio Flavio de. Op. cit., p. 273-274.

[248] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 251.

[249] Amplo programa de colaboração financeira dos Estados Unidos para o desenvolvimento da América Latina. Foi submetido pelo governo Kubitscheck à apreciação do governo norte americano em 1958. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Operação Pan-Americana (OPA)". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. IV, p. 4183-4184.

[250] Arquivo Pessoal de Lucas Lopes, LL mf 1957.12.23, documento n° 01.

A Operação Pan-Americana tinha a intenção de aprofundar o sistema de relacionamento interamericano, visava salientar o problema do subdesenvolvimento econômico e enfatizar a responsabilidade coletiva das Américas pela sua eliminação. Posteriormente, foi substituída pela Aliança para o Progresso do presidente Kennedy. Embora a Operação Pan-Americana tivesse sido recebida nos Estados Unidos com cordialidade superficial, o fato é que ela deu impulso a uma nova tendência do pensamento naquele país, conduzindo a um reexame de certos moldes tradicionais da política externa norte-americana, que está marcada pela ênfase sobre reformas sociais, decorrentes, principalmente, da revolução cubana.[251]

A questão do subdesenvolvimento sempre esteve presente nas relações entre Brasil e Estados Unidos. O argumento utilizado era de que o desnível econômico existente entre os dois países deveria ser diminuído através de fórmulas de cooperação intensiva, que se dariam através de investimentos norte-americanos visando a aceleração do ritmo de crescimento econômico do Brasil. Dessa forma, o objetivo de estratégias como, inicialmente, a criação da Operação Pan-Americana, e posteriormente a implantação da Aliança para o Progresso, as várias negociações de empréstimos e o grande incentivo a entrada de capital norte americano no Brasil por membros das altas esferas governamentais se dava por acreditarem que dessa forma a condição de país subdesenvolvido ocupada pelo Brasil até então, acabaria.

Quando o governo Juscelino optou pelo afastamento dessa política, através do rompimento com uma das maiores instituições credoras do país que era o FMI, todas as concepções de desenvolvimento e crescimento acelerado através da industrialização, que como vimos, tinham nos investimentos norte-americanos a sua razão de existir, começaram a ser contestadas, gerando uma grave crise no interior do governo. Lucio Flavio de Almeida aponta que, ao romper com o FMI, o governo ficou entre "dois fogos: a ameaça ao Plano de

[251] AYERBE, Luis Fernando. Op. cit..

Metas e o risco das mobilizações populares",[252] situação que poderia se tornar problemática se houvesse determinados estímulos negativos, como o aumento do custo de vida, por exemplo. No entanto, Almeida defende que, devido às características do nacional-populismo que havia no que ele chama de "nacionalismo triunfante", que marcou a administração JK, a manutenção da ordem era uma exigência, neutralizando qualquer tipo de mobilização contrária por parte da população.

Em relação à ameaça ao Plano de Metas, os descontentamentos se deram mais ao nível interno do governo, principalmente por parte dos seus mentores, ou seja, do grupo que vinha a pelo menos desde o início do governo Juscelino à frente da elaboração das políticas econômicas. Entre eles, Lucas Lopes.

Rompida as relações com o Fundo, não havia mais sentido manter no Ministério da Fazenda um ministro como Lucas Lopes, que tinha concepções econômicas muito parecidas com as concepções do Fundo. Lucas Lopes então se isolou em seus próprios projetos de estabilização monetária, enquanto iniciavam-se as movimentações de sua substituição. Juscelino acabou fazendo do rompimento com o Fundo um ato político, que agradou, de certo modo, setores da esquerda, que viam com desconfiança a relação do Brasil com o FMI. Anunciou a decisão em um comício realizado no Palácio do Catete, onde foi ovacionado por seus correligionários.

Dessa forma, a atuação de Lucas Lopes como ministro da Fazenda foi marcada por algumas disputas decisivas para o rumo político e econômico do país, assim como para o seu futuro pessoal. Através do Plano de Estabilização Monetária, que privilegiava, entre outros elementos, uma política cambial forte e rígida, a proposta apresentada por Lucas Lopes não se enquadrava nos interesses, principalmente, do Presidente da República, naquele momento. Afetava o principal setor da economia nacional, o café, e, aos poucos, foi se isolando no interior do Ministério.

[252] ALMEIDA, Lucio Flavio de. Op. cit., p. 274.

Lucas Lopes foi substituído por Sebastião Paes de Almeida em meio a uma crise política, que inclusive influenciou na sua relação pessoal com Juscelino. O embate de opiniões em relação aos meios e aos rumos da política econômica era evidente.

Lucas Lopes declarou:

> Juscelino estava louco para me ver pelas costas, pois estávamos vivendo um período de tensão muito grande. Meu enfarte resolveu o problema dele de substituir o ministro. Não tive que pedir demissão porque ela foi automática, não voltei mais ao ministério (...) Foi um processo de desligamento inesperado e total.[253]

Como é de *praxe*, tratando-se de Lucas Lopes, a sua retórica não coincidia com a sua prática. Mais uma vez, as suas declarações sobre esse período apresentam aspectos um tanto quanto duvidosos para um ator político de tamanha relevância estratégica, como um ministro da Fazenda envolvido em um plano de envergadura como o Plano de Metas. Essas declarações referem-se, podemos dizer, à sua inércia em relação a toda a crise que antecedeu a saída do Ministério, já que, segundo ele, nunca se preocupou com a sua imagem. Relata que viveu esse período "numa espécie de sonambulismo".[254]

As relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos, incluindo muitas vezes relações pessoais entre os membros dos grandes órgãos credores, sempre foi criticada em âmbito nacional, seja por instituições como o Congresso ou por setores da esquerda, e a proximidade de Lucas Lopes com esses órgãos foi um forte argumento usado contra a sua administração como ministro. O rótulo de "entreguista", que o caracterizou devido às proximidades entre suas idéias econômicas e as dos grandes organismos internacionais, lhe rendeu fortes polêmicas, que o acompanharam inclusive quando saiu da vida pública.

---

[253] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p.256.
[254] *Ibidem*, p. 289.

Ao sair do ministério, Lucas Lopes passou a atuar na iniciativa privada, mas não necessariamente essa atuação se afastou da esfera política. A análise desse caráter que adquiriu a atuação de Lucas Lopes após a sua saída da vida pública será uma das preocupações do próximo capítulo, no qual abordaremos a influência política velada que passou a exercer na dinâmica política e ideológica dos anos 60.

Capítulo 3: Longe do poder?

Nunca tivemos influencia política,
apenas vendíamos técnica.
Lucas Lopes[255]

Após sair da vida pública, Lucas Lopes passa a se dedicar exclusivamente à sua carreira de empresário, atuando na iniciativa privada. Nosso objetivo, no entanto, é pensar até que ponto essa atuação se caracteriza como estritamente privada. Lucas Lopes defendia um discurso que propagava um afastamento necessário da cena pública, tendo como justificativa a crise que se seguiu à sua saída do Ministério da Fazenda. Acreditamos, porém, que esse afastamento se deu apenas aparentemente, já que continuava a exercer extrema influência na dinâmica política, mesmo na década de 60, através de importantes instituições que fundou e que atuou.

A trajetória de Lucas Lopes como empresário foi marcada por grandes críticas e embates ideológicos que serão abordados no presente capítulo, no sentido de entender a sua contribuição no cenário político que marcou os anos 60. A partir do mapeamento das suas redes sociais, do perfil das empresas que fundou e de que participou como dirigente administrativo e das suas atividades como ex-homem público de governo,[256] pretendemos verificar se realmente Lucas Lopes se afastou da esfera política, se é que isso é possível, tratando-se de um personagem de tamanha relevância na história política nacional, por mais que o seu próprio discurso tente desqualificar tal relevância.

Dessa forma, partindo da constatação de que Lucas Lopes, e seu grupo, valeram-se de um discurso técnico para legitimar posturas frente à sociedade, mas na verdade suas atuações

---

[255] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 277.

[256] Valendo-se dos seus conhecimentos sobre energia, minério de ferro, desenvolvimento industrial e das experiências que adquiriu enquanto ministro de Estado, Lucas Lopes propagava suas concepções, através de palestras, artigos e cursos, em diversas instituições que tiveram fundamental relevância no contexto dos anos 60, como a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

tinham um caráter político intrínseco às suas atividades enquanto homens influentes e formuladores das principais políticas públicas do período estudado, se faz necessário apresentar o aporte teórico segundo o qual nossa analise é estruturada.

Após o entendimento do papel exercido pelo Estado capitalista brasileiro a partir da concepção gramsciniana de "Estado ampliado", a participação dos seus agentes na conjuntura que se seguiu à década de 60 é fundamental para o entendimento de momentos decisivos na dinâmica do processo democrático brasileiro, interrompido pelas conspirações contra o governo de João Goulart (1961-1964) tendo em vista a instauração de um regime militar de cunho autoritário. Nessa perspectiva, a análise da trajetória de Lucas Lopes se insere como uma alternativa para perceber a contribuição de parte do empresariado civil brasileiro nesse momento.

Como abordado anteriormente, a partir de 1956, com a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República, foi inaugurado um programa de governo que buscava a formação de uma "frente nacional", que contasse com a participação de uma ampla defesa do crescimento econômico nacional e visasse um desenvolvimento baseado na expansão da indústria. A administração de Juscelino implementou uma política de crescimento que resultou em uma mudança drástica no modelo de acumulação, reforçando um padrão de desenvolvimento-associado. O grupo que esteve à frente da formulação das principais diretrizes econômicas do governo era composto pelos membros de órgãos como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o Conselho Nacional de Desenvolvimento e o BNDE, que na maioria das vezes se revezavam na elaboração de medidas comprometidas com a corrente monetarista. Esses técnicos, em sua maioria engenheiros e economistas, foram os grandes defensores de políticas desenvolvimentistas visando o crescimento acelerado, tornando-se alvos de severas críticas por parte principalmente dos nacionalistas em relação à política de aproximação com os Estados Unidos, sendo denominados de "entreguistas".

René Dreifuss, em seu estudo sobre a ação de classe que visava a conquista do Estado em 1964,[257] analisa o período Kubitschek como essencial para a introdução e a acomodação do capital estrangeiro, que ele vai chamar de "capital multinacional e associado", que se combina com o capital nacional proporcionando a matriz econômica para o renovado desenvolvimento de uma "burguesia associada". Segundo o autor, as estratégias de desenvolvimento adotadas por Juscelino levaram a uma redefinição do papel e função da máquina estatal e de seu relacionamento com a sociedade civil. O capital nacional só conseguiria existir mediante uma forma associada com o capital transnacional, que tinha nas empresas multinacionais sua principal forma organizacional, provocando assim um aumento considerável de empresas estrangeiras no país e uma desnacionalização industrial.

O autor destaca que os interesses do bloco multinacional e associado não se valeram apenas do seu poder econômico, mas também da sua capacidade política e organizacional para influenciar as diretrizes políticas brasileiras. Essa capacidade, segundo Dreifuss[258], foi incorporada nos "intelectuais orgânicos" dos interesses multinacionais e associados, que formaram uma estrutura de poder político dentro do processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil. Esse bloco de poder, formando um aparelho civil e militar de defesa dos interesses do capital multinacional e associado, significou, além da concentração da produção, a concentração de um poder político-corporativo. Esse "novo" grupo dirigente pode ser identificado com o que Gramsci denominou de "intelectuais orgânicos".

De acordo com Antonio Gramsci:

> Todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria função (...) O empresário

[257] DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
[258] *Idem, ibidem,* p.65-66

> capitalista cria consigo o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo sistema legal, etc".[259]

Dessa forma, ao entender a trajetória de Lucas Lopes, incluindo as posições assumidas nos diversos cargos que ocupou e o processo de formação da sua importância como agente decisivo no cenário político e econômico brasileiro, através do conceito gramsciniano de "intelectual orgânico", é imprescindível a identificação dos seus principais "pares" nesse processo, na medida em que foi através dos diferentes contatos profissionais e familiares que suas concepções foram sendo estruturadas e postas em prática.

Como pudemos adiantar nos capítulos anteriores, a rede social de Lucas Lopes era muito extensa, devido, principalmente, à sua proximidade pessoal com Juscelino Kubitschek. Seu casamento com a prima da esposa de JK facilitou e estreitou os laços de amizades entre esses dois personagens, fundamentais na história recente no Brasil, que, mesmo com alguns percalços, sempre se manteve firme, afinal a filha de Juscelino tornou-se nora de Lucas Lopes. Enquanto engenheiro, sempre esteve ao lado dos principais formuladores de projetos importantes para o crescimento econômico nacional, atuando de forma ativa na elaboração de muitos desses projetos, inclusive nas primeiras experiências como profissional. Homens como Roberto Campos, Glycon de Paiva, Jonh Cotrim, José Luiz Bulhões Pedreira,[260] Augusto de Azevedo Antunes, entre vários outros, foram fundamentais na caracterização que a trajetória de Lucas Lopes adquiriu. Influentes, tornaram-se agentes principais na busca pelo crescimento econômico e industrial do Brasil, assumindo papéis que convencionalmente se atribuía aos políticos tradicionais.

Quando essa "nova" classe dirigente é associada aos interesses do bloco multinacional e associado, este acaba assumindo a liderança dos principais setores da economia,

---

[259] GRAMSCI, A. Op. cit., v. 2, p. 15.

[260] José Luiz Bulhões Pedreira foi o autor de importantes textos legislativos no inicio do governo de Juscelino, mas também continuou atuando de forma decisiva nas reformas estruturais implementadas por Castelo Branco, logo após o golpe de 64. CAMPOS, Roberto. Op. cit., v. 1, p. 195.

organizando grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e "anéis burocráticos"[261] empresariais, com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão na esfera governamental. Nesse sentido, foi sendo constituída uma série de agências e órgãos públicos, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Lucas Lopes estava à frente desses órgãos, com Roberto Campos, Glycon de Paiva, entre outros, que já vinham trabalhando juntos em órgãos governamentais desde o governo Vargas. Esse grupo foi o formulador da política desenvolvimentista de Juscelino, que incluía a política de salários, a política cambial e um programa de estabilização, mas tinha no Plano de Metas a sua maior expressão.

Outro grupo importante nessa frente foi uma parcela de oficiais militares que tinham pontos convergentes com o grupo de Lucas Lopes, compartilhando um alto grau de valores ideológicos. Tinham como reduto a Escola Superior de Guerra (ESG), que contava com a participação de muitos deles como conferencistas, entre os quais Lucas Lopes e Roberto Campos.[262]

Dreifuss caracteriza essa tendência através da expressão de Gramsci, "transformismo molecular", que envolveu uma série de tentativas frustradas, por parte do bloco modernizante-conservador, de ter acesso ao poder político. Essa fase se encerra com a renuncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, quando se dá uma ampla manobra em direção ao golpe de Estado. No entanto, é importante perceber que, no caso de Lucas Lopes, a instauração de um

[261] A expressão "anéis burocráticos" foi desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso nos livros: CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia.* São Paulo: Siciliano, 1993 e CARDOSO, Fernando Henrique. Planejamento e política: os anéis burocráticos (1970). In LAFER, Betty Mindlin (Org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1997. Na verdade, trata-se de uma idéia que apresenta um Estado impermeável, no qual os empresários, para exercer sua influência, precisam estruturar locais de encontro, ao mesmo tempo dentro e fora desse Estado, que irá suscitar o anel burocrático. Seria então uma burocracia cada vez mais técnica encastelada no Estado, na qual os empresários adquirem poder.

[262] Encontramos no Arquivo da Biblioteca da ESG duas palestras de Lucas Lopes, intituladas *Panorama Industrial* e *Complexo Mineral brasileiro: situação atual e perspectivas*, realizadas em 1962 e 1971, respectivamente. E, no Arquivo pessoal de Lucas Lopes, mais uma palestra sem data sobre *Planejamento Regional*. As palestras de Roberto Campos encontram-se no seu arquivo pessoal, localizado no CPDOC, RC e ag 1960.04.25.

golpe civil-militar, nos moldes como do de 1964, não foi uma forma de implementar suas idéias na esfera do Estado, pois, de acordo com nossos apontamentos e análises até então, isso já ocorria desde a sua atuação em Minas Gerais.

Os estudos de René Dreifuss sobre a estrutura de poder político de classe do capital multinacional e associado no Brasil, corporificado em um novo grupo empresarial modernizante-conservador, remonta o período anterior a 1930 para explicar o deslocamento do eixo comercial brasileiro. Com isso, modificou-se também a estrutura oligárquica e abriu-se caminho para o surgimento de figuras políticas como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Roberto Simonsen, entre outros empresários e políticos que redefiniram as relações de poder dentro do Estado capitalista brasileiro, e que "de uma maneira ou de outra estariam na liderança do golpe de 64".[263]

Ao abordar a estrutura política de poder do capital multinacional e associado nos anos 60, Dreifuss identifica o aparecimento de um conjunto de novos agentes sócio-políticos na cena política e econômica do Brasil, formando um aparelho civil e militar de defesa dos interesses do capital multinacional e associado. O autor vai caracterizar esse conjunto de agentes como intelectuais orgânicos a serviço do bloco multinacional e associado, apontando a cooperação entre civis e militares na configuração do cenário político dos anos 60, anterior ao golpe.

A posição de Lucas Lopes, no entanto, precisa ser analisada com cautela nesse cenário. Apesar de estar próximo dos principais nomes conspiradores, não podemos afirmar com certeza de que apoiou esse movimento. Embora os indícios da sua posição ideológica sobre a configuração do país no período em questão sejam claros, apresentaremos suas atividades enquanto empresário a fim de elucidar, se não totalmente, parte dessa questão, que aponta no sentido de apoio ideológico segundo concepções políticas que discordavam do

[263] DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 39, nota 7.

governo vigente, mas não com a intenção de implementar um regime de exceção. O objetivo era mudar o rumo que o país tomara na década de 60, principalmente em relação ao comunismo, mas entendemos que Lucas Lopes não possuía uma sugestão do que poderia ser implementado. Não possuía um projeto de governo autoritário e ditatorial.

3.1 – Titular de cartório.

Quando saiu do Ministério, Lucas Lopes se viu numa situação inusitada. Segundo conta, foi pego de surpresa ao ser substituído e não possuía mais nenhuma alternativa de trabalho, a não ser o vinculo empregatício que mantinha com a Rede Mineira de Viação, do qual havia se licenciado para assumir o cargo no governo federal. Era a única alternativa para voltar a exercer alguma atividade. E, para um ex-ministro de Estado, essa situação era um tanto quanto diferente.

Viu-se então Lopes obrigado a voltar para Belo Horizonte e reassumir sua posição na Rede Mineira de Viação. Juscelino, porém, lhe ofereceu uma nomeação como titular de cartório no 4° Ofício de Imóveis. Segundo Lucas Lopes, só aceitou a oferta porque sua intenção era evitar a exposição pública, sem contar a tentativa de Juscelino em reatar uma relação naquele momento estremecida. Recusar o convite seria falta de ética.[264]

No entanto Lucas Lopes não estava satisfeito com o atual ofício. Para ele, a proposta de Juscelino ao lhe oferecer um cargo como titular de cartório, no então Estado da Guanabara, cargo este considerado um dos mais lucrativos do país, após toda a sua trajetória como engenheiro e homem importante do governo, lhe pareceu uma espécie de "esmola", já que,

> A oferta de um cartório, que todo mundo considerava um prêmio de loteria, a mim me pareceu na época extremamente humilhante, porque eu tinha feito uma vida de engenheiro e administrador na qual havia obtido grande sucesso até aquele momento. Eu me julgava preparado para coisa melhor do que

[264] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 265.

> titular de cartório, que é uma atividade nobre, mas exige pouco além da presença para assinar alguns papéis.[265]

A nomeação de Lucas Lopes para titular de cartório já havia sido cogitada por Juscelino bem no início de seu governo, quando estava montando a sua equipe. Porém o futuro presidente sempre se dirigia a essa possibilidade como remota, já que era uma manobra que seria implementada em última análise, caso Lucas Lopes saísse do governo desprovido de recursos financeiros. E foi exatamente isso que aconteceu anos depois. Lucas Lopes relata esse episódio como uma prova das suas impressões quanto ao desconforto de assumir um cargo burocrático no cartório.

Concomitantemente ao cargo de titular de cartório, Lucas Lopes foi convidado para assumir o posto de diretor de empresa privada, e se deparou com a possibilidade de incompatibilidade de cargos. No entanto, encontramos um documento em seu arquivo pessoal[266] que se refere a essa questão, apresentando argumentos que justifiquem a atuação de Lucas Lopes na diretoria de outras empresas. Na Constituição do Estado da Guanabara, o capítulo IV trata dos serventuários da justiça (art. 203). Especificamente o artigo 359[267] trata das incompatibilidades e veda o exercício de qualquer outra função pública a tais servidores, exceto comissão temporária, mediante autorização do presidente da República. Não sendo tais serventuários funcionários públicos, podem exercer cargos de direção e administração em empresas privadas, desde que esta não forneça qualquer tipo de equipamento de qualquer natureza ou espécie a qualquer órgão administrativo. No caso de Lucas Lopes, o cargo que assumiu no cartório realmente não era da alçada do funcionalismo público, mas as empresas nas quais atuava forneciam muito além de equipamentos físicos para os órgãos administrativos.

---

[265] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 265.
[266] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.05.20 de 20 de maio de 1961.
[267] Os números dos artigos estão de acordo com a documentação encontrada no arquivo pessoal de Lucas Lopes.

Lucas Lopes começou então a trabalhar como diretor da empresa Civilit de cimento e amianto, e deu continuidade às suas atividades na empresa norte-americana de minério de ferro Hanna Mining Co., controlada por George W. Humprey – secretário do Tesouro norte-americano –, antes como consultor técnico e agora como presidente de umas das subsidiárias da empresa no Brasil, a Companhia de Mineração Novalimense.[268] Além disso, faria ainda parte do grupo fundador de pelo menos mais duas outras empresas que atuariam decisivamente no projeto de implantação de um outro regime no Brasil nos anos 60, a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda (Consultec) e a Análise e Perspectiva Econômica (APEC).

Através da exposição das atividades e responsabilidades dessas empresas, a intenção é apresentar alguns questionamentos a respeito das suas influencias políticas e ideológicas no contexto que antecede o golpe militar de 64. Não esquecendo que eram administradas por vários nomes de militância conhecida, além de Lucas Lopes, o que não o exime nem o acusa de qualquer tipo de apoio, mas que aponta para uma direção mais clara das intenções do grupo a frente dessas instituições.

3.2 – Empresário ou político? A criação da Consultec e da APEC

Em 1959, junto com antigos aliados do BNDE e do Ministério da Fazenda, como por exemplo, Roberto Campos e Glycon de Paiva, Lucas Lopes ajudou a fundar a empresa de consultoria técnica Consultec (Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda), da qual mais tarde se tornou acionista. Sua principal função era a de elaborar "projetos

[268] A Companhia de Mineração Novalimense foi criada pela St. John del Rey Mining Company, mineradora inglesa, que, em 1958, vendeu metade das suas ações (52%) para Hanna Mining Co.. *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 287, nota 8.

técnicos para empresas que queriam buscar financiamentos ou tomar decisões".[269] A Consultec foi um dos diversos escritórios privados de consultoria criados durante a década de cinquenta: "surgiram como conseqüência lógica da consciência empresarial da necessidade de planejamento, perícia técnica e administração eficiente (...) Os escritórios técnicos serviam também como firmas de consultoria para os interesses multinacionais e associados".[270]

A Consultec também exerceu forte influência sobre o complexo BNDE-SUMOC-CACEX durante o governo JK. Segundo René Armand Dreifuss, "um levantamento dos empréstimos concedidos pelo BNDE e das recomendações e estudos econômicos subjacentes a esses empréstimos revelou que metade de tais pareceres foi elaborada pela Consultec".[271]

Ainda segundo Dreifuss,

> A Consultec (...) era, incontestavelmente, o mais importante e bem sucedido escritório técnico e um anel burocrático-empresarial em si mesma (...) era importante em decorrência da qualidade profissional de seus membros, era bem-sucedida em razão de sua capacidade política e sua ativa "advocacia administrativa", de sua ampla penetração nos canais tecno-burocráticos e sua conexão com o grupo de poder formado pelos interesses multinacionais e associado, aos quais os seus membros pertenciam individualmente.[272]

A Consultec foi responsável pela elaboração de projetos para diversas empresas, mas uma delas merece atenção especial. Um caso que na época foi bastante discutido envolvia a empresa norte-americana de exportação de minério de ferro Hanna Minning Co., que realizou contatos com a Consultec a fim de se conseguir um projeto de instalação da empresa no Brasil. No entanto, os membros da Consultec, responsáveis pela elaboração do projeto, eram ligados à Hanna. Lucas Lopes, por exemplo, era um dos diretores do complexo Hanna Minning Co e com isso a empresa conseguiu concessões na exportação de minério de ferro.

---

[269] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 272.
[270] DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 83.
[271] *Idem, ibidem*, p. 87.
[272] *Id.,.ibid.*, p. 86.

No arquivo pessoal de Lucas Lopes, encontramos um dossiê[273] contendo diversos relatórios da Consultec referentes a esses benefícios concedidos à Hanna. Falaremos especificamente sobre esta empresa e as suas atividades no Brasil mais adiante.

Em 1962, o grupo da Consultec gerou mais uma organização técnica empresarial com objetivos políticos, a APEC. O órgão era composto por economistas, administradores do governo e empresários, com o objetivo de criar uma publicação especializada com alta qualidade técnica para "defender interesses públicos e privados", pois acreditavam na "ameaça de ideologias e ideólogos que tentavam levar o Brasil por caminho de uma sociedade totalitária".[274] A revista nunca foi aberta à publicidade, era uma carta econômica relativamente cara, que debatia os problemas brasileiros numa linguagem específica para os profissionais da área. Nenhuma edição possuía artigos assinados, mais tarde é que se fez uma publicação chamada "Apecão" com grandes textos sobre grandes temas, com todos os artigos assinados.

Os principais diretores e participantes da APEC eram Roberto Campos, Glycon de Paiva e Lucas Lopes, que assumiu a presidência do órgão em 1964. No entanto, em depoimento ao CPDOC, Lucas Lopes disse que: "Meu papel – na revista – foi descobrir o nome".[275] Mais tarde a APEC ampliou-se como editora e publicou a maioria dos livros de Roberto Campos.

Nessa perspectiva, a atuação dessas instituições, como elementos de divulgação das concepções pessoais de um determinado grupo de empresários, foi decisiva no sentido de reforçar certos objetivos políticos, que vieram a corporificar o movimento que depôs o presidente João Goulart e implementou o golpe militar. Os membros dessas empresas formavam uma intricada rede social transformando um simples – aparentemente – projeto de

[273] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1960.02.04.
[274] DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 89.
[275] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 272.

consultoria e de balanço econômico em relatórios ideológicos e políticos, incitando algumas medidas de apoio legal e formal por parte do governo brasileiro e da opinião pública nacional a outras empresas ou mecanismos econômicos. Isso apesar de afirmarem que nunca tiveram influencia política, apenas "vendiam técnica".[276] Essas empresas eram, na maioria das vezes, estrangeiras, o que suscitava grandes especulações e críticas por parte de setores mais nacionalistas, em relação às "boas" intenções das suas atividades em território nacional. Foi o caso da Hanna Mining Co., que gerou uma grande polêmica em relação à sua atuação como mineradora e como instituição ideológica de propagação dos ideais anti-comunistas norte-americanos no Brasil.

3.3 – A polêmica envolvendo a Hanna Mining Co.

> *Realmente eu não tinha muito respeito pela bandeira nacionalista. Não via nela uma formulação importante.Via apenas um processo antiamericano. Não era sequer um processo socializante.*
> Lucas Lopes[277]

O setor de minério de ferro era um dos setores de maior importância para a economia brasileira. A exploração e a comercialização das riquezas minerais do Brasil geravam grandes lucros para as empresas nacionais especializadas no ramo, especialmente as empresas estatais como a Vale do Rio Doce e a Rede Ferroviária Federal (RFF), que possuíam autorização constante para pesquisas, comércio e transporte dos minérios pertencentes ao território brasileiro. O minério brasileiro no comércio internacional era extremamente valorizado, proporcionando uma atenção especial do governo em relação a sua extração e comercialização no Programa de Metas.

---

[276] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 277.
[277] *Ibid.*, p. 279.

Como vimos no capítulo 2, foi criado em 25 de fevereiro de 1957, dentro do Conselho de Desenvolvimento, um grupo de trabalho específico para elaborar as políticas de exportação de minério no Brasil, que deu origem ao documento n° 18, redigido por Lucas Lopes. Esse documento foi a base para a criação de um grupo executivo sobre a exportação de minério de ferro pelo então presidente Juscelino. Em 10 de agosto de 1957, através do Decreto 42.020, criou-se o Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF).

Nesse período estava em vigor o Código de Minas de 1940,[278] que através do artigo 6 (decreto-lei 1985, de 24 de janeiro de 1940)[279] estipulava que o direito de pesquisar ou lavrar as minas em território nacional só poderia ser "outorgado a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas, constituídas estas de sócios ou acionistas brasileiros." No entanto, a mina Fazenda Morro Velho, ou Águas Claras, localizada em Nova Lima (MG), na Serra do Curral, era explorada através de um contrato entre a empresa inglesa St. John del Rey Mining Company, como superficiária, e a Companhia de Mineração Novalimense,[280] concessionária dos direitos de lavra, de um lado, e a Mineração Hannaco Ltda., de outro.

A Mineração Hannaco LTDA, por sua vez, foi organizada de acordo com a legislação brasileira, pela Hanna Mining Co. para prestar serviços de mineração à St. John e à Companhia de Mineração Novalimense. O objetivo principal de tais serviços era a elaboração de estudos sobre a quantidade e qualidade do minério de ferro existentes nas propriedades da St. John em diversos municípios do Estado de Minas, a fim de expandir seu aproveitamento. Os resultados dos referidos estudos apontaram que:

---

[278] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Código de Minas". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. II, p. 1397.

[279] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1959.02.10, documento 02.

[280] Como dito anteriormente, a Companhia de Mineração Novalimense era de propriedade da St. John del Rey Mining Co., fundada em 1832 na Inglaterra. No entanto, a Novalimense foi criada devido às restrições impostas pelo Código de Minas de 1934 à participação estrangeira na exploração de minério de ferro no Brasil. Sendo assim a empresa inglesa criou uma subsidiária brasileira para atuar livremente nas atividades de extração e comércio de minério.

> Não só a qualidade como também a quantidade do minério de ferro que se encontra nas aludidas propriedades, justificam o prosseguimento das negociações para o referido aproveitamento (...) Entretanto, a fim de que possa o minério de ferro brasileiro concorrer com o minério procedente de outras fontes mais próximas dos mercados mundiais, torna-se imprescindível, para reduzir ao mínimo o custo de transporte, que o mesmo seja efetuado por navios de grande tonelagem (...) o que só será possível se se dispuser de um embarcadouro de minério exclusivo e especialmente construído para tal fim.[281]

A construção do "embarcadouro" mencionado acima se daria em 1973 na ilha de Guaibinha, nas proximidades de Mangaratiba, mas especificamente na Baia de Sepetiba (RJ). O resultado desses estudos, propondo a construção de um terminal marítimo no Brasil para a exportação de minério de ferro, já era um indício das intenções da Hanna em relação ao minério brasileiro, que serviria inclusive como marcha de manobra ideológica.

A influência política da empresa norte-americana se fazia de muitas outras formas, como, por exemplo, na conferência promovida pela Hanna Mining em 1963 no Bureau of Governamental Research da Universidade Estadual do Arizona, que tinha como tema "A defesa político-militar da América Latina". Um dos conferencistas, oficial do Exército norte-americano, advertiu que os comunistas estavam "se preparando para atacar quando chegasse a hora" em toda a América Latina, defendendo a contra-ofensiva anticomunista como forma de proporcionar "uma melhor defesa dos povos e instituições livres". A contribuição da Hanna Minning nessa contra-ofensiva seria com o fornecimento de caminhões para as tropas de Minas Gerais que iniciariam o golpe de 1964.[282]

A parceria entre a St. John Rey e a Hannaco Ltda. se transformou no monopólio da Hanna sobre as minas de Morro Velho, já que em 1958 a Hanna adquiriu 52% do controle acionário da St. John Rey e passou a controlar praticamente sozinha as minas de ouro e minério que antes pertenciam à empresa inglesa. Segundo o depoimento de Lucas Lopes e a documentação encontrada no seu arquivo pessoal, a empresa St. John Rey não cumpria os

[281] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1959.02.27, documento 01.
[282] DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 93.

dispositivos legais impostos pelas leis brasileiras, sem contar o prejuízo que a mina de Morro Velho começou a dar aos ingleses com a taxação do preço do ouro, que não podia ser alterado. A mina foi então entrando em falência, ainda no governo Vargas. O governo brasileiro tentou até reestruturá-la, comprando todo o ouro produzido e arcando com todas as despesas de pagamento de funcionários.

Nesse momento a Hanna, junto com outros grupos mineradores, se interessou pela reserva de minério de ferro da St. John Rey na mina de Morro Velho, e veio para o Brasil com o propósito de estudar as possíveis formas de recuperação da mina. Assim, nos anos 60, membros da empresa norte-americana fizeram contato com o grupo da Consultec a fim de conseguir um projeto de estruturação da referida mina e, consequentemente, da instalação da empresa mineradora no Brasil, dando início ao "Projeto Hanna" de exportação de minério de ferro.

Encontramos no arquivo pessoal de Lucas Lopes um dossiê específico[283] contendo alguns relatórios da Consultec que expõem argumentos referentes à parceria entre o governo federal e a empresa de mineração, e mostrando como seria benéfica, para o desenvolvimento mineral brasileiro, a atuação da Hanna no país. Em contrapartida, segundo essa parceria, alguns benefícios deveriam ser concedidos para a instalação da mesma. No entanto, um outro ponto que chamava atenção: os membros da Consultec, responsáveis pela elaboração do projeto, eram ligados a Hanna Mining Co.. Lucas Lopes, por exemplo, era um dos diretores do complexo, e muitos deles tinham grande influência no governo federal. Isso quando não ocupavam postos na administração, o que facilitava muito a obtenção de benefícios e concessões para o exercício pleno de qualquer atividade de extração das riquezas minerais, configurando-se então numa rede articulada de incentivo às atividades da Hanna Mining no Brasil.

[283] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1960.02.04.

A polêmica que as operações da Hanna e a sua ligação com membros do governo brasileiro gerou no país, assim como o papel desempenhado pela Consultec como órgão crucial da instalação da Hanna no Brasil, pode ser entendida através dos relatórios produzidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara dos Deputados, com o fim de investigar as atividades do complexo, composto de trinta companhias, da Hanna Mining Co. no país. Esses relatórios se encontram no arquivo pessoal de Lucas Lopes depositado no CPDOC.[284]

3.3.1 – Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)

Na verdade, nos anos 60 foram instauradas duas CPIs para discutir o problema do minério no país. Uma delas tratou exclusivamente das atividades da Hanna. A primeira foi instaurada na Câmara dos Deputados, através da Resolução n° 34 de 08 de junho de 1960, devido ao encaminhamento do deputado Gabriel Passos (UDN-MG).[285] A outra foi criada pela Resolução 84-64, de 28 de novembro de 1964, por encaminhamento do deputado Celso Passos (UDN-MG).[286]

---

[284] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.05.12

[285] Gabriel de Rezende Passos, advogado mineiro, participou da "Revolução de 30", e, neste mesmo ano, assumiu a secretaria do gabinete de Olegário Maciel, governador de Minas Gerais. Em maio de 1933 elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. Com a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve o mandato prorrogado até maio do ano seguinte e, em outubro de 1934, voltou a eleger-se deputado federal. Em abril de 1935 tornou-se secretário do Interior e Justiça do governo de Benedito Valadares, em Minas. Em maio de 1936, foi nomeado procurador-geral interino da República, tendo sido o mais jovem ocupante desse cargo até então. Com o fim do Estado Novo (1937-1945), no pleito de dezembro de 1945 elegeu-se deputado por Minas Gerais à Assembléia Nacional Constituinte na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Em 1957, ao lado de parlamentares de diversos partidos, fundou a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) – ver nota 86 do capítulo 2. Assumiu o Ministério de Minas e Energia em 1961, permanecendo até 1962 quando faleceu. No período à frente do Ministério, atuou ativamente na defesa do minério de ferro brasileiro. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Gabriel Passos". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. IV, p. 4453-4455.

[286] Celso Gabriel de Rezende Passos, filho de Gabriel Passos, também advogado, estudou muitos anos fora do Brasil, e quando voltou em 1955 tornou-se assistente do procurador-geral da República, Plínio de Freitas Travassos. Em 1961 quando seu pai assume o Ministério de Minas e Energia, Celso Passos é nomeado chefe de gabinete e subsecretário da pasta. Com a morte de seu pai em junho de 1962 assume interinamente o Ministério até o mês seguinte. Elegeu-se deputado federal por Minas Gerais em 1963 pela UDN integrando a ala nacionalista do seu partido, denominada "Bossa Nova" que se opunha a linha tradicional da UDN, e assim como seu pai, sua atuação em defesa do setor mineral brasileiro também foi de extrema importância. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Celso Passos". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. IV, p. 4450.

Ambas foram precedidas pelo deputado Último de Carvalho (PSD-MG).[287]

Alguns membros da Consultec foram diretamente envolvidos nessas comissões, devido às suas ligações com órgãos governamentais e com a empresa de mineração Hanna Mining. Lucas Lopes foi um deles. Para melhor demonstrar as discussões e os resultados inferidos por essas CPIs, serão transcritos alguns trechos dos documentos encontrados em seu arquivo pessoal, que possuem todas as sessões das comissões, incluindo os discursos dos relatores e os depoimentos dos acusados. Devido a uma opção metodológica que prioriza o envolvimento de Lucas Lopes com a Hanna, serão apresentados trechos específicos sobre essa relação, não dando conta, portanto, de outros envolvidos no caso.

Em 30 de junho de 1960, relator Gabriel Passos:

> Depara-se a passagem de imensas reservas de ferro, no quadrilátero ferrífero, para a propriedade de poderoso grupo econômico estrangeiro, através de empresas títeres, falsamente nacionais, sem que sequer houvesse sido pago um ceitil,[288] a título de imposto de transmissão. O grupo Hanna não comprou as minas e jazidas, porque não o poderia fazer, mas sim adquiriu, através da compra da maioria das ações, o controle da velha companhia que, irregularmente, tradicionalmente o detinha.[289]

Em 10 de fevereiro de 1965:

> Em vários pronunciamentos nesta casa, diversos deputados, inclusive o depoente, formularam acusações sobre a existência de vinculações espúrias de advocacia administrativa entre homens que acumulam responsabilidades no governo com a direção de empresas privadas e com a incumbência de orientação técnica. Para demonstrar que essa vinculação existe queremos, sem fazer acusações pessoais mas apenas assinalando os fatos, informar à Comissão que uma empresa de consultores técnicos, constituída no Brasil por volta de 1960, como modificações estatuárias em 1961 e 1962, fora organizada. Nada haveria de mau nisso (...) Mas o que há de mau é exatamente a simultaneidade da presença dos consultores técnicos nos órgãos governamentais.
>
> Esta empresa, segundo publicação no Diário Oficial do dia 12 de abril de 1962, exemplar 71, ano 3, seção 1°, pág. 8930 e 8931, tem como seus integrantes, entre outras personalidades, o Sr. José Luiz Bulhões Pedreira, Sr. Lucas Lopes, Sr. Mario Abrantes da Silva Pinto, Sr. Miguel Osório de

[287] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 286 - 287, nota 7

[288] Moeda antiga portuguesa que valia um sexto de real. Quantia insignificante, coisa de pequeno valor. Cf. *Dicionário do Aurélio*. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario>. Acessado em: 26 de março de 2010.

[289] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.05.12, documento 04.

Almeida e o Sr. Roberto de Oliveira Campos (...) esses mesmos homens pertenceram em diversas oportunidades e pertencem ainda a órgãos governamentais (...) membros do governo, membros da Consultec, tinham possibilidades, portanto, de orientar, tecnicamente, certas empresas, baseando-se em orientação que também ditam nos órgãos administrativos.

Eles repetem, poder-se-ia dizer, o milagre da Santíssima Trindade, são três pessoas numa só. Tem três atuações em três esferas diversas, sendo a mesma pessoa, porque não se ignora que o Sr. Lucas Lopes, tendo ocupado todos os postos que ocupou, inclusive de secretário do Conselho de Desenvolvimento, fosse também dirigente da Cia de Mineração Novalimense, uma exteriorização do grupo Hanna (...)

Sobre a presença desses homens em cargos públicos, em empresas de consultoria e em empresas privadas que militam no campo da mineração eu não quero fazer valer apenas minha palavra mas as publicações oficiais, inclusive o Diário Oficial que relatei e, naturalmente, a Comissão haverá de chamar também aqueles, por exemplo, jornalista e economista Hedyl Rodrigues Vale, que fez na "Tribuna da Imprensa", esta acusação até hoje não desmentida, com a sua responsabilidade de ter assinado o artigo. (...)

Eles favoreciam interesses das empresas a eles consultadas. É o caso, por exemplo, dos planos da política mineral, traçados nas diversas etapas do desenvolvimento brasileiro. Desde 1956/57 o grupo Hanna se faz presente nos concílios da República (...)

Recentemente, quando constituída a Comissão, a Consultec publicou, em vários jornais (...) um artigo sob o título "Consultec revela documentos para se defender de ataques"(...) são estes, carta ao general Nelson de Melo de 4 de fevereiro de 1960, na época chefe da Casa Militar da Presidência da República, assinada pelo Sr. Lucas Lopes e o memorando da Consultec, também assinado pelo Sr. Lucas Lopes, a favor da Mineração Hannaco (apelido da Hanna).

Confrontando o que foi publicado e o que se diz ter sido publicado na íntegra, verifiquei que estranhamente, que suspeitamente, foram suprimidas da publicação feita no jornal as partes mais importantes e significativas, demonstrativos dos maus desígnios deste grupo estrangeiro. No tópico "natureza do problema" o trecho abaixo foi pulado

"As principais dificuldades para o inicio do projeto de minério de ferro são as seguintes:

1-separação da mina de ouro, com os problemas sociais e trabalhistas daí recorrentes;

2-exploração de caráter político e por competidores que podem desejar deter o aparecimento de nova competição nas exportações de minério de ferro. Basicamente as dificuldades políticas que a Hanna Co. provavelmente enfrentará serão tão sérias quanto aquelas de natureza econômica, se não mais sérias ainda. Conseqüentemente, um cuidado especial deveria ser dedicado aos fatores políticos e humanos do caso".

Este trecho foi omitido porque se aliarmos esse trecho ao que vem em seguida verificamos que a preocupação dela não era sem fundamento.

Na opinião da Consultec, as seguintes condições devem ser atendidas para facilitar a implementação do projeto:

1-Observância pela Hanna Co. com relação às exportações de minério de ferro, de política declarada pelo governo brasileiro no sentido de que, sendo

> o objetivo do programa de expansão de minérios o incremento dos ingressos totais em divisas, o esforço exportador deveria ser dirigido para a expansão dos mercados existentes e a conquista de novos compradores, não haveria ganho líquido para a economia brasileira se as vendas da Hanna no exterior simplesmente deslocassem exportadores já existentes.
>
> 2-Abstenção de sub-preços ou competição desenfreada, com base em violações dos limites de preços estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.
>
> Ela fala no perigo de interferência com atuais mercados da Cia Vale do Rio Doce e informa que não pode fazer um acordo de divisão dos mercados com a Vale.
>
> "Afastada a hipótese de um acordo de divisão de mercados, outras formas de cooperação poderiam ser almejadas:
>
> a- Oferecimento de informações pela Hanna Co., que manteria a Vale do Rio Doce ciente de quais são seus compradores potenciais, de modo a facilitar um esforço de venda racional e não conflitante".
>
> Como se fosse possível, neste duro mundo de negócios internacionais, haver essa gentileza de competidores. Mais ainda, ela declara:
>
> "A Hanna Co. deveria ser organizada não só num sentido puramente formal e legal, mas também num sentido econômico e político, como um empreendimento brasileiro, com substancial participação de pessoal brasileiro em postos de responsabilidade administrativa." Isso ela fez: Lucas Lopes e José Luiz Bulhões Pedreira.[290]

Na mesma data, segue pronunciamento do Deputado Afonso Arinos:

> No momento em que a Consultec declara que apresenta documentos para se defender de ataques, há três pontos que merecem observação. O primeiro é quando do Dr. Lucas Lopes, logo no princípio da carta ao general Nelson de Mello, declara:
>
> "um grupo de planejamento do qual sou consultor, foi procurado por representantes da Hanna Co., a fim de obter orientação econômica e técnica para a execução de um programa de exportação de minério de ferro."
>
> Nesse caso, cumpriria saber se o ministro Roberto Campos, tendo sido um dos responsáveis pelo decreto assinado recentemente pelo Presidente da República,[291] fazia, naquela ocasião, parte da Consultec. Em caso afirmativo, cumpriria ainda saber se a Consultec foi remunerada pela Hanna para elaborar esse estudo e como é que se distribuiu essa remuneração entre os membros da Consultec. Seria estranho que um ministro de Estado tivesse sido remunerado legitimamente na entrega de um parecer e, depois viesse atuar no sentido de elaboração de um decreto favorecendo uma companhia privada que o havia remunerado anteriormente.
>
> Outro ponto é o seguinte. É estranho que o Sr. Lucas Lopes declarasse mais adiante, dirigindo-se ao general Nelson de Mello: "Gostaria, outrossim, de informar ao prezado amigo que a organização da qual sou consultor se dedica exclusivamente a planejamento e serviços técnicos, figurando em todos os seus contratos cláusulas em que se exime de qualquer ingerência ou

[290] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.05.12, documento 04
[291] Não há a identificação do decreto.

> responsabilidade em negociações ou entendimentos com agências governamentais". Ora, não há agência governamental mais importante para esse assunto do que a Casa Militar...
>
> E dois parágrafos adiante declara o seguinte: "Espero que essas considerações sejam úteis à sua informação pessoal e possam, eventualmente, constituir elementos de juízo que facilitam a condução, em tempo hábil, de uma decisão formal das autoridades competentes, que saberão julgar dos aspectos políticos da questão".
>
> Ele diz, em cima, que não está influindo e, dois parágrafos abaixo, procura, evidentemente, influir junto a essa alta autoridade militar.
>
> Procurava demonstrar que as atividades do grupo Hanna, através de suas subsidiárias, ou de suas ligações econômicas, jurídicas ou de negócios, se fazem presentes, que a atuação de seus dirigentes estrangeiros, Humpreys, Dulles – assim como de seus dirigentes brasileiros – Lucas Lopes e Luiz Bulhões Pedreira – são também manifestas e documentalmente provadas.[292]

Os membros da CPI procuravam, através dos indícios publicados na imprensa e da análise das próprias atividades dos suspeitos envolvidos, demonstrar como a empresa Hanna Minning conseguiu benefícios específicos para a sua instalação no Brasil. O objetivo era contrastar a legislação nacional vigente no setor de mineração, principalmente em relação às concessões às empresas estrangeiras. Mapear a rede de relações que envolvia os membros de empresas de consultoria como a Consultec, os dirigentes da Hanna nos Estados Unidos e o governo brasileiro e americano era fundamental para que a Comissão chegasse a uma conclusão. Essa relação fica mais clara, no decorrer da pesquisa no arquivo pessoal de Lucas Lopes, onde tivemos acesso às correspondências entre os advogados e seus clientes, brasileiros e estrangeiros, que se referem às sanções sofridas pela Hanna com os desdobramentos da CPI, nas quais procuram reverter tal situação. Essas correspondências serão melhor explicadas posteriormente.

Dessa forma, vários levantamentos e investigações foram feitas na intenção de esclarecer essa polêmica, que vinha refletindo na economia e na política nacional. Afinal, nem todas as empresas tinham os mesmos privilégios da Hanna e nem exerciam tamanha influência no contexto político da época, como já mencionamos anteriormente. Um exemplo

[292] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.05.12, documento 04.

pode ser percebido na Companhia Vale do Rio Doce, além das outras companhias de mineração que operavam no Vale do Paraopeba. Ambas tiveram grande prejuízo em suas atividades, devido ao privilégio da concessão de um porto específico para as exportações da Hanna e da dificuldade de transporte pela Rede Ferroviária Federal, que passou a transportar o minério de ferro extraído pela companhia americana.

Nessa perspectiva, a CPI buscou esclarecer o motivo desses benefícios em prol da Hanna Minning, que eram concedidos pelo próprio governo. A Comissão também ouviu os depoimentos dos acusados, na tentativa de apontar indícios que pudessem explicar a influência da Hanna no interior do governo brasileiro. Por motivos de prioridades em relação ao tema do presente trabalho, apresentaremos somente um trecho do depoimento concedido por Lucas Lopes à Comissão.

> O grupo Hanna, apesar da mágoa e ressentimento que naturalmente abriga, depois de tanto ter sofrido injustiças e incompreensões, considera esta uma oportunidade adequada para esclarecer muitas das falsidades e distorções que vem sendo vítima.
>
> Jamais empresa alguma sofreu no Brasil uma campanha tão impiedosa de terror, de violência, de ameaças e de intriga a ponto de impressionar homens de bem e criar uma imagem totalmente falsa do grupo Hanna e suas associadas no Brasil.
>
> Mas tenho sinceramente suportado todos os golpes, todas as ciladas, todas as calúnias e incompreensões, é com absoluta tranqüilidade que compareço a esta Comissão esperando esclarecer tudo (...)
>
> (...) É natural e aceitável que existam pessoas que não concordem com a exportação de minério por empresas privadas e muito menos por entidades vinculadas a empresas estrangeiras (...) Entretanto, uma grande parte dos grupos de indivíduos que conduzem a luta contra a Hanna não nos parecem movidos apenas por concepções políticas válidas (...) existe um grupo irredutível de inimigos do projeto Hanna: - um grupo ideológico, um grupo que se expôs em ataques extremados e infundados, um grupo conhecido da imprensa marrom etc.
>
> Creio oportuno os debates dessa Comissão, porque é hora do Brasil tomar conhecimento de que está novamente ameaçado de ser mantido em uma posição medíocre no mercado mundial (...)
>
> O grupo Hanna, cuja responsabilidade e capacidade são reconhecidas em todo o mundo, tem ainda confiança no Brasil. Como brasileiro, acredito que esse grupo, tanto quanto outros semelhantes que aqui operam, poderá tornar, de novo, o Brasil uma área de eleição para novas demandas do mercado

> mundial. Agora chegou o momento de sabermos se nossa aparente imaturidade no trato do problema é superável ou de fato estamos condenados ao julgo da burrice, da indolência e dos tempos fantasmagóricos. [293]

Através desse trecho, poderíamos dizer, "emocionante" do depoimento de Lucas Lopes concedido à CPI, percebemos que o principal argumento utilizado foi o desenvolvimento do Brasil, como se a Hanna e suas atividades fossem "salvar" o país da mais plena miséria. Apresentando-se como um patriota, Lucas Lopes tentou, o tempo todo, se defender através do apelo a elementos nacionais, sem apresentar nenhuma prova objetiva das reais atividades do grupo ao qual representava. Para que a Comissão acreditasse que aquelas acusações eram injustas, valeu-se o tempo todo do discurso de exaltação ao desenvolvimento nacional através da exploração e comercialização do minério de ferro.

As atividades de extração e exportação que a Hanna desenvolvia no Brasil e a sua influência nas questões nacionais foram tão importantes, que chegou-se a associar a renúncia de Jânio Quadros à sua atuação em território brasileiro.[294] A notícia de que a renúncia de Jânio Quadros se deveu a pressões diretas e indiretas de grupos econômicos estrangeiros, particularmente o que controla o minério de ferro e a Hanna Minning, começou a circular com insistência no meios ligados ao Conselho de Segurança Nacional e ao Serviço Secreto do Exército, episódio que ficou conhecido como "O caso Hanna".

Como mencionado anteriormente, a Hanna vinha tentando a concretização de um projeto para a extração e exportação do minério de ferro brasileiro, aproveitando-se das concessões de jazidas nacionais que suas subsidiárias, entre elas a St. John del Rey Mining Company, possuíam. Esse projeto, que foi organizado pela Consultec, encontrou forte oposição em certos círculos militares e governamentais ligados ao então presidente Juscelino. Ao assumir o governo, Jânio Quadros convenceu-se, através de argumentos apresentados pelo ministro de Minas e Energia, João Agripino (1961), e por seus assessores, assim como uma

[293] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.05.12, documento 08 A1.

detalhada exposição feita pela Companhia Vale do Rio Doce, de que a permissão da entrada da empresa Hanna no mercado internacional, com o minério brasileiro, seria fatal à existência daquela empresa – Vale do Rio Doce – e, portanto, ao desenvolvimento mineral brasileiro.

Somente três dias antes da sua renúncia, Jânio fez um de seus tradicionais bilhetinhos nomeando um grupo de trabalho, pela Portaria n° 100, de 23 de junho de 1961, do Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de rever todas as concessões feitas pelo governo para a exploração das jazidas ferríferas brasileiras. Essa medida, que incluía as concessões da Hanna e suas subsidiárias, teria sido o fato que fez desencadear, por esses grupos, a ofensiva contra o governo Jânio Quadros.[295]

O parecer final do grupo de trabalho nomeado por Jânio[296] aprovou textualmente os vinte e um pareceres do assistente jurídico do Departamento Nacional de Produção Mineral, pareceres estes que recomendavam a abertura dos processos administrativos necessários para a declaração de nulidade das autorizações feitas irregularmente, e da caducidade das que vinham infringindo o Código de Minas. Uma das conclusões do relatório decretava que a Hanna perderia metade das suas jazidas,[297] medida que atingiu "testas de ferro" e subsidiárias da empresa. Foi um dos pontos de partida para a eliminação de Jânio Quadros do cenário político brasileiro.[298]

A ofensiva contra Jânio pode ser exemplificada por alguns documentos encontrados no acervo de Lucas Lopes, referentes principalmente à correspondências entre os acusados e seus advogados, representados entre outros, por Alberto Torres Filho, Antonio Falabela de Castro, Vicente Rao e Bulhões Pedreira, contendo estratégias de defesa por parte da Hanna

---

[294] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.08.16, documento I – 1 A 2.
[295] *Ibidem*, LL ap 1961.08.16, documento I-1 A2.
[296] Documentação referente ao processo governamental instaurado contra as atividades ilegais da Hanna. Processo de revisão dos direitos de mineração – GP/MME 78 (Grupo de Trabalho/Ministério de Minas e Energia n° 78). LL ap 1961.11.11, documento I-2.
[297] Esse relatório foi publicado no Diário Oficial às folhas 5785 (seção I – Parte I) de 26 de junho de 1961. A aprovação de Jânio referente ao relatório foi publicado no Diário Oficial às folhas 7893 (seção I – Parte I) de 29 de agosto de 1961. Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.11.11, documento I – 2.
[298] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1968.08.16, documento I- 1 A2.

diante dos embates impostos pelos atos governamentais. A maioria das correspondências eram endereçadas a membros brasileiros e a autoridades estrangeiras. Existiam também cartas de autoridades estrangeiras para membros brasileiros, como Lucas Lopes, que, pelo menos até o final dos anos 80, foi diretor da Hanna e participou ativamente dos encontros e reuniões dos diretores da empresa.[299] Encontramos diversas correspondências com essas características, mas uma chamou atenção pelo seu conteúdo, que contestava o relatório da Comissão encarregada de verificar os diretos de mineração da Hanna e, como a maioria, era endereçada para Lucas Lopes, com cópia para Mario Pinto, J. F. Dulles e H. C. Watson.

Os argumentos da Hanna para invalidar o ato governamental estão registrados na documentação encontrada no arquivo de Lucas Lopes, da qual retiramos alguns trechos abaixo:

> Desde a campanha presidencial do Dr. Jânio Quadros tem havido um grande movimento demagógico contra a Hanna.
>
> Temos a impressão de que esse movimento foi causado pelo Dr. Gabriel Passos, em troca de uma certa cobertura 'nacionalista' de que o presidente Jânio Quadros necessitava durante a campanha.
>
> Em conseqüência, o primeiro ponto investigado e com relação ao qual, temos a impressão, o Dr, Gabriel Passos tinha esperanças de encontrar elementos para desencadear uma guerra contra a Hanna, foi a investigação dos relatórios de produção, que pelo Código de Minas (Art. 34, item XIII) deviam ser apresentados anualmente ao Departamento da Produção Mineral (D.N.P.M.).
>
> As autoridades do Ministério das Minas e Energia, depois de feitas investigações sobre esse ponto, chegaram a conclusão de que a situação dos depósitos de minério do grupo Hanna era melhor do que todos os mineradores do Vale do Paraopeba.
>
> Nessas condições tiveram necessidade de encontrar um outro motivo para confiscar os direitos da Hanna.
>
> O ideal seria encontrar-se um ato que pudesse ser acoimado de nulo a fim de se dizer que, daí por diante, tudo que se seguiu era também nulo.
>
> Foi isso que levou autoridades a alegarem que a retificação da conceituação de jazidas em minas não podia ser feita, era ato nulo, inoperante, que não dava à Novalimense direito algum sobre as jazidas de Águas Claras, Mutuca e Catta Branca.
>
> Estamos convencidos de que quando se lançaram por esse caminho, as autoridades não tomaram em consideração o decreto 8621, de 29 de janeiro de 1942 que autorizou a Novalimense a funcionar como empresa de

[299] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1968.08.16, documento I - 2.1.

> mineração e que restringiu as suas atividades às minas manifestadas pela St. John e transferidas a ela que são exatamente as de Águas Claras, Mutuca e Catta Branca.
>
> A fim de por em execução o seu propósito, não hesitaram as autoridades atuais do Ministério das Minas e Energia, em recuar 24 anos no tempo apara atingir uma época em que a nova legislação mineira estava dando os seus primeiros passos, para concluir que um ato praticado nessa época, por autoridade competente, com observância de todos os requisitos legais, de acordo com a interpretação certa de que foi dada à lei, é nulo, de acordo com a interpretação errada que tiveram que dar à lei agora, para justificar o cancelamento da averbação feita em 28 de abril de 1938.[300]

O decreto presidencial n° 8621, de 28 de janeiro de 1942, que concedia o direito de exploração das jazidas de minério de ferro da região antes sob concessão da St. John Rey à Hanna e suas subsidiárias, foi revogado pelo ato do Ministério de Minas e Energia em 14 de junho de 1962, e o argumento utilizado pela Hanna era de que esse ato era inconstitucional e ilegal, já que, segundo a empresa, o decreto 8621 só poderia ser desconstruído, por nulidade, em ação judicial, e nunca em processo administrativo, respeitando a Constituição de 1946, artigo 200.[301]

A batalha judicial envolvendo a Hanna e as autoridades governamentais brasileiras foi um fato que marcou os anos 60 e refletiu o problema, que há muito tempo já vinha sendo discutido, das divisas econômicas do Brasil. Até que ponto o comércio internacional era benéfico ao desenvolvimento econômico e à soberania nacional ao mesmo tempo. Essa questão percorreu várias instâncias do judiciário, chegando inclusive ao Supremo Tribunal Federal (STF), através de um mandato de segurança impetrado pelos advogados de Lucas Lopes e da Hanna – Bulhões Pedereira, Vicente Raó, Alberto Torres, entre outros –, alegando a inconstitucionalidade dos atos ministeriais que revogaram, "com falta de competência", decretos presidenciais e reivindicavam, portanto, a anulação do confisco das minas de ferro concedidas à Mineração Novalimense.

---

[300] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.11.11, documento 12.1, de 4 de janeiro de1963. Em 28 de abril de 1938 foi dado o direito de exploração das jazidas de minério de ferro à St. John Rey.
[301] *Ibid.*, LL ap 1961.11.11, documento I-22 A1.

Vários relatórios e trabalhos foram preparados pelos membros da Hanna, incluindo-se brasileiros e americanos. Alguns encontram-se disponíveis no arquivo de Lucas Lopes por serem escritos pelo próprio, ou por terem sido remetidos a Lopes por cópias. Podemos destacar o trabalho: *O Caso Hanna: Um aspecto moral*, de abril de 1965, que relata "as injustiças" sofridas pela empresa norte americana, começando da seguinte forma:

> Alem de ter-se revelado um difícil problema de política econômica, o chamado "Caso Hanna" tornou-se também um fenômeno de psicologia social dos mais estranhos. Provocando atitudes emocionais em espíritos lúcidos, e um difuso sentimento de oposição na opinião pública, constituiu-se num desaguadouro de preconceitos e prevenções que perturbam a compreensão do assunto em suas múltiplas facetas.[302]

"O Caso Hanna" mereceu inclusive, amplo destaque na imprensa, principalmente nacionalista, que acusava veementemente a empresa e seus membros de entreguistas. Através de pesquisas realizadas no principal jornal nacionalista *O Semanário*,[303] que se encontra digitalizado na Biblioteca Nacional, podemos ter um panorama das críticas e denúncias que esse grupo fazia às atividades na Hanna no Brasil e à relação escusa de seus membros nas esferas do governo, brasileiro e americano. Apresentaremos alguns editoriais publicados pelo jornal, como forma de exemplificar a polêmica que envolveu as atividades de mineração da Hanna, suas subsidiárias e seus membros no Brasil.

---

[302] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1961.11.11, documento I-28.1.

[303] Fundado em 5 de abril de 1956 no Rio de Janeiro por Oswaldo Costa e extinto em abril de 1964, *O Semanário* não tinha compromisso firmado com nenhum partido político na época do seu lançamento. Com o processo de formação da Frente Parlamentar Nacionalista, em que atuou ativamente junto às instâncias legislativas, começou-se a delinear de forma mais concreta a sua linha política, estreitando-se as relações com os deputados nacionalistas. A preocupação principal do jornal era a denuncia de elementos envolvidos em manobras consideradas prejudiciais aos interesses nacionais, se posicionando contra a entrada do capital estrangeiro no país. MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "O Semanário". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. V, p. 5345.

Nos editoriais de julho a setembro de 1957,[304] o jornal fez um concurso para eleger os dez maiores "entreguistas" do Brasil. Diariamente os leitores enviavam seus votos à redação do jornal. Em setembro, prazo final para o resultado, o jornal listou em ordem de "preferência" dos leitores os vinte maiores "entreguistas". Entre eles, Roberto Campos aparece na décima posição e Lucas Lopes em décimo-sexto, entre concorrentes significativos como Ernani do Amaral Peixoto, Carlos Lacerda, Juarez Távora, Eugênio Gudin, Santiago Dantas e Julio de Mesquita Filho. O trecho a seguir foi encontrado na edição de Julho a setembro de 1958.

> Nas vésperas da posse de Lucas Lopes no Ministério da Fazenda, o "Jornal do Brasil" divulgou no alto de sua página de informação política a notícia "O Plano Lucas Lopes de entrega do Brasil". Segundo ela, estava sendo estudada pelo governo uma "terceira fórmula" para o nosso petróleo. Essa "terceira forma" consiste, segundo o JB, muito bem enfronhado nas manobras entreguistas, em confiar a pesquisa, a lavra e a produção do nosso petróleo a "quaisquer grupos de qualquer procedência, com a condição do óleo bruto ser vendido ao governo brasileiro na 'boca do poço' mediante pagamentos em cruzeiros à Petrobrás, que assim praticamente deixaria de existir, passando a simples compradora da produção dos trustes" (...)
>
> A entrega do nosso petróleo, como a reforma cambial total e imediata, o abandono da política de sustentação dos preços do café, etc... tudo fazia – e faz parte – do Plano Lucas Lopes, para 'deter a inflação' e 'equilibrar a nossa balança de pagamentos', de acordo com as instruções por ele recebidas de Washington (...) Nesse sentido fazemos um apelo a Frente Parlamentar Nacionalista para que se deixe de envolver ingenuamente nas lábias de Lucas Lopes e passem a ação, como é de seu dever. Mostrem a verdadeira face do novo titular da fazenda e do grupo que o cerca, inteiramente vendidos aos colonialistas norte americanos (...)
>
> O Sr. Juscelino entregou seu governo a um bando de traidores, para os quais não pode haver perdão nem complacência. O Semanário, interpretando o sentimento do povo brasileiro, exige que eles sejam expulsos dos postos que empalmaram, enquanto é tempo de salvar o Brasil dessa nojenta conspiração contra os seus mais legítimos interesses.
>
> Ele sempre foi o que ainda é, um desvelado entreguista, cuja rápida carreira se fez por mercê da 'Band and Share', um apaziguado de Gudin, e um seguidor fiel dos ensinamentos de Alexandre Kafka, apátrida que entre nós

[304] Biblioteca Nacional, acervo "O Semanário", PR SPR 12, rolo 02 P 1.

> desempenha as funções de agente do Departamento de Estado e que o dominará, no Ministério da Fazenda, acoitado por esse pobre diabo que é Roberto Campos, como dominou Lafer, como dominou Gudin. O passado de Lucas Lopes – ainda agora está envolvido no escândalo da Ishikawagima[305] – não merece que se lhe abra o menor crédito de confiança.[306]

Abaixo, segue trecho publicado na edição de 14 a 20 de maio de 1960.

> "**As atividades colonialistas da Hanna no Brasil"**
>
> É a seguinte a tradução da carta que de Washington nos enviou com data de 26 de abril último, o confrade norte americano Tristan Coffin:
>
> "Caro Sr. Costa – As operações da Hanna no Brasil tem sido objeto de investigações por parte de dois comitês do Congresso dos EUA, e são de interesse para muitos correspondentes, inclusive eu próprio. Isso por que o homem que controla o império da Hanna é George Humphey, possivelmente o homem mais influente dos Estados Unidos. Foi secretário do Tesouro durante a primeira administração de Eisenhower e permanece um conselheiro muito próximo do Presidente.
>
> Todas as investigações tem sido frustradas, em virtude da administração de Eisenhower tê-las classificado de 'secretas' e recusar-se a remeter aos Comitês os documentos chaves relativos às operações Humphey no Brasil.
>
> O que é doloroso verificar é que a nossa denúncia tenha tido essa repercussão no próprio Congresso Norte americano e o nosso governo não lhe tenha dado, entretanto, a atenção que merece, por sua importância e gravidade. Fato tanto mais estranho quando se encontra na chefia desse governo um filho de Minas Gerais cujo ferro se quer furtar ao Brasil! E porque isso acontece? Porque o testa de ferro, o corretor dessa negociata de George Humphey é nada mais nada menos, o próprio ministro da fazenda do Sr. JK – o famigerado cavalo de aluguel Sebastião Paes de Almeida, que representa no atual governo a banqueirada de São Paulo, por sinal janista, como a de Minas, (...)."[307]

O trecho abaixo foi publicado na edição de 04 a 10 de junho de 1960

> A nação está estarrecida com a negociação dos ianques da Hanna, no Brasil, com o beneplácito do próprio ministro da fazenda Sebastião Paes de Almeida, e de antigos presidentes do BNDE, inclusive Lucas Lopes e Roberto Campos, a dupla que representa os interesses escusos de qualquer falcatrua norte americana em nosso país (...)

[305] Ishikawagima era uma empresa japonesa responsável por parte da construção naval brasileira.
[306] Biblioteca Nacional, acervo "O Semanário", PR SPR 12, rolo 02 P 1.
[307] *Ibidem*, PR SPR 12, rolo 04.

Os deputados Gabriel Passos e Sérgio Magalhães, da Frente Parlamentar Nacionalista, focalizaram no Congresso Nacional o assalto do grupo ianque, sendo que o deputado Sérgio Magalhães, vice-presidente da Câmara Federal, apresentou um pedido de informações, indagando aos Ministérios da Marinha e da Viação quem autorizou a entrega de uma ilha brasileira, em Mangaratiba, para uso exclusivo dos norte americanos!

"A Hanna no mundo"

Companhia poderosa, com várias subsidiárias pelo mundo, controla minas de ferro no Canadá, Europa e Estados Unidos. Grande produtora de carvão, que é o seu maior negócio, dona das minas da St. John Rey Minning no Brasil, cuja ações comprou em Londres, a baixo preço sem nenhum benefício para o Brasil (...)

Explorará as reservas de minérios de ferro da St. John Rey Minning, as melhores do Brasil, por meio de concessões especiais nunca antes dadas, nem a empresas brasileiras. Ficando em condições de vantagem excepcional em relação aos outros exportadores, inclusive a "Rio Doce", Companhia da qual o governo tem 84 % das ações (...)

Adquiriu as ações da St. John Rey Minning em 1956. Procurou ajuda de elementos brasileiros de prestígio nos diversos setores de atividades, instigando-lhes a tarefa de "abrir caminho" e "amanciar possíveis entraves". Contratou os serviços da firma Consultec da qual fazem parte os seguintes senhores: Lucas Lopes, Roberto Campos, João Batista Pinheiro, Mario Pinto, Jorge Schilling e Canedo Magalhães. Toda essa turma de entreguistas conta com a colaboração do ministro da fazenda Sebastião Paes de Almeida.

A Vale do Rio Doce solicitou um empréstimo para a realização de obras inadiáveis ao BNDE em 31 de janeiro de 1958. Apresentou projetos, orçamentos, informações e encaminhamentos. Decorridos mais de dois anos ainda não conseguiu tal empréstimo, sob a alegação de que os documentos apresentados não satisfazem. Enquanto isso com a ajuda dos mesmos homens que ontem eram do BNDE (...) todas as facilidades e vantagens, são concedidas à Hanna, sem mesmo haver apresentado um projeto ou plano completo.

"A farsa da nacionalização das minas de Ouro Velho"

A Hanna vendeu as minas de ouro do Morro Velho que havia comprado da St. John Rey Minning Co., a um grupo brasileiro chefiado por Fernando de Melo Viana. Os brasileiros ficaram, assim, com a exploração de ouro, enquanto ela se dedicava unicamente ao ferro (...)

Mas na verdade é que tudo não passa de uma farsa vergonhosa, o "grupo brasileiro" de brasileiro só tem o rótulo. Fernando Melo Viana sempre foi

> um cavalo de aluguel de trustes internacionais. É o representante da "Ferrostal do Brasil", subsidiária da Ferrostal A. G., grupo alemão.[308]

Dessa forma, podemos verificar que as estratégias e influências da Hanna em território brasileiro foram fortemente investigadas e denunciadas por grupos específicos dentro do Congresso Nacional e da opinião pública. No entanto, o objetivo principal de tal empresa ainda não havia sido alcançado, principalmente devido a cláusula do Código de Minas de 1934, que através do artigo 6 (decreto-lei 1985, de 24 de janeiro de 1940) estabelecia que somente brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas, tinham o direito de pesquisar ou lavrar as minas em território nacional, criando precedentes para vários embargos às suas atividades.

Foi então que, valendo-se de mais uma manobra estratégica, em 1965, membros da Hanna associaram-se ao grupo Caemi, de propriedade do brasileiro Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Respaldando-se no argumento de que possuíam os mesmos objetivos e interesses, os dois grupos se uniram para explorar em comum a exportação do minério de ferro do Vale do Paraopeba,[309] formando a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR).

> (...) considerando a coincidência parcial de objetivos de seus projetos para exportação e beneficiamento de minério de ferro, as duas companhias – Caemi e St. John D'Rey Minning , cujo controle acionário é exercido pela Hanna Minning Co. – concordam em estudar a possibilidade de unir seus interesses, esforços e recursos para a construção de seus objetivos, formando uma única empresa, Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.[310]

O projeto visava a exportação de minério de ferro através da estrada de ferro Central do Brasil e do terminal marítimo em Sepetiba, que seria inaugurado em 30 de novembro de 1973. O transporte ferroviário era realizado pela Rede Ferroviária Federal (RFF). Deu-se início ao projeto Águas Claras com a exportação de minério em larga escala, financiado por

[308]Biblioteca Nacional, acervo "O Semanário" PR SPR 12, rolo 04.
[309] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1965.06.23, documento 03.

um conjunto de recursos provenientes da própria MBR, do Banco Mundial, do Eximbank, de bancos comerciais americanos e um consórcio de *trading companies* do Japão.[311]

O interessante é que novamente podemos relacionar as atividades de mineração da Hanna com aspectos políticos e ideológicos que marcaram o período. Augusto de Azevedo Antunes vazia parte dos membros do Conselho Orientador do IPES/GB e da relação dos sócios fundadores do IPES/GB, contribuindo financeiramente com o órgão. Encontramos no arquivo do IPES, localizado no Arquivo Nacional, recibos de pagamentos em seu nome e de suas empresas, listas de membros contendo seu nome e um currículo com todas as informações, em ordem cronológica da sua carreira de minerador.[312]

Não se pode afirmar com certeza que as relações de Augusto de Azevedo Antunes com o IPES seja o principal motivo, mas um elemento, no mínimo curioso, merece atenção. Nas negociações de união entre a Hanna e a Caemi, o nome de Lucas Lopes aparece frequentemente através de códigos, representado pelas letras "otaru".[313] É perceptível que se trata de Lucas Lopes, pois existe escrito a lápis, de forma bem leve, o nome dele em cima do código.

A relação de Lucas Lopes com instituições explicitamente políticas e ideológicas, como o IPES, será analisada mais adiante. É fato, porém, que a sua rede de relações estava diretamente envolvida com esses órgãos. Nomes importantes na dinâmica política e econômica do Brasil, e que trabalharam durante anos com Lucas Lopes, inclusive estabelecendo relações próximas de amizades, influenciaram na formação, organização e atividades dessas instituições contra o regime democrático que vigorava naquele momento. Com uma vertente anticomunista, esses nomes estruturaram uma frente de oposição ao governo João Goulart e ajudaram a implementar a ditadura civil-militar em 1964.

---

[310] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1965.06.23, documento 11.
[311] *Ibid.*, LL ap 1965.06.23, documento 11
[312] Arquivo do IPES, Arquivo Nacional, caixa 16 pacote 01 e caixa 03 pacote 02, respectivamente.
[313] Arquivo pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1965.06.23, documento 06.

3.4 – Descontentamento ou ideologia? ESG, IPES e o Golpe de 64.

Como vimos até o momento, a relação de Lucas Lopes com a Escola Superior de Guerra (ESG) e com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) indica mais um descontentamento com a ordem vigente do que efetivamente uma tomada de posição à favor de um regime de exceção. Não podemos afirmar, diante das pesquisas realizadas e da bibliografia disponível que a aproximação de Lucas Lopes com instituições reconhecidamente políticas e ideológicas de caráter ditatorial se deu pela sua concordância às bases teóricas e ideológicas dessas instituições. O que não se pode inferir do grupo ao qual estava inserido.

Tratando-se primeiramente do IPES, muitos nomes influentes na política e na economia nacional que trabalharam durante anos com Lucas Lopes, estabelecendo inclusive laços de amizade, membros em sua maioria da Consultec, ingressaram na campanha golpista contra o governo democrático de João Goulart, cientes dos ideais que essa campanha suscitava. Homens como Roberto Campos, Glycon de Paiva, John Cotrim,[314] Augusto de Azevedo Antunes, entre outros, atuaram diretamente na propagação das idéias anticomunistas através de diversos meios, como palestras, artigos etc.. Encontramos no arquivo do IPES uma publicação de Roberto Campos, na época embaixador, intitulada *Programa econômico e Financeiro do governo, metas e resultados*. No entanto, o teor do texto nada tem a ver com economia brasileira, conforme demonstra o trecho destacado abaixo:

> Alguns opinam que o IPES deveria ser um movimento clandestino, mas os fundadores finalmente acordaram, agindo em público, publicando livretos e folhetos, patrocinando palestras, financiando viagens de estudantes aos Estados Unidos e ajudando a sustentar associações democráticas estudantis e

[314] No arquivo de Lucas Lopes, encontramos um cartão postal da Rússia que John Cotrim enviou à Lucas Lopes em 19 de junho de 1962 com a seguinte frase: "De tanto se isolarem do mundo já perderam a noção da realidade". Essa viagem de Cotrim à Rússia resultou na elaboração de um folheto que foi publicado pelo IPES, com o título *Um engenheiro Brasileiro na Rússia*, como já mencionado anteriormente. *Ibidem*, LL dp 1925.01.15, documento 44.

> operárias (...) O IPES acelerou seus esforços para influenciar a opinião pública (...) O IPES tornou-se a *célula-mater* da resistência civil a Goulart.[315]

Fundado por um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, os quais se destacavam Augusto de Azevedo Antunes, Glycon de Paiva e Antonio Gallotti durante a década de 60, começou a ser estruturado em novembro de 1961, após a posse de João Goulart na Presidência da República, sob a chefia de Golbery do Couto e Silva, então professor da Escola Superior de Guerra (ESG) e futuro nome da ditadura militar pós-64. Durante seu principal período de atuação, o IPES localizava-se no Edifício Avenida Central no Rio de Janeiro, vigésimo sétimo andar, com treze salas.

Com o objetivo de "defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart, através de um aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo",[316] o IPES se configurou num dos maiores meios de organização dos diversos movimentos sociais de direita para conter o avanço do socialismo soviético no Brasil, que acreditavam estar sendo incitado por Jango. Era composto por empresários, políticos, intelectuais, donas-de-casa, estudantes e trabalhadores, formando uma frente civil de combate ao governo João Goulart, organizando-se inclusive financeiramente, através do apoio de grandes empresas nacionais e multinacionais, como por exemplo: Light, Icomi, Cruzeiro do Sul, Listas Telefônicas Brasileiras, assim como diversas entidades de classe de orientação conservadora, ligadas à igreja católica.

Através de uma forte propaganda de "defesa da democracia" e não de "combate ao comunismo", o IPES organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 19 de março de 1964, patrocinou a publicação de livros, artigos e folhetos de combate ao governo

---

[315] Arquivo Nacional, acervo IPES, caixa 21, pacote 03.
[316] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op cit., v. III, p. 2789 - 2791.

Goulart e ao marxismo. Entre eles, podemos citar: *UNE, instrumento de subversão*, de Sônia Seganfredo, e *Nossos males e seus remédios*, folheto destinado aos empregados da indústria e do comércio, assim como financiou a produção de documentários e filmes de doutrinação democrática que seriam exibidos nas salas de cinema em todo o país, entre eles estão: *Conceito de empresa*, *O Brasil precisa de você* e *Deixem o estudante estudar*. Atuou ainda no financiamento de outras entidades contrárias ao governo Goulart, tais como os Círculos Operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro, e o Movimento Universitário de Desfavelamento. O IPES-RJ auxiliava igualmente a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra.[317]

Dessa forma, o IPES contribuiu decisivamente para o golpe. Através da cooptação de membros engajados numa posição reacionária de combate ao comunismo, elaborou o arcabouço civil de oposição à democracia que se uniria aos ideais militares de tomada do poder em 64. A retribuição pelos seus préstimos pelo regime militar veio já no governo de Castelo Branco, com a inclusão de membros no governo, até que, em novembro de 1966, o IPES é declarado "órgão de utilidade pública" por decreto presidencial.

No entanto, apesar de não assumir uma posição de defesa de um golpe de Estado, as posições de Lucas Lopes eram evidentemente políticas, assim como as do grupo da Consultec. Discursavam e publicavam opiniões de interesse nacional, que influenciavam na dinâmica política e econômica do país. Porém, segundo Lucas Lopes, as atividades da Consultec não estavam relacionadas com as posições políticas de seus membros. Ele afirma que trabalhavam sem nenhum objetivo político, e que não tinham ligações políticas com ninguém.[318] Ao mesmo tempo, é interessante pensar como isso seria possível, na medida em que grande parte

[317] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. III, p. 2789 - 2791.
[318] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 281.

dos membros da Consultec eram membros também do IPES, conhecido explicitamente pela sua característica política e ideológica. No caso de Lucas Lopes, apesar de não ser membro efetivamente do IPES, participava de debates e proferia palestras[319] explicitando muitas vezes a sua posição política. Um exemplo pode ser destacado no trecho pertencente à palestra intitulada *Panorama Industrial*, publicada na revista do IPES em 1963:

> (...) talvez por tudo isso assistamos, em nossos dias, o mais despudorado tratamento, nas relações do governo com as empresas privadas, por ministros de Estado ou subministros, que não se furtaram de dar entrevistas e fazer discursos insultando a empresários e ameaçando-os de destruição, sem o menor fundamento legal ou moral, por simples paixão ideológica, sem lhes dar direito sequer de defender a legitimidade e absoluta honestidade de sua posição. E neste ponto deixo o meu protesto contra insinuações com que pensam me ferir, mas que não alteraram a minha decisão de lutar em algumas das mais **avançadas patrulhas de combate ao comunismo, como são algumas empresas, que nos trazem a técnica e os capitais de países amigos pra ajudar-nos a superar a estagnação de nossa vida econômica e libertar o Brasil da miséria e do ódio.**[320]

A Escola Superior de Guerra (ESG) pode ser entendida como mais uma instituição que veio reforçar a campanha contra o governo de Goulart nos anos 60. Foi criada pela lei n° 785, de 20 de agosto de 1949. Suas atividades estavam subordinadas à Presidência da República através do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), que foi o embrião, anos depois, do Ministério da Defesa, órgão a que atualmente está subordinada. Estruturada nos molde dos *War Colleges*[321] norte-americanos, a ESG promovia cursos de formação regulares e superiores de guerra para civis e militares, com a intenção de disseminar idéias próprias nos mais diversos meios de influência.[322]

---

[319] Duas palestras foram encontradas no arquivo do IPES; *Panorama Industrial*, publicada na revista do IPES (Boletim Mensal) n° 11, ano II, junho de 1963 (Caixa 38, pacote 01) e *Universidade, Tecnologia e empresa*, proferida no Fórum "A educação que nos convém", organizado pelo IPES e pela PUC/RJ em 1968. Foi publicada em "A educação que nos convém", Rio de Janeiro, APEC, 1969.

[320] Arquivo Nacional, acervo IPES, caixa 38, pacote 01. Grifo nosso.

[321] Colégios específicos para cada força armada norte americana.

[322] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Escola Superior de Guerra". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. II, p. 2018 - 2020.

O período entre 1952-1956 pode ser identificado como o início da concentração, na ESG, dos militares que viriam a ter papel importante na derrubada de João Goulart e na política brasileira pós-64. Alguns estudos apontam que essa concentração de dava de forma natural entre os membros de mesmo grupo, marcada pelas congruências ideológicas e experiências profissionais.[323] A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) também exerceu forte influência no contexto das conspirações contra o governo nos anos 60, já que "com a desculpa oficial de se movimentarem pelo Brasil para cumprirem tarefas didáticas relacionadas a divulgação dos cursos da ADESG, civis e militares que tramavam a derrubada do governo anterior a 1964 desfrutavam de razoável dose de liberdade sem despertar suspeitas".[324]

Pela importância estratégica de seus membros e pela forte presença da ESG na dinâmica governamental, inclusive antes de 64, passou ela a ser uma instituição fundamental da formulação da política nacional. Com um forte apoio norte-americano, a ESG procurava formar uma comunidade nacional que compartilhasse valores homogêneos a respeito da sociedade brasileira, e esse trabalho de capitação e disseminação de adeptos e idéias se dava através dos vários cursos de extensão por todo o Brasil, e dos cursos de atualização promovidos por essa instituição militar que agregava pessoas de diversas profissões e capacitações, inclusive importantes nomes da política nacional.

Lucas Lopes foi um desses integrantes ilustres das atividades promovidas pela ESG. Apresentou duas palestras na instituição, uma sobre o panorama industrial brasileiro, em 1962, e a outra sobre a situação e as perspectivas futuras do minério de ferro nacional, proferida em setembro de 1971.[325]Através de trechos destacados dessas palestras podemos identificar algumas características da proposta de doutrinação da própria ESG, e ainda alguns

[323] MAYER, Jorge Miguel e ABREU, Alzira Alves de. "Escola Superior de Guerra". In: ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). Op. cit., v. II, p. 2018 - 2020.
[324] *Id., ibid.*, v. II, p. 2018.
[325] Arquivo da Escola Superior de Guerra (ESG), C1-25-62 e C44-1-71.

indícios que comprovam a postura política assumida por Lucas Lopes, apesar de negar freqüentemente que atuasse de tal forma.

Porém, é importante destacar que o discurso liberal de Lucas Lopes, por vezes presente em suas palestras, não condiz verdadeiramente com a prática que exercia. Como já discutimos em outra oportunidade, a retórica utilizada era a de desqualificar a atuação política como uma estratégia de ação, uma forma de maior mobilidade entre as esferas decisórias.

Segue outro trecho da palestra *Panorama Industrial*, proferida na ESG em 1962:

> Ainda que tenhamos progredido muito temos a impressão de estar parados, tal o ritmo de evolução tecnológica e econômica das nações desenvolvidas.
>
> Temos limitações de recursos naturais que poderão ser superados pela pesquisa científica, mas o que é mais grave, sofremos defeitos de organização social e política que, a nosso ver, retardam e tornam inutilmente dolorosa a marcha do desenvolvimento econômico.
>
> O que nos parece mais importante, entretanto, no elenco das falhas de nosso esforço de desenvolvimento econômico, é que ainda não conseguimos definir uma atitude nacional, um programa coletivo de trabalho, uma filosofia de vida, que nos permitisse pôr em marcha as forças realmente criadoras de nossa economia, sem nos submetermos às trágicas exigências do planejamento centralizado e ditatorial.
>
> Infelizmente, no momento em que a economia brasileira começou a adquirir possibilidades de um *take-off,* quando se completaram os elementos básicos de infra-estrutura, como um sistema de transportes terrestres e marítimos razoável, quando se condensaram núcleos urbanos capazes de comandar a vida econômica de largas regiões agrícolas, quando o afluxo de imigrantes de maior nível cultural e a formação de elites técnicas locais ofereciam base nova aos quadros administrativos de governo e das empresas, nessa fase decisiva de evolução econômica, o capitalismo, a livre empresa e a democracia, três faces desse tetraedro que é a imagem do homem livre, se cobriam em todo o mundo, de densas nuvens, tinham suas arestas deformadas e pareciam destinar-se ao mergulho na noite da história vivida, dos sistemas superados.
>
> Se o *crack* da bolsa de Nova Yorque e a crise do café se houvesse retardado de dez anos, provavelmente o Brasil tinha entrado em seu estágio de industrialização e *take-off* sob o signo bárbaro, estimulante e criador do capitalismo clássico. E, seguramente teria encontrado as correções que a dinâmica da história impôs ao sistema, sem se perder nas tentativas confusas de superação do subdesenvolvimento econômico e de imaturidade política,

que marcam ainda a hora no Brasil. Todavia, o que a história registrou foi a introdução de conceitos políticos, que, a título de salvar os povos da miséria e libertá-los das "garras" de empresários impiedosos, os lançara sobre o domínio do Estado *Leviathan,* sob o julgo do fascismo, do nazismo, do socialismo marxista-leninista. Em um momento crucial da nossa história, as únicas doutrinas que nos vinham do mundo exterior dos focos tradicionais de nossa cultura, envolviam dúvidas, perplexidade ou negações sobre a democracia, a liberdade e a livre empresa. Até hoje não abrimos novamente nossas portas e nossa cultura ao liberalismo renovado, que impõe ao Estado o dever de se submeter ao homem em sua luta de libertação da fome, do medo e da inveja.

Hoje, confesso sentir-me profundamente perturbado, quando procuro fazer um balanço honesto e frio entre os benefícios iniciais das intervenções estatais, que, com entusiasmo, ajudei a formular, e os malefícios permanentes, crescentes e trágicos, que têm resultado, no Brasil, do intervencionismo desregrado e quase sempre injustificável.

Ainda que convencido hoje do malefício básico fundamental e irreparável, resultante fatal, a longo prazo, da intervenção do Estado, não me permito silenciar a admiração que cultivo por alguns poucos núcleos de homens excepcionais, que não se deixam contaminar no clima de irresponsabilidade a que as flutuações e mudanças dos quadros políticos condenam, sem apelação, a empresa estatal.

O mais grave, entretanto, é que, insensivelmente, criou-se de fato, completa e absoluta liberdade de intervenção estatal, no Brasil, sem que se obedeçam quaisquer das limitações de texto e de espírito das leis existentes.

Hoje, quase todas as indústrias brasileiras, especialmente as de porte médio, correm o risco de, ao amanhecer, ter notícia de que uma concorrente estatal vai ser instalada, sob os auspícios dos grandes *holdings* governamentais.

Façamos entretanto, uma pequena digressão para tentar trazer a nosso argumento alguns conceitos de uma grande lição de Von Mises, que precisa ser aprendida e incutida no âmago do pensamento de nossas classes dirigentes, para que se libertem de dúvidas, perplexidades e injustificados complexos de culpa: 'O que caracteriza o capitalismo moderno é a produção em massa destinada ao consumo das massas.'

Por isso ele se define no estágio atual da tecnologia e da vida política, como o sistema econômico socialmente mais justo, que, para progredir, exige continuado aumento de *standard* de vida das massas consumidoras. O capitalismo, longe de transformar o homem comum em proletário, é tentado e finalmente forçado a elevá-lo ao nível social do burguês abastado, porque, para se expandir e sobreviver, exige o progressivo enriquecimento das massas consumidoras (...)

> Precipitar reformas de estrutura numa fase tão avançada de febre inflacionária é um ato de inconsciência, de delírio febril, de inconcebível loucura coletiva. Somente medicamentos que curem o estado patológico do organismo nacional sob o domínio da inflação devem ser ministrados. Quando forem eliminados os vírus dessa infecção aguda, será possível tentar-se restabelecer o equilíbrio do corpo social e corrigir deficiências funcionais. Fora dessa alternativa só permanece a catástrofe purificadora que o comunismo planeja para implantar a ditadura do partido único.[326]

Já o trecho abaixo pertence à palestra *Complexo mineral brasileiro: situação atual e perspectivas*, proferida na mesma instituição:

> Se porventura houvesse sido minha a responsabilidade de definir vários dos instrumentos da política mineral em vigor no Brasil, seguramente os teria orientado em direção mais liberal, mais confiante nas forças do mercado e na capacidade dos empresários.
>
> (...) A associação com empresas de mineração estrangeiras, já o discutimos antes, é o meio mais seguro e rápido de importar tecnologia, incorporar tradição mineradora de validade nos mercados internacionais, absorver recursos externos próprios ou, com mais facilidade, ter acesso a recursos de entidades financeiras de caráter internacional. É o caminho menos penoso e mais rápido de garantir um lugar importante no mercado internacional, que é uma das condições de sucesso da mina grande.
>
> (...) A experiência tem demonstrado que medidas legais ou administrativas discriminatórias contra os empresários estrangeiros, pura e simplesmente afastam seus investimentos do país. Entretanto, medidas de incentivo fiscal ou de crédito, concedidas em graus diversos de preferência aos capitais nacionais são aceitas pelo investidor estrangeiro como adequadas para fortalecer seus sócios locais. Em relação a países como o Brasil, que estão em pleno processo de desenvolvimento e já possuem uma classe empresarial ativa e educada, o minerador estrangeiro preferirá ter um sócio forte nacional a ter que enfrentar sozinho os meandros da burocracia e problemas políticos sempre perturbadores.[327]

Congregando empresários, militares, técnicos, políticos, operários, trabalhadores liberais, e diversas outras categoriais da sociedade numa aliança de combate ao comunismo, instituições como o IPES e a ESG seguiram em prol da defesa de seus interesses no sentido de

[326] Arquivo da Escola Superior de Guerra (ESG), C1-25-62 e C44-1-71.
[327] *Ibidem*, C1-25-62 e C44-1-71.

resgatar o que acreditavam ser a democracia. Muitos de seus membros estavam infiltrados em mais de uma organização de cunho político e ideológico. Mesmo aquelas que se apresentavam como isentas de idéias políticas possuíam, em seus quadros de membros permanentes e fundadores, nomes de importante destaque nas conspirações que se seguiram ao governo João Goulart.

O medo do comunismo era uma constante, inclusive nas altas esferas administrativas internacionais. Realizamos uma breve pesquisa no arquivo pessoal de Roberto Campos, localizado no CPDOC, e identificamos uma frequente preocupação com a influência socialista de Cuba nos outros países da América Latina. No período em que Roberto Campos era embaixador do Brasil em Washington, encontramos diversas correspondências entre ele e o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, sobre as relações cubano-americanas.[328] Preocupação que não poderia ser diferente, já que, entre 1959-1961, é exatamente o período de definição da vocação socialista da revolução cubana.

O papel desempenhado pelos Estados Unidos na luta ideológica que dividiu o mundo entre capitalistas e comunistas, de "líder do chamado bloco ocidental", foi crucial para a formação de alianças no mundo inteiro contra a expansão dos ideais comunistas, e o Brasil deveria estar incluído nessa aliança. Nesse sentido, o caráter da administração de João Goulart era um entrave aos objetivos norte-americanos, que acreditavam que o então presidente da República era um representante dos comunistas no governo brasileiro. Ocorreram viagens de Jango aos Estados Unidos a fim de contornar a situação, mas as noticiais que chegavam à Secretaria de Estado norte-americana sobre a conjuntura social, política e econômica no país continuavam a deformar a imagem do governo brasileiro, o que prejudicava as relações

[328] Arquivo pessoal de Roberto Campos, RC d bem 1961.10.19, pasta I.

Brasil-Estados Unidos e incitava cada vez mais a campanha norte-americana de combate aos comunistas em território brasileiro.[329]

Encontramos um documento no arquivo pessoal de Roberto Campos, de fevereiro de 1963, no qual é listada uma série de motivos que enquadram a imagem do governo de Jango como "imprecisa":

> a) O atual governo brasileiro inda não apresenta unidade suficiente, b) Há diversos comunistas em postos-chave, inclusive nas Forças Armadas, c) Ainda não há certeza cabal de que o governo brasileiro, assim qualificado, deseje realmente administrar o país segundo as diretrizes declaradas, d) Ainda não há certeza cabal de que está realmente disposto a colaborar plenamente com os Estados Unidos na Aliança para o Progresso, e) Ainda não há certeza cabal de que o governo brasileiro não venha a orientar-se definitivamente para a esquerda, com especial referencia à política internacional.[330]

A oposição internacional ao governo democrático de João Goulart começou a aumentar de forma progressiva a partir das concepções norte-americanas de combate e eliminação do comunismo. Os americanos viam com suspeitas a administração de Goulart, encarada com sérios problemas, entre eles o distanciamento econômico e uma propaganda intensiva de que o governo brasileiro não correspondia aos ideais democráticos propostos pelos Estados Unidos. É justamente nesse sentido que o surgimento de instituições de cunho anticomunistas deve ser entendido. A estruturação do IPES e a formulação ideológica que caracterizou a ESG nesse período estão inseridas nesse contexto, anunciado pelos Estados Unidos, de controle do comunismo em âmbito mundial.

---

[329] As pesquisas desenvolvidas no arquivo de Roberto Campos, especificamente na série embaixador, ou seja, no período em que exerceu a função de embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1961-1963), indicam que a relação entre Brasil e Estados Unidos estava muito condicionada à idéia que os norte-americanos tinham do governo brasileiro. A concessão de empréstimos e até mesmo a relação comercial do Brasil com outros países estavam ligadas às impressões da situação social, política e econômica que os Estados Unidos construíam do Brasil. Um exemplo dessa relação pode ser percebido na documentação presente no Arquivo pessoal de Roberto Campos, RC d bem 1961.10.19, pasta II, documento II-62.

[330] Arquivo pessoal de Roberto Campos, RC d emb 1961.10.19, pasta IV.

Na condição de líder do chamado "bloco ocidental", os Estados Unidos, com o objetivo de manter a predominância do regime capitalista, em detrimento do comunismo, não só no seu país mas na maior parte do mundo, a fim de não vir a ficar insulado, realizou um complexo de alianças e manutenção de bases militares, acarretando toda sorte de problemas, entre eles o subdesenvolvimento e os regimes ditatoriais.[331]

No entanto, a participação de Lucas Lopes nessas instituições deve ser analisada de forma diferente. Apesar de grande parte dos homens com os quais convivia estarem engajados em ideais políticos conspiratórios, entendemos que a participação de Lucas Lopes se dava muito mais no sentido de discordância do governo e do cunho social que lhe atribuíram do que efetivamente de defesa de uma proposta do que deveria ser implementado no lugar. É lógico que essa participação não está isenta de propostas políticas e ideológicas para o país, mas ao recapitular um pouco da sua trajetória percebemos que a sua ação não se configurava em algo mais profundo do que a crítica ao governo vigente, e, portanto, esse era o motivo da sua participação em reuniões e eventos nessas instituições.

A contribuição de Lucas Lopes no contexto conspiratório que antecedeu a implementação do golpe civil-militar de 1964, e nesse sentido a atuação em órgãos como o IPES e a ESG é emblemática da sua participação nesse processo, aponta na direção, inegável, de combate e crítica ao caráter do governo de Jango. Não tinha, no entanto, o objetivo de derrubada do presidente e instauração de uma ditadura. De acordo com a documentação e com o depoimento de Lucas Lopes, sua intenção era a de "melhorar" determinados aspectos da administração de Jango que não o agradavam. Segundo ele, sua participação nesses órgãos se dava de forma muito pontual, ele era convidado para apresentar uma palestra, ou escrever um artigo sobre assuntos específicos do contexto nacional, mas nunca participou de reuniões conspiratórias que abrangiam diversas discussões e ocorriam periodicamente, com a intenção de confabular contra o regime vigente. O argumento utilizado referia-se ao fato de ser

[331] Arquivo pessoal de Roberto Campos, RC d emb 1961.10.19, Pasta I, documento I-2.

conhecido como o homem de Juscelino, e isso era um fato que o afastava das intenções dos conspiradores de angariá-lo ao movimento.[332]

No entanto, a proximidade que tinha com os principais nomes da aliança que instaurou a ditadura em 64 fazia com que muitos analistas, e até mesmo a grande imprensa e a "opinião pública", lhe dessem o título de conspirador. O que parecia não o incomodar, pois, segundo o próprio Lucas Lopes, "afinal de contas ficar com renome de conspirador não faz mal algum. Tiradentes foi um conspirador!."[333]

[332] *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento* / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991, p. 282.
[333] *Ibidem*, p. 283.

Considerações Finais

Com a intenção de mapear a trajetória política de Lucas Lopes, apresentamos no decorrer deste trabalho algumas análises em torno da conjuntura em que está inserida a sua atuação e as principais características dos agentes que participaram, junto com Lopes, dos mais diversos momentos da história recente do Brasil, e que é de fundamental relevância para entendermos alguns aspectos referentes ao próprio Estado capitalista brasileiro.

Na retrospectiva dos cargos e funções exercidos por Lucas Lopes dentro das mais altas instâncias decisórias do governo brasileiro, e até mesmo nas atividades que atuou fora do âmbito governamental, podemos ter uma perspectiva geral da atuação de vários outros personagens no cenário brasileiro que, como Lucas Lopes, influenciavam de forma direta nas decisões que tiveram as maiores repercussões na sociedade em geral.

Dentro desse quadro, o caráter político da atuação de Lucas Lopes é inegável. A influência que exerceu sobre os mais importantes debates na história do país permite com que a sua trajetória seja analisada em conjunto com os momentos de maior destaque no cenário nacional, pelo menos dos anos 50 até a sua morte em 1994.

O papel desempenhado por seu pai, Chico Lopes, somado ao ambiente formado pela tradição política e cultural de Ouro Preto – onde Lucas Lopes nasceu – foram o embrião para a consolidação desse agente político, que começou a se mostrar na administração mineira como Secretário de Estado durante o governo de Benedito Valadares, onde colocou em prática todos os seus conhecimentos de engenheiro ferroviário e começou a ter contato com a política local através do PSD.

Como forma de preparação para as mais altas esferas da política nacional, a sua atuação no Vale de São Francisco, que permitiu a elaboração do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, foi fundamental para a sua projeção como figura indispensável quando o

assunto era energia, o que lhe rendeu uma posição de destaque na CEMIG e na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

A sua amizade pessoal com Juscelino e o seu trabalho à frente dessas instituições fez com que Lucas Lopes se tornasse o homem de confiança do futuro presidente da República. Engajado na campanha presidencial de JK, juntamente com os outros companheiros do PSD, Lopes conseguiu eleger Juscelino, tornando-se um dos principais nomes do seu governo. Foi o grande responsável pela formulação do Plano de Metas, o norte principal da administração Kubitschek. Como presidente do BNDE e do Conselho Nacional de Desenvolvimento, Lucas Lopes pôde ao mesmo tempo elaborar e aplicar o Plano de Metas, e nesse processo os conflitos e polêmicas vieram à tona.

A participação no Ministério da Fazenda encerrou suas atividades em órgãos governamentais, mas não a sua atuação política. Mesmo como empresário na iniciativa privada, Lucas Lopes se envolveu em importantes episódios do cenário nacional, como a questão do minério de ferro e dos incentivos ao capital estrangeiro. Criou inclusive empresas de consultoria – a Consultec é um exemplo – que formulavam relatórios suspeitos em relação à exportação de minério brasileiro por empresas estrangeiras. Sua atuação como diretor de uma dessas empresas, a mineradora Hanna Minning Company, levantou a possibilidade de que esta ganharia benefícios do governo brasileiro em detrimento das outras companhias estatais. Tal suspeita chegaria ao ponto de torná-lo alvo de CPIs, que concluiriam que tais benefícios tinham origem na influência política que Lucas Lopes ainda exercia junto à administração federal.

O caráter político das suas atividades também pode ser percebido nas participações em órgãos como o IPES e a ESG, que muitas vezes o aproximava de setores golpistas no contexto dos anos 60, até mesmo pela sua rede de relações. Porém, o caráter político da sua participação nas conspirações que resultaram no golpe de 64 não pode ser analisado da

mesma forma que na maioria dos seus pares. Em Lopes, havia de fato uma oposição ao governo de Goulart. Não havia, porém, uma proposta de implementação de um regime ditatorial.

O fio condutor desse trabalho foi analisar a trajetória de Lucas Lopes do ângulo das relações de um "intelectual orgânico" de acordo com Gramsci, e o processo político brasileiro. A contradição existente entre o discurso e a prática desse agente específico foi a principal preocupação que norteou as pesquisas. Partindo da concepção teórica que analisa a formação do Estado capitalista brasileiro como uma constante e indefinida relação dialética composta por mediações sociais, onde embates de interesses estão presentes a todo o tempo, partimos da hipótese de que a atuação de Lucas Lopes estava inserida no ambiente político, mesmo que a retórica fosse outra. Ou seja, apesar de defender um discurso técnico, sem vínculo com nenhuma estratégia, ideologia ou partido político, Lucas Lopes frequentemente realizava política nos cargos que ocupava. Nesse sentido, acreditamos que esse agente não pode ser considerado como um técnico no seu sentido mais amplo.

Inclusive, de acordo com o que vimos, Lucas Lopes possuía um enraizamento político de marcas regionais, estaduais. A sua atividade no PSD mineiro é um exemplo. Lopes era um homem do PSD, que, apesar de não ser filiado oficialmente, participou das campanhas de Juscelino em Minas e, mais tarde, como presidente da República. Apresentava-se como um técnico, engenheiro, planejador, mas foi secretário do Benedito Valadares em várias diretorias, sempre ocupando cargos de importância estratégica.

Um outro ponto está nas origens familiares que o acompanhavam, e que na verdade acabaram por moldar um pouco da sua trajetória. Seu pai, Chico Lopes, foi professor da Escola de Minas, instituição de formação dos principais intelectuais mineiros de influência nacional.

No entanto, é importante lembrar que, apesar de compor a esfera política do Estado brasileiro, a atuação de Lucas Lopes sempre foi marcada pela sua característica de engenheiro. Suas atividades estavam constantemente relacionadas com o seu oficio profissional, e nesse sentido a analise da sua atuação política deve ser diferente daquela de homens como Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões, Eugênio Gudin e outros, que possuíam formação acadêmica em economia. É preciso fazer uma distinção entre a atuação de engenheiros e economistas, que, apesar de muitas vezes se confundirem, possuíam aspectos singulares, e na verdade a trajetória de Lucas Lopes deve ser analisada através da percepção das suas atividades como engenheiro.

A profissão de engenheiro, como vimos, era muito incipiente no inicio dos anos 30, quando Lucas Lopes se formou. Mas tinha, na atuação da Escola de Minas de Ouro Preto, o principal celeiro de formação dos mais importantes engenheiros do país. José Murilo de Carvalho,[334] ao analisar a importância que a Escola de Minas adquiriu no contexto do cenário político e econômico nacional, cita a tese de doutorado de Luciano Martins, que atribui aos engenheiros da Escola de Minas o primeiro desafio feito aos bacharéis na área da política econômica. Esses engenheiros se teriam infiltrado na burocracia do Estado, utilizando, pela primeira vez no Brasil independente, o domínio do conhecimento técnico como recurso político. Foram, ainda segundo Luciano Martins, os pioneiros do estrato burocrático superior que iriam povoar as comissões técnicas, principais centros de formação da política econômica da década de 30.

Segundo José Murilo de Carvalho, a penetração desses técnicos no interior do Estado, durante a primeira República, foi muito facilitada pelo fato de alguns deles terem ocupado cargos eletivos. Nesse sentido, o autor faz um paralelo com os militares. Defende que a ação renovadora dos militares no campo da política econômica foi prejudicada pela ênfase que

[334] CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Rio de Janeiro: FINEP, 1978, p. 133.

deram aos aspectos político-filosóficos do positivismo e pela necessidade de lutar por parcela maior de poder dentro do Estado. Os engenheiros de Ouro Preto não eram positivistas e não tinham nenhuma organização ou partido em que se apoiar para fazer valer suas idéias. Daí que, no lugar da contestação aberta, o caminho mais indicado para eles era a infiltração pacífica do aparato estatal. Após 1930, quando o Exército se implanta solidamente no centro do poder, os engenheiros e os militares rebeldes se viram lado a lado na luta pela defesa e pela exploração dos recursos naturais. É nesse momento que José Murilo identifica o início da ponte entre militares e a incipiente tecnocracia civil, que adquiriria tão grande importância mais tarde.

No entanto, seguindo a perspectiva teórica até então adotada, é necessário pensar essa "infiltração" dos engenheiros nas instâncias burocráticas e políticas do Estado através das mediações sociais. Tomando como ponto de referência os estudos políticos de Antonio Gramsci sintetizados por Carlos Nelson Coutinho,[335] as relações sociais dialéticas que acompanham o processo de intervenção de profissionais aparentemente de formação técnica, como os engenheiros, na política se relaciona com a idéia da "guerra de posições", que tem seu centro na questão da hegemonia, na questão das alianças de classe. De acordo com Gramsci, a conquista da hegemonia por uma classe implica sua transformação em classe nacional, ou seja, só se pode ser classe dominante quando já se é classe dirigente, quando já se detém o consenso da maioria da população e, nesse sentido, o consenso foi obtido através de uma estratégia retórica técnica que desvalorizava a política.

Segundo Sonia Regina de Mendonça:

> Pensar o Estado gramscianamente é pensá-lo sob dupla perspectiva. A primeira remete às formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e se organizam para além da produção, no seio da Sociedade Civil, enquanto a segunda refere-se às formas pelas quais as agências ou

[335] COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 3ª ed., p. 64.

> órgãos públicos contemplam projetos e/ou atores sociais emanados dos aparelhos privados de hegemonia dos quais a Sociedade Civil é portadora.[336]

Nesse sentido, de acordo com os estudos de Esther Kuperman,[337] a noção de Estado Ampliado em Gramsci é percebida através da atuação desses agentes, nos quais podemos incluir Lucas Lopes, que articulavam-se e organizavam-se em grupos de interesses e travavam uma luta pela hegemonia, numa guerra de posições, no interior de instituições que representam aparelhos privados de hegemonia, como o BNDE, o Conselho de Desenvolvimento, os ministérios, entre outros.

Ao nos referirmos à política, estamos nos referindo à "pequena política" – de que fala Gramsci –, à política palaciana, aquela relacionada com o processo eleitoral, composta de partidos políticos que se organizam para indicarem um representante junto à sociedade, que é eleito pelos votos dessa mesma sociedade. Nesse sentido, a atuação política desses representantes interfere diretamente nos interesses e aspirações dos membros dessa sociedade, construindo e moldando as características principais de um país. Porém, essa atuação política adquire novas bases. Ela não se dá apenas no âmbito da Sociedade Política, se expande para espaços amplos e disputados pela Sociedade Civil, exigindo cada vez mais uma capacidade de mobilização, negociação, enfrentamento e conciliação entre os vários sujeitos que atuam nas diversas esferas formadas pela ampliação da Sociedade Política.

De acordo com Kuperman:

> Para Gramsci, estas novas condições impõem para as classes sociais – cujos interesses se expressam pela constituição de sujeitos políticos capazes de atuar nas condições estabelecidas pela socialização da vida pública – que se pretendam hegemônicas, uma estratégia de guerra de posições, de conquista gradual das trincheiras abertas na sociedade civil. Tais sujeitos, que consideramos como classe fundamental, disputam o controle das políticas estatais em função de seus interesses.[338]

---

[336] MENDONÇA, Sonia Regina de. "Introdução". In: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.) *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EDUFF/Vicio de Leitura, 2005.
[337] KUPERMAN, Esther. *Da SUMOC ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil*. 2008. 54 f. Tese (Doutorado em Pensamento Social Brasileiro) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
[338] *Idem, ibidem*, p. 55.

Lucas Lopes não era um político tradicional, não fazia parte do grupo de homens que eram eleitos como representantes das aspirações de um segmento social através de agremiações partidárias, mas sua atuação deve ser vista de acordo com essas novas bases que a Sociedade Política adquiriu.

Como mais uma forma de reforçar a veracidade da atuação política de Lucas Lopes, e comprovar que a hipótese inicial de que o aspecto político não pode ser ignorado na atuação e participação dele e de seu grupo na dinâmica nacional, podemos citar como referência o conceito de política formulado por Antonio Gramsci nos escritos de Carlos Nelson Coutinho, que diz que:

> Política identifica-se praticamente com liberdade, com universalidade, com toda forma de *práxis* que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos (...) e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas.[339]

A política é um elemento ineliminável de toda *práxis* humana. Gramsci aponta um aspecto essencial, que é o momento da articulação entre a subjetividade e a objetividade, o particular e o universal que perpassa as relações sociais, que também são políticas.

Nessa perspectiva, Lucas Lopes e seus pares apresentavam-se como agentes desvinculados de todas as conhecidas querelas ligadas à política tradicional e, assim, conseguiam o consenso necessário para uma maior margem de ação, fazendo valer suas idéias em nível nacional e tornando-se, dessa forma, classe dominante que tinha na atuação política a sua principal base. Percebemos, assim, uma contraposição entre o discurso e a prática.

A participação de Lucas Lopes nas conspirações que antecederam o golpe militar de 1964 é um outro ponto que analisamos. Ao longo do trabalho, tentamos apresentar a rede de relações que permeavam a trajetória de Lucas Lopes, relações que vinham de muitos anos e

[339] COUTINHO, Carlos Nelson. Op. cit., p. 90.

relações que foram sendo construídas ao longo da sua carreira como engenheiro e membro do governo. Porém, algumas nuances de atitude e, principalmente, de interesses podem ser percebidas entre o grupo que estava junto com Lucas Lopes, homens que pertenciam às altas esferas do governo ou possuíam extrema influência no meio político e empresarial brasileiro, e que naquele momento iniciaram um processo de oposição ao regime democrático de João Goulart que teve como consequência o golpe militar.

No entanto, é importante destacar que essa oposição se fazia de várias formas. Algumas eram nitidamente ideológicas e tinham como objetivo a instauração de um novo regime no país. Entre elas, podemos citar a organização de grupos políticos e ideológicos em instituições como o IPES, o IBAD, a ESG entre outras, que se desdobravam em pequenos núcleos pelo país inteiro, propagando o que eles acreditavam ser o anticomunismo e a "contra-revolução", preparando com isso a derrubada do governo de João Goulart e a implementação de um regime ditatorial.

Ao mesmo tempo existia uma oposição à Goulart que não tinha o objetivo de divulgar e incitar um outro projeto de regime para o país. A discordância era em relação ao caráter comunista que diziam que o governo de Goulart possuía, o que afetava áreas estratégicas da atividade de alguns e, automaticamente, interesses pessoais de muitos. Havia também um forte descontentamento em relação à questão do nacionalismo e do estatismo que o governo de Jango promovia e que, da mesma forma, ia de encontro ao objetivo de vários oposicionistas. Mas, na verdade, não havia a intenção de instaurar um novo regime no Brasil, quiçá um regime ditatorial como se fez em 1964.

Através dos estudos de Heloisa Maria Murgel Starling,[340] podemos entender como uma parcela da classe dominante se organizou estratégica e taticamente para desenvolver sua ação política, de modo a assegurar a concretização de seus objetivos se diferenciando da outra

[340] STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986, 2ª ed.

parcela, que defendia a troca de governo e não de regime. Apesar de tratar especificamente sobre o caso de Minas Gerais, podemos inferir que a situação não era muito diferente nos outros estados da federação, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, devido à importância econômica estratégica desses estados, e por terem sido a base de apoio principal desse movimento de ação política contra o governo de Jango. Dessa forma, o caso mineiro pode ser tomado como um exemplo da real conjuntura que permeava o Brasil inteiro no início dos anos 60.

Inicialmente, a principal preocupação dos empresários, ainda que individualmente, em relação ao quadro político brasileiro dizia respeito ao alargamento da participação popular no processo político nacional, que propiciava reivindicações e pressões por parte das classes subalternas, fazendo com que aos poucos fossem assumindo posição de verdadeiros cidadãos. Heloísa afirma que, na verdade, o que preocupava os empresários era "o avanço e a consolidação de organizações e atividades políticas e culturais, ampliando e desenvolvendo, como decorrência, o principio e a prática da cidadania".[341]

Em contra partida, se lembrarmos das pesquisas de René Dreifuss,[342] verificamos que, nesse momento, o setor multinacional e associado, em identidade ideológica com determinado grupo de oficiais militares originários da ESG, vinha ganhando cada fez mais espaço como forma de fazer avançar seus interesses de classe. Encontravam, porém, grande resistência no fato de que a defesa de seus interesses dependia da boa vontade de um Executivo que se identificava cada vez mais com as propostas dos movimentos políticos de base popular.

Heloisa entende, portanto, que, com essa configuração, frente à possibilidade de perder a sua posição econômica privilegiada, o bloco multinacional e associado passou a atuar fora da "lei e da ordem", projetando-se como força política que objetivava ocupar o Estado

[341] STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986, 2ª ed. 41.
[342] DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

para então efetivar seu projeto. Para tanto, passou a articular vários adeptos de caráter anticomunista e antipopular, até então desconectados, em uma poderosa coalizão burguesa que fosse capaz de construir um centro estratégico de ação política responsável por organizar um golpe militar estratégico. Nessa perspectiva, a criação de instituições como o IPES se deu no sentido de organizar os adeptos da proposta de ação política para o golpe de Estado.[343]

Dessa forma, nomes como Augusto de Azevedo Antunes, Glycon de Paiva, Roberto Campos, entre outros que estavam, de certa forma, junto com Lucas Lopes nos seus principais cargos, como membro do governo ou na iniciativa privada, atuavam ativamente nessas instituições ideológicas a favor do golpe, e assumiam postos de comando dentro desses órgãos, sendo os responsáveis por muitas das resoluções a ações praticadas por tais organismos.

Porém, seguindo a linha de raciocínio proposta por Heloísa Starling, o grupo à frente dos principais órgãos de oposição, não só ao governo mas também ao regime brasileiro, como o IBAD, IPES ESG e o setor do bloco econômico multinacional e associado,[344] pretendiam concretizar suas idéias ao nível do Estado e, por isso, optaram pela via golpista de ação. No entanto, é preciso analisar com certa cautela a participação de Lucas Lopes nessa conjuntura.

Ao longo do trabalho, procuramos apresentar e entender a dinâmica segundo a qual Lucas Lopes agia nos cargos que ocupou, e o que podemos perceber é que este agente político já vinha implementando suas idéias há muito tempo, pelo menos desde Minas, quando assumiu a Secretária de Estado da Agricultura, Industria, Comércio e Trabalho. Então, de

[343] Especificamente sobre o IPES, rever o capítulo 3, tópico 3.4.

[344] O bloco multinacional e associado descrito por Dreifuss foi a principal base de sustentação do capitalismo brasileiro, pelo menos a partir dos anos 50, que tinha nas empresas multinacionais sua principal expressão organizacional. Uma das empresas que estudamos rapidamente no presente trabalho foi a Hanna Mining Company (ver capítulo 3), da qual Lucas Lopes chegou a ser acionista. A Hanna era uma empresa norte-americana de minério de ferro que atuou de forma importante no contexto conspiratório nos anos 60. A relação da empresa com o governo brasileiro, assim como a relação dos seus membros americanos com o Brasil, precisa ainda ser melhor estudada, a fim de contribuir para um entendimento mais claro da participação norte-americana na conjuntura política do Brasil nesse período.

acordo com a proposta de Heloísa Starling, não precisou do golpe para implementar seus interesses na esfera do Estado.

A participação de Lucas Lopes nas conspirações para o golpe assumiu um viés menos ideológico. Existia uma oposição ao caráter popular do governo Goulart, por isso a sua participação, como palestrante, em eventos promovidos em instituições como a ESG e o IPES. Mas é importante destacar que Lucas Lopes nunca foi membro efetivo desses órgãos, assim como não há registro de sua participação em reuniões frequentes nesses organismos que planejavam as ações políticas de combate ao regime democrático.

A pesquisa se propôs analisar até o ano de 1964. No entanto, estudos sobre a participação de Lucas Lopes durante o regime militar seriam interessantes no sentido de perceber a relação entre um estadista que atuava diretamente nas decisões políticas e econômicas com a ditadura. O período posterior à abertura política até 1994, ano de sua morte, também precisa ser investigado na perspectiva de mapear as atividades, agora em contexto democrático, de tão importante agente político. Assim, pesquisas de maior fôlego das suas atividades como empresário, já que Lucas Lopes não ocupou mais cargos no governo, seriam muito bem vindas. Até mesmo a sua relação com a Hanna Mining Company, e a relação desta com o governo nesse período posterior à ditadura, precisaria ser estudado. No entanto são propostas para futuras preocupações.

Referências Bibliográficas

1) Fontes primárias:

CPDOC - Arquivo pessoal de Lucas Lopes

CPDOC – Arquivo Roberto Campos

Arquivo Nacional – acervo IPES

Arquivo da ESG

Biblioteca Nacional – Acervo O Semanário

Documentação doada ao Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

2) Obras Teórico-Metodológicas:

DREIFUSS, René Armand. "1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe". Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 2.

_____. *Os intelectuais e a Organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora UnB: São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Editora Martin Claret: São Paulo, 2ª ed., 2007.

3) Obras Específicas:

ALMEIDA, Lucio Flavio de. *A ilusão do desenvolvimentismo: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 5° ed., 2000.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*. Rio de janeiro: Topbooks, 2001, 4ª ed., v. 1.

CORREA, Maria Letícia. *Estado e Burocracias no Brasil: um estudo sobre Poder e Política na área de planejamento do governo JK ao Regime Militar (1956-1968). Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v. 10, p. 207-242, 2007.

_____. *Estado e desenvolvimento no Brasil: um estudo de caso sobre engenheiros e economistas (1956-1961)*. Intellèctus, v. 6, 2007.

_____. *Notas sobre a formação do Estado capitalista no Brasil: nacionalização e especialização (1930-1964).* História Revista (UFG), v. 13, p. 21-44, 2008.

_____. "Quadros Técnicos e Política no Brasil (1956-1968)". In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. História: Guerra e Paz. Associação Nacional de História (ANPUH), 2005, Londrina. *Anais*. Londrina: Editora Mídia, 2005, v. 1.

_____. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, UFF: Tese de doutorado, 2003.

_____. "Usos da biografia para a história das burocracias técnicas no Brasil". In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. Usos do Passado, Niterói, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 3ª ed.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática, 1945-1964*" Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUPERMAN, Esther. *Da SUMOC ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil*. 2008. 252 f. Tese se doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2008.

LOPES, Rodrigo. *Sonho e Razão: Lucas Lopes, o planejador de JK*. São Paulo: Arx, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MENDONÇA, Sonia Regina de. "Economia e Política na historiografia brasileira". *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

_____. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª ed., 2002.

_____. "Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais". *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007.

_____. "Introdução". In: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.) *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EDUFF/Vicio de Leitura, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *Partidos Políticos Brasileiros: O Partido Social Democrático*. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1973.

SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp/ FAPESP, 1998.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estados e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986, 2ª ed.

4) Obras Gerais:

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois séculos de história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A. 1973.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia.* São Paulo: Siciliano, 1993.

_____. "Planejamento e política: os anéis burocráticos (1970)". In LAFER, Betty Mindlin (Org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Rio de Janeiro: FINEP, 1978.

DIAS, José Luciano de Mattos. "O BNDE e o Plano de Metas – 1956/61". Rio de Janeiro: BNDES, Departamento de Relações Institucionais, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FICO, Carlos. “O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A grande transação*. São Paulo: Senac, Sesc, 2000, pp. 163-184.

FURTADO, Celso. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GASPARIAN, Fernando. *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina: O mito e os fatos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

_____ (org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

DAFT, Richard L. *Administração*. Tradução: Robert Brian Taylor. São Paulo: Thompson, 2005.

LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961): o processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MARTINS, Luciano. *Pouvoir politique et dévellopement économique formation et évolution des structures politiques au Brésil* , Paris Anthropos. 1976.

PEREIRA, Osny Duarte. “Ferro e Independência”. Rio de janeiro, civilização brasileira, 1967.

SAES, Décio. *República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil*. Boitempo: São Paulo, 2001.

SILVA, Victor e BUESCU, Mircea. *Dez anos da Revolução Econômica*. Rio de Janeiro: APEC, 1974.

5) Memórias / Depoimentos:

Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. – Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991.

6) Obras de Referência:

ABREU, Alzira Alves de ett alii (coords). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30.* Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001 *Dicionário*, 5 v.

7) Sites:

http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Saturnino_de_Brito&oldid=18225045

http://www.cepal.cl

http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm

http://www.gedm.ifcs.ufrj.br

http://planetajc.blog.terra.com.br/2010/02/08/memoria-do-norte-do-parana-marcha-da-producao-1958

http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo